



ANNAIS
DA
COMUNIDADE
BRASILEIRO-
POLONESA

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. A reprodução "in toto" ou em parte da matéria contida nos ANAIS é livre, desde que citada a fonte.

Paraná

*Dar prof. Ruy C. Wachowicza
dla biblioteki
Towarzystwa Chrystusowego.*

**SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO
DA IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ**

**RUA CARLOS DE CARVALHO N.º 575
CURITIBA — PARANÁ — BRASIL**

ANAI S

DA

COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA

Publicação: *Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná*

Contribuição: *Membros da Família Saporski*

Coordenador Geral: *Prof. Francisco Dranka*

Coordenador Técnico: *Prof. Ruy Christovam Wachowicz*

Departamento Cultural:

Jan Krawczyk

Francisco Dranka

Mariano Kawka

Ruy C. Wachowicz

Romão Wachowicz

Zdzisław Zawadzki

REUNION ANNUAL DO INSTITUTO
DA LINGUAGEM PORTUGUESA DO BRASIL
DEB. CENTRO DE ESTUDIOS N. 211
CORINTIA - PARANA - BRASIL

ANALIS

DA

COMUNIDADE BRASILEIRA PORTUGUESA

Publicado em 1964, sob o patrocínio do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, sob a direção de Carlos de Campos, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil.

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil

ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA

VOLUME VI — ANO 1972

MEMÓRIAS

SEBASTIÃO EDMUNDO WOS SAPORSKI

Sumário

1 — Nota Introdutória	9
2 — Memórias — Sebastião Edmundo Wos Saporski	11
3 — Textos e Documentos	111



MEMÓRIAS

SEBASTIÃO EDMUNDO WOS SAPORSKI

Tradução: Mariano Kawka

NOTA INTRODUTÓRIA

Éis o VI Volume dos Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa.

Para o presente número a equipe redacional escolheu como material de divulgação as “Memórias” do cognominado “pai da imigração polonesa” — Sebastião Edmundo Wos Saporski — Constituem um desses temas que não poderiam faltar na publicação dos Anais. Foram escritas nos fins da década de 20, em língua portuguesa e transladadas para o polonês no Consulado Geral da Polônia, em Curitiba. Em 1939, as “Memórias” foram editadas pela Impressora “Miedzynarodowe Towarzystwo Osadnicze” de Varsóvia.

Do manuscrito original em língua portuguesa, sobraram poucos trechos que no entanto foram aproveitados pelo tradutor prof. Mariano Kawka.

Durante anos as “Memórias” de Saporski serviram de base e ponto de partida para artigos, referências e fixação de datas no que concerne à imigração polonesa. Verificou-se posteriormente que êsses marcos nem sempre pautaram pela exatidão, visto terem sido escritos 50 anos depois da vinda das primeiras levas ao Paraná. Todavia, tal fato em nada vem ofuscar a obra legada por Saporski.

Dessa, diríamos, quase autobiografia de Saporski, onde se utiliza do pseudônimo “Eti” transluz a figura humana inconfundível do batalhador enérgico da colonização dos vales dos rios Iguaçu, Negro e Ivai. Sua personalidade chamou a atenção dos primeiros cronistas poloneses que por aqui passaram e mereceu a consideração dos homens ligados aos problemas emigratórios e comerciais da Polônia.

Ao par das “Memórias”, publicamos, desta feita mais uma parte de documentos que se apresentam sob a forma de correspondência, dirigida a Saporski. Foram compilados e organizados pelo prof. Ruy C. Wachowicz.

As “Memórias” e a documentária, enfeixados no VI Volume dos Anais é o que entregamos ao leitor.

Os descendentes de Sebastião Edmundo Wos Saporski que perlustram a sociedade curitibana, não esqueceram as lutas do chefe do numeroso clã. Netos e bisnetos orgulham-se da obra de seu antepassado e para que tôda a coletividade tomasse conhecimento melhor de suas lutas e sacrifícios, seus descendentes deliberaram contribuir para que suas “Memórias” viessem à lume, em língua portuguesa.

Externamos, nesta Nota Introdutória, os nossos mais profundos agradecimentos aos senhores e senhoras, membros da família Saporski: Evany Leinig Saporski — neta; Maria Izabel Saporski — nora; Maria Carolina Saporski Barreto — neta; Edmundo Leinig Saporski e Pedro Saporski Filho, ambos netos. Como homenagem à figura singular e humana que ora se homenageia, admirada por tôda a comunidade e venerada pelos seus descendentes êles encontraram o melhor meio de evidenciar ao leitor de língua portuguesa sua trajetória, vida e obra, com êsse monumento imperecível.

Equipe Redacional dos Anais

PREFÁCIO DA EDIÇÃO POLONESA

No corrente ano completam-se setenta anos do momento em que Sebastião Wos-Saporski, silesiano de Opole, veio como o primeiro dentre os imigrantes poloneses à Província do Paraná. Naquele ano de 1869, nada ainda anunciava as mudanças que algumas décadas mais tarde transformariam o planalto curitibano de maneira irreconhecível. Extensas matas e campos, cheios de animais, habitados por uma população dispersa, eis a imagem do país que surgiu diante dos olhos do jovem imigrante. Saporski, entretanto, já então percebeu nessa solidão, nesse êrmo esquecido pelo mundo civilizado e por Deus, os valores que lhe permitiriam chamar para ali os seus compatriotas em busca de um pão melhor e de uma relativa liberdade política.

Saporski não foi apenas o primeiro polonês a vir ao Paraná. Foi também o seu primeiro propagandista em terras polonesas. Deve-se a êle que hoje, setenta anos após a sua vinda, e poucos anos apenas após a sua morte, residem nesse Estado 180 mil patricios nossos, em prosperidade e satisfação.

Saporski fundou a primeira colônia polonesa na América do Sul e deu-lhe o nome simbólico de Pilarzinho. Nela as pessoas sentiam-se bem, e vinham continuamente novos candidatos e colonos. Sobre Saporski começou-se a falar cada vez mais freqüentemente como o "Pai da Colonização Polonesa no Paraná", até que êsse título veio a tornar-se o seu patrimônio indiscutível.

Saporski era engenheiro. Construía estradas e pontes, mas mais do que tudo tinha amor ao trabalho de colonização. Durante meio século, não houve no Paraná um único empreendimento colonizador de importância em que Saporski não tomasse parte ativa. Um enorme número de colônias paranaenses encontra-se ligado de diversas maneiras com o seu nome. Ora escolhida os terrenos para elas, fazia as suas medições, era seu administrador, ora era finalmente o seu iniciador. Com o nome dêle encontra-se ligada também a história das primeiras escolas polonesas e da primeira publicação polonesa no Brasil. Patriota ardente, sempre e em tôda a parte tomava parte ativa em tôdas as emprêsas que atraíam as pessoas de coração generoso.

Durante tôda a sua longa vida, enquanto tinha forças, trabalhou para a sua nação e para a Pátria Brasileira que adotara. Morreu muito cedo, para não ver as dissensões que se desenhavam cada vez mais claras entre os descendentes dos poloneses e os descendentes dos portugueses. Morreu com a convicção de que no Brasil a palavra Liberdade será para sempre inviolável, e a hospitalidade permanecerá lei para sempre.

Saporski escreveu as suas Memórias em português para os seus filhos, que vivem até hoje no Paraná, nascidos de mãe brasileira. O primeiro Cônsul polonês em Curitiba, Casimiro Gluchowski, fêz em 1923 uma cópia do manuscrito dessas Memórias e em seguida deixou-as à disposição do Sr. Apolônio Zarychta. Êste último entregou-se à Sociedade Colonizadora Internacional, para serem publicadas.

Certamente por modéstia, Saporski não escreveu as suas Memórias na primeira pessoa, mas escolheu para elas a forma romanceada. Os editôres conservaram essa forma sem alteração.

A publicação do presente foi realizada após obtida a permissão dos filhos de E. Saporski, os Senhores Pedro de Oliveira Saporski e Antônio Saporski, bem como do neto, o Sr. Sebastião Edmundo Saporski, residentes em Curitiba.

Mieczyslaw Lepecki

I

DO RIO PRATA NA ARGENTINA AO PÔRTO DE PARANAGUA NO PARANÁ

Rápida e tranqüila corria a viagem do navio "Emma", que em junho de 1867, após desembarcar em Buenos Aires o material para a construção da estrada de ferro, trazido de Londres, seguia em sua viagem de volta ao Pôrto de Paranaguá, no Estado brasileiro do Paraná.

O vento favorável do norte e nordeste facilitou esplêndidamente a entrada do barco na Baía de Laranjeiras, do lado do norte, justamente do lado onde o canal apresentava a profundidade mais favorável para os navios que se dirigiam a Paranaguá e à próxima Antonina.

De acôrdo com o regulamento do pôrto, o navio deteve-se na entrada do canal, aguardando a vinda do piloto, que conduzia os navios e os barcos através do canal para o lugar adequado na baía, onde se podia descer âncoras com segurança. O piloto percebeu logo o navio na entrada da baía. Tendo anunciado a sua vinda às autoridades portuárias e à Alfândega, com o auxílio de sinalização por bandeirinhas, dirigiu-se imediatamente a bordo. O tempo era magnífico, as condições para entrar na baía, adequadas. O vento do nordeste e a considerável maré alta garantiam suficiente profundidade da água no canal para que o navio pudesse passar com segurança entre as ilhas do Mel, Rasa, das Peças, das Cobras e Curinga, até o pôrto de Paranaguá. Ao anoitecer, o navio ancorou à margem do Passagueira, defronte do pôrto do Gato.

Naquele tempo os navios maiores não entravam no pôrto de Paranaguá, passando ao lado também do outro pôrto paranaense — Antonina. Sòmente no pôrto interior do rio Itiberê, onde se encontrava a velha Alfândega, podia-se avistar algumas barcas ou pequenos navios.

Apenas uns poucos barcos a vela, que voltavam da cidade e da frente da igreja de Nossa Senhora do Rocio na margem norte da baía, navegavam pelo canal. Mas quando o vento se acalmava e baixava a maré alta, a baía deserta, com a superfície lisa como a de um espelho, tomava a aparência de alti, imenso mar.

Da parte central da baía, até onde o olhar alcançasse, não se via nada além de uma igrejinha ao longe, rodeada de duas ou três casinhas. Do norte e do sul, o horizonte era fechado pela parede da mata e da vegetação impenetrável, destacando-se com o seu contraste escuro da côr azul-clara do céu e da cordilheira de monta-

nhas da Prata, Rio Sagrado, Marumbi e Maicatiza. Do lado do norte, a baía era cercada pelas pequenas montanhas Feiticeira e Lené, cobertas de mata virgem. A nordeste da ilha Cutinga, viam-se algumas casas construídas à beira do mar e colinas cobertas por mata espessa. Somente a parte ocidental da Baía de Paranaguá e a longa praia arenosa entre o rio Itiberê e a baía, juntamente com as montanhas cobertas de vegetação e a cidade de Paranaguá situada acima delas, formavam um magnífico panorama.

Logo depois de ancorado o navio, o seu capitão foi de canoa para a cidade, para se apresentar pessoalmente ao capitão do pôrto e para entrar em entendimento com os comerciantes de madeira, estabelecidos no pôrto de Guaraqueçaba. Guaraqueçaba exportava naquela época enormes quantidades de madeira e outras mercadorias para os portos do Rio da Prata na Argentina.

A tripulação do navio "Emma" era formada pelo piloto, um carpinteiro e quatro marinheiros. Além deles, encontrava-se a bordo a esposa do capitão, Dona Emma, proprietária do navio. Fazia pouco tempo que estava casada e fazia companhia ao marido na viagem à América do Sul. O barco era de bandeira alemã e pertencia a um dos portos da Pomerânica polonesa, que fôra conquistado na época das partilhas.

Além das pessoas mencionadas, encontrava-se ainda no navio um jovem polonês, a quem chamavam de "Eti". Tinha embarcado no navio em Londres, com a intenção de chegar à América do Sul. O rapaz era estimado por todos os companheiros de viagem, inclusive pelo capitão e por sua esposa, embora estes pilheriassem com o enjô de que Eti sofria durante a viagem.

O piloto propôs a Eti que ficasse com eles e treinasse para piloto, de tal forma que após prestado o exame pudesse tornar-se futuramente condutor independente de algum navio. O rapaz porém não aceitou esse convite, pois não se sentia nascido para a vida do mar, não tinha vocação para ela. Gostava de viver e trabalhar em terra firme.

Já escurecia quando o navio ancorou no pôrto de Paranaguá. Dona Emma, para aspirar um pouco o ar vivificante da tarde, subiu ao convés superior. O jovem Eti justamente encontrava-se ali, apreciando em silêncio o magnífico panorama. O sol já se punha e desaparecia além das montanhas de Maicatiza, lançando no céu e no horizonte as últimas cintilações do arco-íris. No ar reinava um silêncio profundo. A superfície do mar estava lisa como um espelho. Num momento desses o homem, admirando a beleza da magnífica paisagem, de bom grado esquece dos seus problemas.

Dona Emma, dirigindo o olhar para as montanhas de Maicatiza, que Eti apreciava com tanto entusiasmo, disse:

— É lindo o pôr do sol; afunda-se nêle todo o horizonte. Você sempre está repetindo que não tem uma pátria. Olhe, esta terra nova lhe é mais cara que o oceano. Não se entregue à tristeza. Volte conosco ao Rio da Prata, onde existe uma imensidade de campos

verdes, de prados, de planícies, e as montanhas estão cobertas de matas impenetráveis.

Dona Emma desceu à sua cabina e o rapaz continuava no silencioso encantamento, olhava para as constelações de estrélas que apareciam no céu e contava as então ainda escassas luzinhas das casas e ruas da pequena cidade de Paranaguá.

Alta noite voltou a bordo o capitão, muito satisfeito, pois já no dia seguinte o navio deveria seguir para Guaraqueçaba.

II

VIAGEM AO PÔRTO DE GUARAQUEÇABA

No dia seguinte apareceu a bordo o piloto, conhecedor profundo das baías de Laranjeiras e Guaraqueçaba, para rebocar o navio através do canal até o pôrto. O mar estava agitado, de maneira que o piloto teve que fazer grandes esforços até conseguir conduzir o barco até a pequena ilhota, para a água mais profunda, de onde, tendo agurdado apenas a maré alta, o navio pôde alcançar com facilidade a Baía de Guaraqueçaba e parar em frente à cidadezinha, perto de uma pequena ilha, deserta e coberta de musgos e algas.

Os comerciantes de madeira, que logo apareceram a bordo do "Emma", convidaram o capitão para fazer uma visita à cidade, bem como à fazenda Mirassuninga, situada ao fundo da Baía de Guaraqueçaba, ao pé do Monte Tromomó.

De manhã, após a primeira refeição, o capitão, juntamente com Dona Emma, um piloto e dois marinheiros, partiram para o passeio combinado. Durante a sua ausência, Eti e um dos marinheiros, Fritz, sobrinho de Dona Emma, resolveram também organizar uma expedição, para visitar a "nova terra brasileira". Após o almoço, portanto, embarcaram numa pequena canoa e seguiram em direção à pequena propriedade que aparecia na praia arenosa da baía. A alguns passos da praia, bem junto a uma pequena baía, onde se juntava uma água cristalina, caindo em cascatas da montanha, havia uma casinha, de propriedade de um casal de portugueses.

O proprietário, vendo os rapazes que desembarcavam em terra, correu ao encontro deles e convidou-os para entrarem na casinha. Os rapazes na verdade desconheciam completamente a língua portuguesa, porém com o auxílio do francês e do latim puderam entender-se perfeitamente com o proprietário.

Na entrada da casa, aonde os tinha conduzido o português, foram cumprimentados por sua espôsa. Os rapazes devolveram o cumprimento com uma gentil saudação. A casa era construída de pranchões, de madeira sobremodo primitiva: do lado da frente tinha duas janelas, o soalho era de chão batido, enquanto o teto, em vez de tábuas, era feito de uma esteira tecida de sargaços. Na parede contígua à alcova não havia nenhum quadro, nem mesmo um espelho; em compensação, havia coladas, em tôda a parte, como ornatos de gôsto duvidoso, ilustrações de papel recortadas de revistas. Tôda a mobília era constituída por uma única mesa, bem como uma primitiva cômoda colocada no canto da sala, sobre a qual

estava alojado algo parecido com um altazinho com figuras de santos, já bem estragadas, o que demonstrava a religiosidade dos moradores da casinha.

A dona da casa ofereceu aos jovens alguns charutos e saborosas bananas, que comiam pela primeira vez na vida. Iniciou-se a conversação. Os rapazes disseram os seus nomes, bem como o nome do capitão, esclareceram de que nacionalidade eram e de onde vinham. O proprietário por seu turno declarou que se chamava Antônio, e sua espôsa, Maria, e que tinham um filho — João — que era soldado e estava tomando parte na guerra com o Paraguai. Tinham emigrado anos atrás das ilhas de Portugal e estabeleceram-se nesta fazenda, sustentando-se com o cultivo da terra e com a pesca.

Tendo ouvido o nome de seu filho João, a espôsa do português desatou a chorar, amaldiçoando a guerra e lamentando-se que seu filho não mais voltaria.

— Sim, é uma barbaridade tirar aos pais o único filho e o único arrimo — disse Eti.

Nada podia consolar a boa mulherzinha. Clamava pela vingança divina contra o Coronel Domingos, também português, que exercia o poder político no distrito de Guaraqueçaba. Afirmava que se tratava de ato de vingança da parte do Coronel Domingos, conservador, contra seu marido, que nas eleições tinha votado no partido da oposição. Mas Deus é grande e justo, de modo que êsse homem malvado não fugirá ao castigo divino.

Não querendo prolongar a triste conversação, os rapazes perguntaram sôbre o caminho da fazenda à cidade. Antônio esclareceu-lhes, porém, que não havia tal caminho. A única via de comunicação entre os moradores da casinha e a população da cidade era o caminho por mar, por canoa.

Finalmente os jovens despediram-se da casa hospitaleira, presenteados para a viagem com alguns cachos de bananas maduras.

Com a chegada da noite, voltou ao navio o capitão com os companheiros, trazendo também uma porção de cachos de bonitas bananas, com que fôra presenteado na fazenda Pirassuninga.

No dia seguinte, o capitão ordenou que se preparasse o navio para receber um grande carregamento de madeira. Para êsse fim mandou fazer uma ampla abertura na frente do navio, através da qual facilmente podiam ser carregadas as longas e grossas vigas. Para permitir que o navio levasse a carga, foi removido o lastro com que tinha vindo de Buenos Aires. Os comerciantes de madeira comprometeram-se a fornecer a mercadoria ainda durante a mesma semana, e realmente cumpriram a sua promessa.

O serviço de carregamento da madeira era difícil e procedia devagar. Os guindastes tinham que ser trazidos de um distante depósito da Fazenda Figueira. Tôda a carga devia ser localizada e depositada de tal maneira que não houvesse necessidade de ser transportada para outro lugar durante a viagem em alto mar.

II

VIAGEM AO PORTO DE GUARAQUEÇABA

No dia seguinte apareceu a bordo o piloto, conhecedor profundo das baías de Laranjeiras e Guaraqueçaba, para rebocar o navio através do canal até o porto. O mar estava agitado, de maneira que o piloto teve que fazer grandes esforços até conseguir conduzir o barco até a pequena ilhota, para a água mais profunda, de onde, tendo agurdado apenas a maré alta, o navio pôde alcançar com facilidade a Baía de Guaraqueçaba e parar em frente à cidadezinha, perto de uma pequena ilha, deserta e coberta de musgos e algas.

Os comerciantes de madeira, que logo apareceram a bordo do "Emma", convidaram o capitão para fazer uma visita à cidade, bem como à fazenda Mirassuninga, situada ao fundo da Baía de Guaraqueçaba, ao pé do Monte Tromomó.

De manhã, após a primeira refeição, o capitão, juntamente com Dona Emma, um piloto e dois marinheiros, partiram para o passeio combinado. Durante a sua ausência, Eti e um dos marinheiros, Fritz, sobrinho de Dona Emma, resolveram também organizar uma expedição, para visitar a "nova terra brasileira". Após o almoço, portanto, embarcaram numa pequena canoa e seguiram em direção à pequena propriedade que aparecia na praia arenosa da baía. A alguns passos da praia, bem junto a uma pequena baía, onde se juntava uma água cristalina, caindo em cascatas da montanha, havia uma casinha, de propriedade de um casal de portugueses.

O proprietário, vendo os rapazes que desembarcavam em terra, correu ao encontro deles e convidou-os para entrarem na casinha. Os rapazes na verdade desconheciam completamente a língua portuguesa, porém com o auxílio do francês e do latim puderam entender-se perfeitamente com o proprietário.

Na entrada da casa, aonde os tinha conduzido o português, foram cumprimentados por sua espôsa. Os rapazes devolveram o cumprimento com uma gentil saudação. A casa era construída de pranchões, de madeira sobremodo primitiva: do lado da frente tinha duas janelas, o soalho era de chão batido, enquanto o teto, em vez de tábuas, era feito de uma esteira tecida de sargaços. Na parede contígua à alcova não havia nenhum quadro, nem mesmo um espelho; em compensação, havia coladas, em tôda a parte, como ornatos de gosto duvidoso, ilustrações de papel recortadas de revistas. Tôda a mobília era constituída por uma única mesa, bem como uma primitiva cômoda colocada no canto da sala, sobre a qual

estava alojado algo parecido com um altazinho com figuras de santos, já bem estragadas, o que demonstrava a religiosidade dos moradores da casinha.

A dona da casa ofereceu aos jovens alguns charutos e saborosas bananas, que comiam pela primeira vez na vida. Iniciou-se a conversação. Os rapazes disseram os seus nomes, bem como o nome do capitão, esclareceram de que nacionalidade eram e de onde vinham. O proprietário por seu turno declarou que se chamava Antônio, e sua espôsa, Maria, e que tinham um filho — João — que era soldado e estava tomando parte na guerra com o Paraguai. Tinham emigrado anos atrás das ilhas de Portugal e estabeleceram-se nesta fazenda, sustentando-se com o cultivo da terra e com a pesca.

Tendo ouvido o nome de seu filho João, a espôsa do português desatou a chorar, amaldiçoando a guerra e lamentando-se que seu filho não mais voltaria.

— Sim, é uma barbaridade tirar aos pais o único filho e o único arrimo — disse Eti.

Nada podia consolar a boa mulherzinha. Clamava pela vingança divina contra o Coronel Domingos, também português, que exercia o poder político no distrito de Guaraqueçaba. Afirmava que se tratava de ato de vingança da parte do Coronel Domingos, conservador, contra seu marido, que nas eleições tinha votado no partido da oposição. Mas Deus é grande e justo, de modo que êsse homem malvado não fugirá ao castigo divino.

Não querendo prolongar a triste conversação, os rapazes perguntaram sôbre o caminho da fazenda à cidade. Antônio esclareceu-lhes, porém, que não havia tal caminho. A única via de comunicação entre os moradores da casinha e a população da cidade era o caminho por mar, por canoa.

Finalmente os jovens despediram-se da casa hospitaleira, presenteados para a viagem com alguns cachos de bananas maduras.

Com a chegada da noite, voltou ao navio o capitão com os companheiros, trazendo também uma porção de cachos de bonitas bananas, com que fôra presenteado na fazenda Pirassuninga.

No dia seguinte, o capitão ordenou que se preparasse o navio para receber um grande carregamento de madeira. Para êsse fim mandou fazer uma ampla abertura na frente do navio, através da qual facilmente podiam ser carregadas as longas e grossas vigas. Para permitir que o navio levasse a carga, foi removido o lastro com que tinha vindo de Buenos Aires. Os comerciantes de madeira comprometeram-se a fornecer a mercadoria ainda durante a mesma semana, e realmente cumpriram a sua promessa.

O serviço de carregamento da madeira era difícil e procedia devagar. Os guindastes tinham que ser trazidos de um distante depósito da Fazenda Figueira. Tôda a carga devia ser localizada e depositada de tal maneira que não houvesse necessidade de ser transportada para outro lugar durante a viagem em alto mar.

No domingo seguinte, tendo conseguido a licença do capitão, Eti, juntamente com seu colega Fritz, embarcaram numa canoa para visitar a cidade de Guaraqueçaba.

As origens dessa localidade — como se informaram os moços — alcançavam os anos de 1838. Naquele tempo, os fazendeiros Cipriano Custódio de Aracy e José Fernando Garcia construíram uma capela em honra de Bom Jesus do Perdão. A vila de Guaraqueçaba, sede do território dêsse mesmo nome, está situada à beira-mar, numa colina que faz parte da Serra de Quitumbé. Essa elevação dá de frente para a Baía de Laranjeiras, que é um prolongamento da extensa baía de Quitumbé. A capela foi construída no cume da colina. Algumas aglomerações de casinhas pobres e mal conservadas cobriam as margens da baía e o estreito espaço nas imediações do pôrto. A pequena praça do mercado, o edifício das autoridades da cidade e algumas lojas completavam o conjunto, criando o quadro completo do principal centro do território de Guaraqueçaba. Falta-va apenas uma fonte ou regato. Por isso os habitantes do lugarejo tinham que transportar a água para beber e para uso doméstico — não sem gastos e dificuldades — do rio Carpinho, que procedia da Serra de Quitumbé e desaguava na baía.

Logo além do lugarejo havia um cemitério. Na vila não havia estradas nem ruas. A única artéria era constituída pela picada cortada entre a mata espêssa, que levava à localidade de Puruquaré. Por isso as vias de comunicação eram constituídas aí unicamente pelos extensos e profundos rios que emanavam das montanhas e desaguavam nas baías de Laranjeiras e Guaraqueçaba.

Da colina, onde estava situada a vila, o panorama era deveras atraente. Ao pé da montanha espalhava-se amplamente a baía, dividida por matas e verdes pastagens. A sudoeste desenhava-se a Baía de Laranjeiras, em volta havia espelhadas ilhas e ilhotas, e ao longe projetava-se o menso Atlântico.

— Lindas e ricas são essas paragens — dizia Eti. O meu sonho é reunir mais alguns honrados imigrantes e estabelecer-se aqui. Quem sabe, talvez em breve se realizem os meus sonhos.

Muito satisfeitos com o passeio e fatos de belas impressões, os dois jovens voltaram para o navio.

O carregamento da madeira demorou mais de duas semanas. Durante êsse tempo, o capitão muitas vêzes recebia visitas de diversas famílias brasileiras, e alguns dias antes da partida foi preparado um lauto banquete para os madeireiros.

Finalmente, terminado o carregamento, o capitão seguiu de barco ao pôrto de Paranaguá para acertar as últimas formalidades, depois do que esperava-se apenas o vento favorável para poder fazer-se à vela em direção ao alto mar.

III

EM ALTO MAR

Chegou o dia adequado para o início da viagem. Aproveitando o vento do norte favorável, o navio levantou âncoras. O piloto conduziu-o até a saída do canal, e depois, encontrando-se já em alto mar, o navio tomou o rumo de Montevidéu, pôrto principal e capital do Uruguai, para onde devia transportar o carregamento de madeira.

Apesar do quase excessivo pêso da carga, o barco fazia o seu percurso em condições perfeitamente normais até alcançar as costas do Rio Grande do Sul. Trata-se do Estado brasileiro mais meridional. Nessa altura, entretanto, o tempo de repente começou a mudar. O barômetro caía rapidamente, a parte sudeste do céu ficou coberta de nuvens negras. Tudo indicava a tempestade que se aproximava. Não menos ameaçador era o terrível pampeiro — furacão sem chuva — que soprava da costa. Tôdas as velas, com a exceção das duas menores, foram arriadas. Todos os objetos indispensáveis, principalmente os pequenos barris com água doce e carne salgada, foram amarrados ou depositados nos botes, com o fim de defender a tripulação da fome e sede enquanto durasse a inevitável tempestade.

Essas ordens foram cumpridas com eficiência e rapidez. E foi uma medida acertada, pois já poucas horas mais tarde desencadeou-se, do sudeste, o temível pampeiro.

Quem nunca estêve em alto mar não é capaz de imaginar o horror e o perigo que a cada passo e a cada momento acumulam-se diante da tripulação. O enjôo ataca principalmente os organismos fracos. Contudo, estão sujeitos a êle também os marinheiros mais robustos, e por isso durante a tempestade amarram-se com cordas, para evitar que durante o acesso as ondas do mar os varram do convés para o mar. O navio balança-se e bambaleia terrivelmente. De momento a momento sobe à crista de uma enorme onda, para um momento depois rolar para o abismo, como se fôra para um profundo desfiladeiro entre duas montanhas. Dominar o leme e conservar o navio na direção certa, durante a contínua luta titânica com as vagas que batem contra a proa do navio, requer destreza e fôrça incomuns.

Junto ao leme colocou-se, por ordem do capitão, um velho e experiente marinheiro holandês, que se vangloriava da sua jornada de muitos anos pelos mares, e que já por duas vêzes havia sobrevivido a naufrágios de barcos pesqueiros nas costas da Groenlân-

dia. Mas também êle pediu que o amarrassem fortemente com uma corda pela cintura, para que as ondas não o varressem para o mar.

Durante todo um dia e uma noite, o navio lutava com o furacão. Finalmente, quando o vento amainou, alcançou a foz do Rio da Prata. Daí ao pôrto de Montevidéu já era perto.

Furacões dessa espécie, que se desencadeiam nas costas da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, costumam durar trinta e seis horas.

Por um feliz acaso, o navio "Emma" não sofreu nenhuma avaria em consequência da tempestade. Sem dano nenhum, prosseguiu navegando em direção ao Rio da Prata e ancorou em Montevidéu.

O pobre Eti sofreu muito por causa do enjôo. Mesmo quando o navio já ancorou, continuava ainda imensamente enfraquecido. O bondoso capitão e sua espôsa não saíam de seu lado durante todo o tempo. Davam-lhe de beber remédios fortificantes, não deixando, entretanto, conforme o seu costume, de pilheriar bondosamente com o rapaz e com os seus sfrimentos, rindo porque um tão valente e jovem marinheiro não conseguia suportar o delicioso balanceio do navio.

Eti ria juntamente com os outros dêsses gracejos, mas no seu íntimo meditava sôbre um meio de sair do navio para a liberdade, com a qual não cessava de sonhar. As últimas experiências corroboraram ainda mais a sua decisão. E juntamente com Fritz refletiam sem cessar sôbre um meio de abandonar o "Emma".

IV

NAS TERRAS DA COSTA ORIENTAL

A República do Uruguai, chamada também de Costa Oriental, do leste limita-se com o Oceano Atlântico; o rio Uruguai a oeste e o Rio da Prata ao sul separam-no da República Argentina, enquanto ao norte encontra-se com o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul. A superfície do Uruguai é de 178.700 km², enquanto toda a sua população naquela época não ultrapassava 600.000 habitantes. A grande maioria dos habitantes do Uruguai era constituída por brasileiros, italianos e alemães, e um pequeno número de franceses e ingleses.

A capital da República, Monteviú, contava naquela época 170.000 habitantes. Além da capital, as outras cidades maiores eram: Maldonado, Salto e Paysandú. As margens do Rio da Prata encontrava-se uma colônia mais numerosa, fundada por alemães e suíços e por êles igualmente habitada.

O território da República é constituído principalmetne de vastas planícies e extensos campos verdes. Há poucas elevações e estas não ultrapassam 300 m acima do nível do mar. Alguns rios menores, que cortam baixadas cobertas de mato, circundam a rica e progressista República. Entretanto a falta de grandes matas, que são tão abundantes no Brasil, trazia como consequência a falta de material combustível e de madeira de construção. Por isso êsses materiais tinham que ser importados do vizinho Brasil.

O clima do Uruguai é temperado e saudável. A temperatura durante o ano oscila entre 37 graus centígrados acima de zero e 3 graus abaixo. Durante o inverno caem chuvas frias e torrenciais e sopram os ventos do sudestes, os assim chamados pampeiros, a quem fizemos alusão no capítulo anterior.

A riqueza da florescente República é constituída por numerosos produtos agrícolas e uma bem desenvolvida criação de gado. Deve-se, pois, mencionar as diversas espécies de cereais, especialmente o trigo, a grande variedade de frutas meridionais, e finalmente o vinho rosado, que na côr e no sabor lembram os vinhos de Bordeaux.

Numerosas fábricas dedicam-se à produção de carne sêca e outros produtos animais, aproveitando a abundância de gado bovino e ovelhas, que engordam esplêndidamente nas nutritivas e s marentas pastagens dêsse país. Igualmente é bem desenvolvida a criação de cavalos de raça e de burros.

As casas residenciais, como de resto todos os edifícios na capital, são construídas de pedra, com telhados planos. De longe tôdas as casas dão a impressão de construções fabris. A construção de telhados planos é devida a considerações de ordem prática, pois servem os mesmos para a colheita da água da chuva, que é conduzida para cisternas embutidas no pátio, para dali ser recolhida para o uso doméstico. O problema da água potável é mais grave na capital, onde a mesma deve ser transportada em barcos, dos rios que desaguam no Rio da Prata.

Naquele tempo o Presidente da República era o General Flores, que comandava os batalhões auxiliares do exército aliado na guerra com o ditador do Paraguai, Solano Lopes. O exército uruguaio contava então 3.500 soldados regulares, bem como 20.000 homens do Governô Nacional. O partido dominante eram os "colorados" ou liberais, os quais durante vários anos afastaram da influência o partido dos "blancos" — conservadores. Entre êsses dois partidos reinava maior ódio do que entre os partidos brasileiros. Nos dias de eleições, nas ruas apareciam batalhões armados, e mesmo belas senhoritas vinham armadas aos locais de votação.

Era nessa terra do nôvo continente que o nosso Eti tencionava desembarcar. Não havia aí matas virgens e cadeias de montanhas, com as quais tanto se encantara Dona Emma. Havia, em compensação, belas, vastas, verdes planícies.

Eti sabia que um bom número de jovens poloneses, que tomaram parte no levante de 1863, e depois da queda do mesmo foram exilados pelo governô czarista para a Sibéria, conseguiu fugir ao degrêdo, ou também, adiantando-se aos decretos de banimento, fugir das terras polonesas e encontrar refúgio na hospitaleira terra suíça. Sabia também que muitos dêsses jovens, que de início estabeleceram-se na Suíça, vieram à América e entraram nas fileiras dos exércitos aliados que combatiam contra o Paraguai. Queria estabelecer contato com êles, não conhecia contudo os seus nomes.

Escreveu pois uma carta a êsmo, sem enderêço nominal, para qualquer um dos voluntários emigrantes poloneses, pedindo ao endereçado anônimo que o visitasse no navio. Fritz, que desembarcou e foi à cidade para procurar emigrantes poloneses, levou consigo essa carta. A sorte o favoreceu. Quando entrou numa certa hospedaria alemã, onde habitualmente reuniam-se os marinheiros, para durante a parada do navio fazer diversas compras e divertir-se em terra, topou imediatamente com um certo jovem polonês, um tal Estanislau Zaleski, e entregou-lhe a carta do seu amigo.

Zaleski conhecia também a língua alemã. Por isso não foi difícil para Fritz informá-lo dos planos de Eti.

O nôvo conhecido trabalhava numa tipografia espanhola. Prometeu solenemente que visitaria Eti no navio. Com efeito, alguns dias depois realmente veio a bordo do navio, pedindo para falar com o capitão. Trouxe consigo mais um outro emigrante, homem já de certa idade, e cidadão respeitável, que tinha muitas relações na capital. O capitão de bom grado permitiu-lhes subir a bordo e visitar Eti, o qual ainda continuava sem poder restabelecer-se das

agruras da viagem. Os dois visitantes (o companheiro de Estanislau chamava-se Jacó) conversaram longamente com Eti, fazendo perguntas detalhadas sobre os seus planos, e na saída prometeram que em breve voltariam novamente.

Antes de deixarem o navio, tiveram ainda uma longa conversa com o capitão. Agradecendo-lhe pelo solícito cuidado dispensado ao patricio, várias vezes hábilmente mencionaram durante a conversa que ao rapaz doente faria bem mandá-lo a terra. O bom capitão e sua esposa não pouparam elogios a Eti, cheios de reconhecimento pelas suas boas maneiras e seu excelente comportamento no navio. Lamentavam muito não ter a possibilidade de fazer mais nada pelo rapaz, mas desde que a sua saúde assim o exigia, concordaram de boa vontade que os dois patricios o levassem a terra aos seus cuidados.

Satisfeitos com a favorável solução do caso, Estanislau e Jacó, logo depois de voltarem à cidade, combinaram um plano de ação. Estanislau concordou em receber Eti em sua casa, enquanto que Jacó tomou a seu cargo encontrar para êle algum emprêgo, o que conseguiu sem maiores dificuldades. Dessa maneira ambos, de acôrdo com as imposições do patriotismo, cumpriram a sua obrigação para com um patricio no estrangeiro.

Tôda a tripulação do "Emma" despedia-se com pesar do môço que deixava o navio, enquanto o capitão e sua esposa presentearam-no com um bonito presente, como lembrança da sua estada no navio.

Naquele tempo todo o comércio exterior do Uruguai encontrava-se nas mãos de alemães e de suíços. A vida industrial e comercial do país concentrava-se em Montevidéu, onde os comerciantes e industriais suíços e alemães fundaram de comum acôrdo um clube, cuja existência contribuía bastante para o bom desenvolvimento dos negócios. A êsse clube pertenciam tôdas as personalidades mais importantes do mundo econômico da cidade, tanto suíços como alemães. O clube possuía a sua própria sede, bastante imponente, na rua central de Montevidéu. Havia ali salas de bilhar, biblioteca, salas para reuniões e de sessões, escritórios do pessoal administrativo, cozinha e restaurante. Os sócios do clube porfiavam em prover o restaurante gratuitamente de todos os produtos. Por isso podia-se conseguir nêle, a preços muito baixos, as mais finas bebidas e os pratos mais selecionados.

O administrador do clube era um certo alemão, natural da Áustria, propriamente da Checoslováquia. Conseguiu essa posição graças à proteção do presidente do clube, que era igualmente um alemão austríaco. No clube havia entretanto muito serviço, e o administrador precisava de um ajudante. Por empenho do Sr. Jacó, êsse emprêgo ficou para o nosso Eti. Tratava-se de um excelente emprêgo, pois, além da moradia e da comida, fornecidas pelo clube, recebia ainda uma decente remuneração mensal.

O checo tinha servido no seu tempo na cavalaria austríaca e tinha tomado parte na guerra entre a Áustria e a Prússia no ano de 1866. Terminada a guerra, deu baixa do exército e alistou-se co-

mo oficial no exército argentino, que na época combatia com o Paraguai. Ofereciam aos voluntários a nomeação para oficial, porém as altas patentes militares em Buenos Aires não reconheciam tais nomeações. Dessa maneira pregaram uma peça em muita gente, entre eles em Estanislau e outros emigrantes poloneses. Em vão os pobres homens protestavam contra semelhante injustiça. As autoridades não levavam em consideração êsses protestos. Não restava outra alternativa, a não ser a fuga ou a miséria e a vagabundagem nas fileiras. O administrador conseguiu fugir para Montevidéu, onde a legação austríaca prestou-lhe assistência. Mas os pobres poloneses enganados estavam privados da proteção consular. Nessa trágica situação encontrou-se também Estanislau. Somente a deserção das fileiras poderia salvá-lo. Nas fileiras da sua companhia marchou até o Paraguai. Ali, uma noite, quando acorrentado e amarrado a um poste sofria torturas horríveis, libertou-o um cirurgião polonês, que prestava serviços nessa companhia. Tendo-o libertado, deu-lhe dinheiro, comida e uma comprida e larga faca e indicou-lhe exatamente a direção e o caminho que levava às margens do Rio da Prata. Daí já era possível atravessar, com o primeiro barco ou veleiro que encontrasse, para a outra margem do rio, para a República do Uruguai.

O administrador do clube contou a Eti sôbre os detalhes da fuga de Estanislau e suas trágicas aventuras. Essa história merece ser contada aqui.

Libertado pelo patricio, Estanislau correu pelo campo na direção que lhe tinha sido indicada, até que atingiu a beira do mato e o espesso matagal que cobria a margem direita do Rio da Prata. Era um obstáculo difícil de ser vencido. Com muita dificuldade, tinha que abrir caminho com a faca até as margens do rio, que devia ser a sua salvação. Ao amanhecer, encontrou-se finalmente do outro lado do mato e pôde descansar depois da cansa da noite. Mas, olhando em volta, verificou consternado que a região era deserta e desabitada até onde os olhos alcançassem. Diante dêle a imensidão das águas, e mesmo ao longe não se via nenhum navio ou barco que pudesse salvá-lo. Decidiu então êle mesmo construir uma jandaga, para com ela livrar-se da armadilha. Depois de cortar alguns troncos grossos, cortou a sua roupa em tiras e com elas amarrou-os como se fôsse com cordas. A janda era primitiva, mas podia suportar o peso de um homem na superfície da água. Empurrou-a para a água e entregou-se à Divina Providência e à força dos seus braços e pernas, de que teria que utilizar-se como se fôsem remos, para dirigir a jangada. Passaram-se longas horas nessa viagem perigosa e sem esperança, até que apareceu a margem oposta do rio, para a qual estava dirigindo-se com um esforço tão desesperador. Para cúmulo do azar, dominou-o o mêdo de que a corrente do rio o arrastasse e lançasse ao mar, ou então despedaçasse as frágeis amarras da jangada. Gastava pois as últimas forças, para alcançar a margem antes do cair da noite. Contudo parece que a sorte o favorecia, pois finalmente viu-se na almejada margem da República Oriental. Desembarcou no meio do campo e

imediatamente deitou-se para dormir, para recobrar fôrças antes de reiniciar a viagem através do país desconhecido. Quando acordou, o sol já estava alto.

Consumiu o restante das provisões que tinha recebido de seu patrício e reiniciou a viagem. Andava sempre em frente, em direção ao desconhecido, através do campo imenso que o rodeava de todos os lados. Andou assim por muito tempo. Finalmente topou com algumas reses que pastavam, e ao longe avistou algumas casas. Tinha encontrado algum povoado. Mas não tinha coragem de aparecer diante de alguém com os farrapos que tinha sôbre si. Resolveu esperar até a noite. Quando escureceu, saiu andando corajosamente e entrou na primeira casa que encontrou. O dono da casa era um alemão, que também trabalhava como sapateiro. Ao ver o desconhecido maltrapilho, pensou que se tratasse de algum bandido, e já ia estendendo a mão para a espada pendurada na parede, quando Estanislau falou-lhe em alemão, pedindo ajuda e abrigo para a noite. Contou-lhe também as aventuras por que tinha passado até aí e sôbre a situação em que se encontrava. O homem trouxe alguma roupa e convidou-o para que entrasse em sua casa. Tratava-se de um antigo oficial peruano, que tinha emigrado para o Uruguai juntamente com a família. Não tendo conseguido encontrar um emprêgo conveniente em Montevidéu, mudou-se para a cidade de Salto, onde conseguiu estabelecer-se com um armazém de comestíveis pelo resto das suas economias e graças a créditos conseguidos. Ajudava-se com os ganhos de sapateiro, ofício que tinha agredido por conta própria.

Na casa dêsse oficial Estanislau permaneceu alguns meses. Ajudava na loja como empregado e ao mesmo tempo estudava com afinco a língua castelhana.

Finalmente, despedindo-se do seu benfeitor, Estanislau partiu de Salto e mudou-se para Montevidéu, onde por obra do acaso travou conhecimento com Eti. Tornaram-se amigos sinceros para sempre. Muitas vêzes relembravam suas aventuras e juntos teciam projetos para o futuro.

Passavam dias e semanas, que não traziam nenhuma mudança na vida de Eti. De vez em quando saía em companhia de Estanislau para o amplo terraço do clube, para uma conversa ao ar livre, para regalar-se com uma garrafa de cerveja ou para alegrar os olhos com o magnífico panorama que daí se descortinava. Do terraço podia-se avistar o mar, o Rio da Prata, as margens da Argentina e os imensos pampas esverdeados da República Oriental. Os afazeres no clube não permitiam a Eti passeios mais longos pela cidade ou uma excursão pelas redondezas. Em breve, porém, sobrevieram dois acontecimentos que trariam mudança completa nos destinos de Eti.

A guerra com o Paraguai continuava ainda. O ditador Solano Lopes, num esforço desesperador, defendia-se das fôrças aliadas. O Brasil enviava continuamente ao seu exército, que lutava sob o comando do Duque de Caxias, novos reforços. Corriam boatos de

que em breve deveria chegar do Brasil o Conde d'Eu, genro do Imperador do Brasil D. Pedro II, para assumir o comando supremo.

Certo dia veio do Brasil um navio trazendo um contingente de novos batalhões. O comandante desse contingente era um certo coronel polonês, que tinha tomado parte no levante de 1863. Após a queda do levante alistou-se no serviço militar na Espanha e tomou parte nas lutas internas entre a imperatriz Dona Isabel e o pretendente ao trono Dom Carlos. Quando a rebelião foi sufocada, entrou no exército brasileiro, obtendo o posto de coronel.

O transporte de tropas, por ele conduzido, devia dirigir-se a Buenos Aires. Entretanto, durante a viagem alastrou-se pelo navio uma epidemia de febre amarela, semeando a morte entre os soldados. Tendo notificado desse fato o embaixador brasileiro em Montevideu, o coronel teve que permanecer, junto com toda a tropa, na ilha Garcia, na foz do Rio da Prata, com o fim de passar por uma quarentena. Todos os navios que vinham a Montevideu detinham-se primeiramente nessa ilha. Passado o prazo determinado pelas autoridades sanitárias do porto de Montevideu, o coronel apresentou-se pessoalmente ao embaixador brasileiro, pedindo-lhe que informasse imediatamente o governo no Rio de Janeiro sobre o acontecido, bem como para pedir novas instruções. A resposta do governo brasileiro veio em breve, mas aparentemente não se coadunava com o pensamento do coronel, pois este, logo após tê-la recebido, pediu demissão, entregando o comando ao seu substituto. Em seguida, já livre de preocupações, desembarcou em Montevideu, onde alguns dias depois já obtinha um alto posto no ministério da agricultura.

O coronel, de origem aristocrata, muito culto e refinado, conhecia seis idiomas e apreciava a música. Em pouco tempo, graças às suas qualidades, granjeou a estima e a simpatia da aristocracia local, a cada dia conquistando novos amigos. Com obsequiosa gentileza e com gestos de generosidade, aproximou-se também do pequeno grupo de imigrantes poloneses residentes em Montevideu e Buenos Aires. Entre eles, encontrou-se também com Eti e com Estanislau.

O coronel expôs aos jovens o seu plano: dentro das próximas semanas tencionava viajar para a Bolívia, que desejava muito visitar e conhecer detalhadamente. Junto com ele devia viajar o seu administrador, bem como um engenheiro-técnico, também polonês, que trabalhava no ministério da agricultura. Propôs a ambos os moços levá-los consigo. Estes, porém, não aceitaram o convite nem a interessante proposta.

Outro fato, que mudou não apenas o curso dos pensamentos, mas também o curso da vida de Eti, foi a visita de um velho alemão, que, conforme confessou, havia muito desejava travar conhecimento com Eti. Queria convidá-lo para apresentá-lo a sua esposa, cujo primeiro marido tinha sido um polonês nato. Quando enviuvou, casou-se com ele, que também era viúvo.

Sua esposa atual não possuía filhos. Ele, entretanto, possuía sete filhos do primeiro matrimônio: quatro filhos e três filhas. As

filhas já eram casadas, os filhos ainda solteiros. Tôda a família morava no Rio de Janeiro. Os filhos, porém, sob a influência de intrigas de seus compatriotas, abandonaram sua casa. Não podiam também entender-se com a madrasta, que descendia de uma família nobre, era pessoa culta e educada, e desejava dar uma educação européia também para os filhos dêle. Seus genros esforçavam-se por estabelecer a concórdia, mas aparentemente as negociações não produziram resultados satisfatórios. O velho morava então em Pôrto Alegre, onde vivia em paz com sua espôsa, dirigindo um pequeno restaurante. Preferia, porém, vender tudo e renunciar a seus filhos a abandonar a companheira de vida de muitos anos, com a qual tinha emigrado da Alemanha e vindo ao Brasil, estabelecendo-se de início na colônia Macuri, no Estado de Minas Gerais, nas terras do Senador Ottoni. Agora, de Pôrto Alegre mudaram-se os dois para Montevidéu, onde o velho pretendia estabelecer um comércio de fumo, pois tinha adquirido em Rio Grande um substancial carregamento dessa mercadoria a preço baixo.

Era de se prever que num país e numa cidade estranha, não conhecendo a língua castelhana nem as relações comerciais do lugar, não possuindo além disso nenhum conhecimento do assunto, não poderia sair-se bem. Com efeito, tinha perdido tudo, não tendo conseguido encontrar compradores para o fumo que tinha trazido consigo. Em consequência, encontrou-se sozinho entre gente estranha, sem meios de subsistência.

O embaixador alemão em Montevidéu, embora fôsse seu colega de escola, pouco lhe ajudou. Por isso vinha agora falar com Eti, propondo-lhe a venda de uma certa quantidade de peças de vestuário. Essas coisas poderiam ser úteis também aos dirigentes do clube. Com efeito, o administrador, querendo mesmo dessa modesta forma ajudar ao pobre homem, comprou parte dos objetos. Eti levou essa notícia ao velho alemão e a sua espôsa.

Nesse ínterim o coronel, de acôrdo com os seus planos, partiu para a Bolívia, levando consigo também o administrador do clube. Dessa forma o cargo ficou vago, e a maioria dos sócios do clube ofereceu-o a Eti.

O presidente do clube, contudo, conseguiu colocar no cargo um certo alemão suíço, com a condição, porém, que Eti continuasse empregado no clube como seu auxiliar. Contudo, Eti ficou desgostoso com êsse incidente. Por isso deixou o clube e mudou-se para a casa daquele velho alemão, encontrando um outro emprêgo num certo estabelecimento litográfico.

Freqüentemente mantinham longas conversas a respeito da República Oriental e sobre a enorme extensão do Império do Brasil. Os velhos já conheciam o Brasil e tencionavam voltar para lá e estabelecer-se em alguma das recém-fundadas colônias, em Dona Francisca ou Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Fizeram também Eti interessar-se por êsses planos.

— Vamos — diziam. Lá mora o nosso velho amigo e colega, o médico da colônia. Encontra-se ali também um outro amigo nosso dos anos passados, o Dr. Blumenau, diretor da colônia. Venha co-

nosco, rapaz. Você será nosso filho, já que a meus filhos, que me abandonaram, não quero conhecer. Venha conosco para o Brasil. Existe lá muita terra, muitas montanhas, matas virgens perpétua-mente verdes, abundância de rios e águas, animais nas florestas e peixes nos rios, inesgotável sortimento das mais finas frutas, gran-de quantidade de frutos do campo, arroz, café, algodão e fumo. Lá é mais fácil viver para gente pobre. E aqui o que é que você tem? — perguntava o velho alemão Frederico. Nada, além dos pam-pas e pastos para o gado, com cuja criação podem ocupar-se pes-sas ricas, e não assim como nós. No Brasil espera-nos um futuro fel'z e tranqüilo. Aqui, tôda vez que se realizam eleições, explodem revoluções, que levam os cidadãos pacíficos à ruína.

Essas tentadoras considerações agiam de maneira aliciadora sôbre a imaginação romântica de Eti. Não é de admirar que tenha cedido a elas, e que elas tenham mudado completamente o curso da sua vida.

V

EM SANTA CATARINA

Num dos navios que navegavam em direção ao Rio de Janeiro, viajavam entre outros passageiros três pessoas, que desembarcaram no pôrto de Destêro, capital do Estado brasileiro de Santa Catarina. Um barco levou-os dali até a foz do rio Itajaí, e além, até a sede principal da colônia Blumenau.

A viagem de barco levou vários dias. Era especialmente demorada a viagem pelo rio Itaja, pois o proprietário do barco negociava ao mesmo tempo com carne sêca, açúcar, aguardente, fumo, etc. Por isso parava na viagem nas mais diferentes localidades, onde vendia as mercadorias trazidas.

Finalmente aportou no pôrto da colônia Blumenau. O pôrto encontrava-se na foz do rio Garcia, um afluente do Itajaí. A colônia começava bem junto à foz e estendia-se ao longo da margem direita do Garcia, encostando-se a leste numa pequena elevação.

Algumas casas de madeira formavam naquela época a sede da colônia Blumenau. Havia ali uma vasta barraca para os imigrantes, o escritório da administração, a casa residencial do Dr. Blumenau, a casa do médico da colônia, um modesto hotel, duas lojas que forneciam mercadorias aos colonos, a casa do pastor protestante, bem como uma igreja dos protestantes, e enfim duas ou três casas particulares. Uma única rua central cortava a cidade. Daí espalhavam-se em várias direções as estradas que levavam às diversas povoações, espelhadas ao fundo da colônia. A mais importante delas levava ao longo da margem do rio Itajaí à paróquia de Gaspar, e daí à cidadezinha propriamente dita de Itajaí. Outra atravessava a colônia rio Garcia acima e, juntando-se num certo ponto a uma picada, levava à colônia de Brusque. De ambos os lados dessas estradas estabeleceram-se os colonos. Uma terceira estrada levava pela margem direita do rio Itajaí à bifurcação, em direção de Rio Itapava, Rio Testo, etc. Também ao longo dessa estrada, numa extensão de dois quilômetros, espalhavam-se as propriedades dos colonos.

De ambos os lados da estrada viam-se lotes de terra cultivados e uma série de casas, estendendo-se até a foz do Rio Velho. Num desses lotes havia sido construída uma capela para os colonos católicos. Havia ali uma escola dirigida por uma professôra, e o fundador da colônia, Dr. Blumenau, organizou também, nas proximidades da sede central, um jardim botânico.

O próprio Dr. Blumenau, que exercia a administração da colônia em nome do govêrno do Império do Brasil e que era pago pe-

lo mesmo, encontrava-se então na Alemanha. A colônia era administrada por um vice-diretor, com o auxílio do pessoal administrativo. O engenheiro, os agrimensores e seus auxiliares resolviam as questões relacionadas com as medições, estabelecimento de limites e planejamento de construções. Um certo doutor em medicina, amigo do velho Frederico, exercia a assistência médica na colônia. Tinha à sua disposição uma farmácia. O pastor protestante e o padre católico de Gaspar, de Pedro Apóstolo, visitavam seus paroquianos ao menos uma vez por mês. A população da colônia compunha-se principalmente de alemães de Brunswick, de onde provinha o Dr. Blumenau.

O direito de estabelecer-se na colônia era reservado unicamente aos alemães, mas o Dr. Blumenau, ao fundar as primeiras colônias, não teve sorte com seus patricios de Brunswick. Estes eram na sua maioria artífices de todos os tipos, que demonstravam contínuo descontentamento e por qualquer motivo cobriam-no de reclamações. O fundador da colônia teve então a feliz idéia de trazer um certo número de agricultores da Pomerânia, — terra polonesa que fôra ocupada pelo govêrno da Prússia. Os novos elementos revelaram serem pacíficos e muito trabalhadores. Isso decidiu o rápido desenvolvimento da colônia, a qual em pouco tempo tornou-se a mais rica e a mais evoluída colônia do Estado de Santa Catarina. Para dar uma idéia da rapidez do desenvolvimento da colônia Blumenau, do nível de sua cultura, do crescimento do seu comércio e produção, e de um modo geral sôbre a sua história, seria necessário escrever vários volumes. Em vista disso, mencionaremos aqui apenas alguns dos episódios mais interessantes de sua história.

A colônia Blumenau limita-se ao norte com os terrenos colonizados por uma companhia de Hamburgo, que levavam o nome de Dona Francisca. Ao sul alcança a colônia de Brusque, ao leste a vila paroquial de Gaspar, chamada também de Pedro Apóstolo, do lado oeste finalmente é rodeada ao longe por uma cadeia de altas montanhas que descem em elevações menores para o mar. Por entre essas montanhas corre o rio Itajaí, onde nasce também o rio Canoinhas — afluente do Iguaçu — que circunda o Monte Taio, domicílio de selvagens Botocudos. No seu curso superior, o rio Itajaí torna-se navegável e desemboca no Atlântico, na pequena cidade de Itajaí. Uma porção de afluentes reforça-lhe as águas, criando uma série de vales, que constituem terrenos apropriados para colonização. Todo êsse território era então coberto de matas virgens, que abundavam nas mais variadas espécies de vegetação. Assim, as serrarias que ali surgiam tinham tôdas as possibilidades de rápido desenvolvimento, contribuindo para a industrialização de toda a região. Os laboriosos e ativos pomeranos demonstraram ser também excelentes criadores de gado. A manteiga e outros derivados do leite, oriundos das suas pequenas fazendas, eram excelentes e exportavam-se em quantidades apreciáveis, não apenas para as diversas localidades do Estado de Santa Catarina, mas também para além de suas fronteiras.

Verificou-se, portanto, que o terreno indicado pelo Dr. Blumenau para a colonização fôra bem escolhido. Os seus conterrâneos não foram capazes ou não conseguiram, na localidade próxima de Dona Francisca, normalizar a colonização e ocupar os terrenos livres. Por isso, uma boa porção de terra ficara ali abandonada. O Dr. Blumenau adquiriu meia milha de terra desabitada e sempre tinha suficiente número de pessoas dispostas a estabelecer-se aí.

O velho alemão Frederico, que trouxe o nosso herói Eti para a colônia de Blumenau, tinha conhecido ainda na Alemanha o pai e o irmão do fundador da colônia. Sobre os seus primórdios, assim contava a seus jovens amigos:

— Eu possuía na Alemanha uma pequena propriedade. Certa vez, junto com os Blumenau, estudávamos uns prospectos de centros de colonização, que naquela época estavam sendo organizados pelo alemão Teingantz no Estado do Rio Grande do Sul, na região de Pelotas. Fomos convidados para tomar parte nesse empreendimento.

O Dr. Blumenau era farmacêutico de profissão. Tinha êle herdado 16.000 tâleres em moeda prussiana, e decidimos buscar a fortuna partindo para o Rio Grande do Sul. Êle agia com muita prudência. Tendo estudado com atenção todo o processo colonizador, decidiu adquirir por preço baixo uma extensão maior de terra. No Rio Grande do Sul não encontrou, todavia, terrenos adequados. Por isso, a conselho de um patrício, seguiu para o Estado de Santa Catarina, onde havia ainda grandes extensões de terra não cultivada, que em vão aguardavam compradores.

O Dr. Blumenau já de antemão tinha decidido que nos terrenos adquiridos cultivaria arroz, cana-de-açúcar, etc., organizaria uma criação de gado e fábrica de derivados de leite, e iniciaria uma criação de aves domésticas em grande escala. Previa êle que todos os produtos da colônia teriam compradores e um amplo mercado de consumo nas pequenas cidades vizinhas de Destêrro e Itajaí. Com essa intenção comprou no território de Rio Velho meia milha, isto é, 2,5 km² de terra boa e barata.

De início ninguém acompanhou o Dr. Blumenau, com a exceção de um jovem, que exercia as funções de inspetor. Para a realização dos primeiros trabalhos na fazenda, comprou alguns escravos negros e construiu, na foz do Rio Velho, uma casa de moradia e algumas barracas. Em seguida mandou desbastar uma parte do terreno e prepará-lo para a sementeira e plantação. Contudo, apesar de um início tão promissor, razões diversas fizeram com que tão inteligentes e corajosos planos, esboçados à moda européia, não pudessem ser realizados. Muito dinheiro foi aplicado inútilmente e junto com êste dissiparam-se as esperanças de um brilhante futuro.

O Dr. Blumenau resolveu, porém, desferrar-se de outra forma da decepção sofrida. Foi ao Rio de Janeiro e conseguiu junto ao governo imperial não apenas a licença para a venda das terras que comprara, mas, o que era mais importante, procuração oficial pa-

ra colonizar o restante da grande extensão de terras, que estavam ainda baldias. Dessa maneira tornou-se o diretor da colonização de toda essa região, sendo que as terras colonizadas tomaram o nome de colônia Blumenau do nome de seu fundador.

Os primeiros colonos vieram de Dona Francisca: alguns moços solteiros e um casal. Um deles passou a residir na casa do Dr Blumenau, enquanto que os restantes abrigaram-se nas tendas e barracas que o mesmo mandar levantar junto ao rio Garcia.

Certa manhã os moradores de uma casa junto ao rio Velho foram assaltados pelos selvagens Botocudos. O ataque era inesperado, mas os colonos conseguiram fechar as portas a tempo, ferindo com tiros de armas de fogo os bugres que se amontoavam no pátio em frente à casa. Desbaratados pelas balas certeiras, os selvagens imediatamente bateram em retirada, carregando consigo mortos e feridos. Embora não tivessem mais coragem de repetir o ataque, vingavam-se pela derrota atirando com arcos contra colonos que passavam sós e que de nada desconfiavam. Isso causou diversas vítimas.

Nessa mesma casa junto ao Rio Velho estabeleceram-se também por um período de vários meses os nossos três conhecidos. Moraram ali até o dia em que o velho Frederico despediu-se deste mundo. O Dr. Blumenau estava então na Alemanha. Antes da sua volta, o velho não tinha possibilidade de conseguir para Eti, a quem tratava como a um filho, um emprêgo na administração da colônia. Conseguiu apenas colocar o rapaz como inspetor dos colonos na construção de uma estrada na localidade de Itapava. Essa localidade encontrava-se dentro dos limites do rio Itapava, um dos afluentes da margem esquerda do Itajaí.

As terras dessa localidade eram constituídas por várias planícies muito férteis, cobertas de mata virgem, que abundavam em árvores de diversas espécies. Eram também excelente terreno de caça: havia ali antas, javalis, cabras, veados, raposas e diversas espécies de macacos, das quais por exemplo o bugio constitui o petisco favorito não apenas dos selvagens, mas também dos recém-vindos europeus. Havia também uma enorme abundância de pássaros e aves; pombos, tucanos, jacus, jacutingas, jacupenas, urus, galos silvestres, faisões, aves aquáticas — eram apenas algumas das inúmeras espécies. Todo esse mundo silvestre encantava e atraía não apenas os aficionados da caça, mas podia também trazer consideráveis vantagens materiais aos colonos estabelecidos na região. Não é de admirar que o encontro com toda essa riqueza natural deixasse Eti extasiado. Por isso aproveitava todo momento de folga para ir caçar no mato. Para Eti e seus companheiros eram especialmente prometedores os domingos e dias de folga.

O velho alemão Frederico, a exemplo de um certo industrial de Hamburgo, escolheu para si uma extensão de 50 hectares de terra plana e fértil. Planejava construir ali uma serraria, uma usina de cana-de-açúcar e outros estabelecimentos.

O terreno já estava preparado para cultura e plantação. Foram trazidos os mais necessários meios auxiliares e instrumentos para a colheita dos produtos, que deveriam ser adquiridos pelos colonos que chegavam em grande número. Todos êsses planos caíram por terra, entretanto, com a morte do velho Frederico, ocorrida pouco tempo depois. A viúva não podia conformar-se com a vida no mato. Tendo, pois, vendido vantajosamente o seu lote, foi viver, juntamente com o filho adotivo Eti, na casa de um certo mecânico alemão, que possuía uma oficina e um lote de terra nas proximidades da sede central da colônia Blumenau. Êsse mecânico tinha duas filhas. Trouxera-as da Europa após a morte da espôsa e fazia questão que ambas recebessem uma boa instrução. Tendo, pois, entrado em entendimento com os demais colonos, foi organizada uma escola, para a qual Eti foi contratado como professor.

Na borda da propriedade do mecânico iniciava-se a mata virgem. Eti, para tornar mais fácil o acesso à caça, cortou na mata espessa estreitas passagens e todos os dias de manhã bem cedo ia ao mato para caçar. De cada expedição dessas, voltava carregado de caça.

Na manhã de um domingo, voltando como de costume do mato para casa, percebeu uma jacutinga numa árvore à beira da estrada. Atirou, mas a ave — certamente mal ferida — caiu da árvore e procurou salvar-se pela fuga, correndo rapidamente pelo chão. Eti sacou da faca, querendo acabar de matar a ave. Mas esta escondeu-se habilmente atrás de um palmito, fazendo com que a faca atingisse a árvore com tôda a fôrça. O ramo quebrado, na queda, feriu o joelho do rapaz. O ferimento era efetivamente leve, mas dolorido. Com ataduras no joelho e bem atrasado, Eti voltou para casa.

Justamente naquela época veio de Gaspar até a localidade o Padre Antônio Zielinski, polonês, para celebrar uma missa para os colonos. O padre já sabia que na colônia encontrava-se o seu patrício Eti e queria muito conhecê-lo. A viúva de Frederico e o mecânico, em cuja casa se hospedara o Padre Zielinski, enviaram em busca de Eti uma das filhas do mecânico, que conhecia bem as picadas cortadas a machado pelo rapaz. A menina, porém, voltou depois de algum tempo, não tendo encontrado Eti. O Padre Antônio, não podendo esperar por mais tempo, partiu, pedindo aos donos de casa que avisassem o rapaz que desejava muito conhecê-lo e que aguardava a sua visita em Gaspar.

Foi apenas altas horas da noite que Eti voltou com uma jacutinga abatida, cansado e esgotado pela dor, jurando desistir da caça de uma vez por tôdas.

O joelho ferido sarou em pouco tempo e Eti resolveu visitar o seu patrício em Gaspar o mais cedo possível.

O Padre Zielinski era oriundo de Lwów, da ocupação austríaca. Era um homem cheio de jovialidade e disposição e muito loquaz. Entre a população brasileira de Gaspar gozava de muita estima e respeito, e com a mesma consideração era tratado pelo pequeno

grupo de colonos, que aí se haviam estabelecido ainda antes da fundação da colônia Blumenau.

Em Gaspar existiam naquela época apenas duas casas de comércio: uma pertencia a um português e a outra a um alemão da Galícia, o qual era tratado como oráculo e personificação da infalibilidade pelos alemães da redondeza, gozando de especial reputação entre aquêles que não simpatizavam com o Padre Zielinski. A única fonte dessa antipatia eram afinal as intrigas da diretoria da colonização, a qual açulava contra o padre, acusando-o de intruso e atribuindo-lhe a prática da espionagem.

A paróquia de Gaspar fazia parte da diocese de Santa Catarina, sob a jurisdição do bispo residente no Rio de Janeiro. A colônia Blumenau, como já o lembramos, pertencia também a essa paróquia.

O Padre Antônio sabia muito bem da antipatia que contra êle nutria a diretoria. Mas não discutia essa questão, não tomando conhecimento dos desgostos de que era vítima. Afirmava que do fato de ser polonês não resultava que tivesse que ser inimigo de quem quer que fôsse.

Na véspera da solenidade em honra do padroeiro da paróquia de Gaspar, São Pedro Apóstolo, foi Eti fazer uma visita ao Padre Antônio, em companhia do sacristão, um silesiano. Graças ao bom tempo que fazia, em poucas horas a pequena aranha levou-os ambos até Gaspar. Encontraram aí já uma porção de gente, ocupada com a decoração da igreja e do pátio contíguo. Logo também encontraram-se com o Padre Antônio, que os saudou com tóda a cordialidade, pedindo-lhes que o aguardassem na casa paroquial, enquanto não acabasse de cuidar dos trabalhos de ornamentação da igreja.

A casa do pároco estava construída num belo local, um outeiro nas proximidades do rio Gaspar. Terminados os preparativos para a festa, o Padre Antônio, cansado, voltou para casa. Serviu-se um bom jantar, regado com vinho do Pôrto, que um dos paroquianos, um português, havia ofertado para a festa do dia seguinte. Os dois hóspedes, após uma viagem de várias horas, ficaram muito satisfeitos. Alimentado e descansado, Eti conversou com o padre até altas horas da noite, contando-lhe tódas as suas peripécias, desde o momento em que partira da Europa. O Padre Antônio prometeu que em troca contar-lhe-ia as suas aventuras no México, aonde chegara após ter saído de Lwów e ter-se juntado à expedição do príncipe austríaco Maximiliano, ex-imperador do México.

A festa da Igreja terminara. A população estava muito satisfeita, pois tudo saíra às mil maravilhas. O sacristão voltou para casa, enquanto Eti ficou ainda como hóspede do padre. No dia seguinte, o Padre Antônio, já descansado, saiu juntamente com Eti para visitar algumas famílias de brasileiros, que lhe dedicavam simpatia e apreço. Era êle afinal um hóspede bem visto, pois era um bom contador de aventuras, sempre interessantes e coloridas.

Foi nessa ocasião que Eti ouviu falar sôbre as peripécias do padre no México e sôbre a história da expedição.

A República do México limita-se ao norte com a América do Norte, ao sudoeste estende-se até o Oceano Pacífico, ao leste limita-se pelo Gôlfo do México, enquanto que no sudeste limita-se com as Repúblicas de Honduras e Guatemala. Tem uma superfície de 1.946.290 km² e possui 12 milhões de habitantes, entre os quais os brancos não ultrapassam vinte por cento.

Altas cadeias de montanhas cercam o México, numerosos vulcões não extintos inquietam de vez em quando seus habitantes. Não existem ali rios extensos. Apenas o Rio Grande del Norte separa o México dos Estados Unidos, desembocando, após absorver as águas de numerosos afluentes, no Gôlfo do México. Em compensação, é rico o subsolo desse país, pois no seu seio descansam depósitos de ouro, prata, cobre e outros metais, bem como depósitos de petróleo.

Em séculos distantes, o México era habitado por diversos povos primitivos. O último povo nômade foi a tribo dos Astecas. Numerosos templos, palácios, edifícios públicos e particulares, aquedutos e construções diversas são obra desses povos do México e da América Central. O desenvolvimento da civilização dos Astecas perdurou até o século XV, quando os espanhóis, levados pela cobiça de riquezas, conquistaram o México.

Assim, não era de admirar que no México se tivesse estabelecido um grande número de espanhóis, franceses e ingleses.

Os nativos não viam com bons olhos as arbitrarias iniciativas dos estrangeiros. Consideravam-nos como exploradores, que, graças aos seus inauditos abusos, estavam levando o país à ruína. Sómente em 1838, uma esquadra francesa, sob o comando do príncipe de Joinville, filho de Filipe rei da França, tendo bloqueado a costa oriental do México, conquistou Vera Cruz, pôrto principal do país, e obrigou o govêrno a aceitar condições favoráveis à França, sob a forma de concessões e privilégios econômicos. Os Estados Unidos, que faziam divisa com o México, conservaram-se indiferentes diante das iniciativas de conquista da França. Todo êsse trama trouxe como resultado a guerra civil, denominada "Guerra dos Escravos". Os Estados do sul defendiam nessa guerra a escravidão (o assim chamado partido escravocrata), enquanto que os Estados do norte lutavam pela libertação dos escravos.

Napoleão III, então Imperador da França, queria aproveitar-se da confusão reinante para reforçar o seu domínio no México. Conseguiu convencer a Inglaterra a concordar com a criação de um Império independente no México. O trono foi oferecido ao arquiduque austríaco Ferdinando Maximiliano. No ano de 1864, Napoleão III deu início à realização desses planos, enviando ao México um exército de quarenta mil soldados, sob o comando do General Teray. Esse exército conquistou Vera Cruz e a capital do México. O governador Benito Suarez teve que abandonar a República e refugiar-se no Texas.

Napoleão comprometeu-se a deixar no México vinte e cinco mil soldados durante o tempo necessário para o Imperador Maximiliano firmar suficientemente a sua posição no país e dominar a agitação que ainda reinava. Mas não chegou a cumprir êsse compromisso, e o exército francês, sob o comando do Marechal Bazaine, retirou-se do México. Nesse estado de coisas, o corpo de voluntários que veio com Maximiliano e a pequena guarnição não tinham fôrça suficiente para opor-se às fôrças superiores de Suarez. De forma que o antigo governador voltou, para libertar o país das mãos dos conquistadores. Em uma das batalhas decisivas, o Imperador Maximiliano foi feito prisioneiro. No dia 19 de junho de 1867, foi fuzilado na cidade de Queretaro.

A aventura mexicana, provocada por Napoleão, terminou com o sacrifício da vida do arquiduque austríaco.

Após a queda do Império, um apreciável contingente de voluntários vindos da Europa abandonou o México, indo estabelecer-se nos Estados Unidos. Havia entre êles também numerosos poloneses da ocupação russa e austríaca. Foi justamente dessa forma que o Padre Antônio, que também se tinha alistado como voluntário para a expedição do Imperador Maximiliano, chegou até a colônia polonesa de Santo Antônio, no Texas, de onde transferiu-se para o Rio de Janeiro, no Brasil.

O Padre Antônio contava também como, estando ainda no México, foi enviado pelo arcebispo para uma paróquia no interior do país. Essa paróquia havia anos estava privada da assistência de um padre. Por essa razão havia crescido muito o número de matrimônios ilegítimos e crianças não batizadas. Para organizar novamente a paróquia e fazer reinar nela a ordem religiosa, o Padre Antônio, em entendimento com o alcaide local, convocou para um determinado dia todos os não batizados e todos os casais que viviam sem casamento, para batizá-los e realizar os casamentos.

Foi uma boa idéia. O Padre Antônio não se decepcionou. No dia indicado, multidões enormes vieram para receber os santos sacramentos. Para o padre era realmente um trabalho para além das suas fôrças. Mas o prêmio que obteve ultrapassou tôdas as expectativas, pois os paroquianos pagavam com ouro por cada ato, com as assim chamadas "onças", isto é, moedas de ouro mexicanas, bolivianas e peruanas. O alcaide também recebeu a parte que lhe cabia dessa colheita, de forma que também êle não tinha motivos para descontentamento.

O Padre Antônio residia então ao lado da igreja, numa residência confortavelmente equipada ainda nos tempos da invasão espanhola. Nessa residência guardava êle o seu tesouro, conseguido de maneira tão rápida e inesperada.

— Durante as longas noites — contava o padre — algumas vezes, não podendo dormir, aproximava-se desse tesouro. As peças de ouro estavam depositadas em saquinhos apropriados. Derramava-as desses saquinhos e brincava com elas como criança, não presentindo que tão depressa iria perdê-las. Numa noite de luar, en-

quanto me deleitava com o meu tesouro, ouvi de repente batidas na porta. Imediatamente escondi o ouro e olhei pela janela, para ver quem é que vinha visitar-me a uma hora dessas. Tendo perguntado quem era, ouvi em resposta a voz do alcaide. Pedia que o deixasse entrar, pois tinha que conversar comigo sôbre um assunto importante. O alcaide era muito meu amigo, de modo que abri a porta imediatamente e convidei-o para entrar. Em palavras breves e apressadas, contou-se que um certo general mexicano havia chegado à paróquia, com um destacamento de cento e vinte soldados, para cobrar dos habitantes uma significativa contribuição em dinheiro. E o que era pior, exigia que eu e o alcaide depositássemos uma soma bem elevada dentro de vinte e quatro horas. A importância que me era à fôrça indicada ultrapassava o valor do ouro em meu poder. Fiquei desesperado. O alcaide propôs-me que completaria com o dinheiro dêle a soma que de mim era exigida. Estava completamente resignado e sem fôrças. Apenas tomei a decisão de abandonar o quanto antes êsse país de bandidos.

Foi o que fêz Padre Antônio. Graças a uma ajuda em dinheiro do alcaide, conseguiu partir para a capital onde, apesar da firme oposição do arcebispo, conseguiu o pasaporte de saída.

— Desde o dia daquele acontecimento — completava o padre — não me sentia em segurança no México. E lembrava-me também do que acontecera ao infeliz Imperador Maximiliano. Não há como o nosso Brasil, terra de ordem e paz, o país do bom Imperador Pedro II, protetor dos estrangeiros e pessoas dedicadas ao trabalho. E a melhor prova dessa sua proteção é a colonização de Blumenau. Já é um outro problema o fato de que a administração da colônia interpreta tendenciosamente essa bondade e apoio do govêrno, interpretação tão avêssa na prática a ponto de especialmente aqui em Blumenau — não permitir a colonização da terra por nenhuma outra nacionalidade além da alemão.

Também o Padre Antônio por diversas vêzes fôra vítima de notórias perseguições e provocações por parte da administração da colônia.

Eti estava espantado. Pois o Brasil tinha aberto as suas portas com a mesma hospitalidade para tôdas as nacionalidade. Se recebe os alemães, que não necessitam dessa hospitalidade, com mais razão deve admitir os poloneses que — privados de pátria — são vítimas de perseguições nacionais e religiosas por parte dos govêrnos de ocupação. Declarou, pois, que o Padre Antônio deve — valendo-se de suas vastas relações — contribuir para aliviar a sorte dos emigrantes poloneses. O Padre Antônio tinha sido apresentado no seu tempo ao Imperador Pedro II e gozava da amizade do seu genro Conde d'Eu, conseguida graças ao bispo do Rio de Janeiro, que diàriamente celebrava a missa na capela do Imperador. Tão altos conhecimentos deveriam facilitar junto ao govêrno uma concessão para a colonização de determinados terrenos por imigrantes da Polônia. Uma ação dessas mereceria a gratidão da pobre pátria espezinhada e de tôda a nação.

Padre Antônio, homem de coração nobre e patriota sincero, facilmente deixou-se convencer da necessidade de se realizar semelhante projeto. Imediatamente encarregou Eti de elaborar um requerimento amplo e completo, e logo que o documento ficou pronto, asinaram-no ambos. Feito isso, no dia seguinte Eti enviou a carta pelo correio às autoridades competentes.

A resposta do governo veio em breve. Foi dirigida a cada um deles em separado, através do Presidente do Estado de Santa Catarina. Nela o governo solicitava uma definição exata da localização e situação da terra que Eti e o Padre Antônio gostariam de colonizar com o auxílio de imigrantes poloneses. Pedia também informações mais precisas quanto às regiões de onde deveriam vir os imigrantes, bem como sobre o Pôrto do qual teriam que partir para o Brasil.

Os dois amigos imediatamente traçaram um esquema com as características dos terrenos apropriados para a colonização com o elemento polonês, e indicaram como terrenos mais apropriados as terras limítrofes com as colônias Brusque e Blumenau. Frisavam, porém, que deixavam a critério do governo a questão da eventual escolha de outros terrenos.

Por um acaso, exatamente naquela ocasião foi cair nas mãos deles um jornal editado em Santa Catarina. Um dos números desse jornal trazia um relatório do engenheiro Antônio Rebouças sobre a construção da estrada de ferro de Curitiba à cidadezinha de Rio Ivaí. Eis que o autor desse relatório, chefe dos trabalhos de todo esse trecho, comentava detalhadamente e com exatidão não apenas o progresso dos trabalhos, mas também as características dos terrenos situados ao longo da estrada em construção. Frisava com especial ênfase a beleza e a fertilidade das terras da região de Palmeiras, no Paraná. Anexo ao relatório havia um esboço do Paraná e o traçado da estrada.

Padre Antônio e Eti estudaram todo esse relatório com grande atenção e interesse e chegaram à irrefutável conclusão de que os terrenos indicados em Palmeira constituíam efetivamente um terreno de colonização altamente satisfatório, com grandes possibilidades de desenvolvimento. Decidiram, pois, indicar afinal ao governo exatamente esses terrenos como a região destinada à colonização polonesa, completando-os com os terrenos situados a sudoeste da cidade de Palmeira, nas bacias do Rio Iguaçu e Rio Negro, com seus afluentes.

As terras das margens dos rios Iguaçu e Negro eram então muito pouco povoadas. Apenas os selvagens Botocudos percorriam aquela região, caçando pelos matos. A navegação era feita apenas por barcos que mantinham a comunicação fluvial entre os portos Amazonas, Rio Negro e Pôrto União da Vitória. Em vez de estradas, existiam aí apenas duas largas picadas abertas na mata. Uma delas levava de Palmeira, através de São João do Triunfo, a Pôrto União, a outra a Rio Negro e, através de Papanduva e Curitiba, até a fronteira do Rio Grande do Sul. Por essas picadas eram con-

duzidas tropas de gado. O trecho mais perigoso dêsse caminho de caravanas — devido às emboscadas dos Botocudos, que se escondiam no Morro Taió — era o trecho chamado do Mato, de Panduva até Curitiba.

(A região indicada para a colonização polonesa foi colonizada vinte anos mais tarde. O governo federal nomeou duas comissões colonizadoras — uma para Rio Negro, a outra para o Vale do Iguaçu. Esta última, após o ano de 1890, fundou uma série de belos e florescentes centros coloniais: Santa Bárbara, Cantagalo, Palmira, Água Branca, São Mateus, Barra Feia, Rio Claro. Nos trabalhos iniciais ligados com o estabelecimento dessas colônias, Eti desempenhou a função de agrimensor, depois tornou-se chefe da comissão).

Na petição enviada ao governo, o pôrto de Hamburgo foi indicado como local de embarque dos imigrantes poloneses. Como terreno de recrutamento dos imigrantes foi indicada Biala Góra, no Reino do Congresso, nas proximidades de Czestochowa.

O governo de início demorava com a resposta definitiva. Nesse interim veio a Gaspar a notícia da chegada de algumas famílias polonesas para a colônia Brusque, em Santa Catarina. Essas famílias foram estabelecidas em Sixteen Lots, Rio Itajaí-Mirim. Eti propôs a Padre Antônio que fizessem uma visita a essas famílias.

A Brusque podia-se chegar somente por via fluvial, viajando pelo Itajaí-Mirim rio acima até a sede da colônia, ou também pela estrada cortada na mata entre as colônias de Blumenau e Brusque. Eti escolheu esse último caminho. Tendo levado uma suficiente provisão de alimentos, uma pistola e um facão, seguiu viagem sozinho através da mata desconhecida. Pela estrada colonial de Rio Garcia, que passava ao lado da serraria, passou a par da vila de Blumenau, e em seguida, por uma picada no mato, atingiu a estrada que levava diretamente à colônia de Brusque. Uma viagem assim era naquele tempo muito perigosa, em vista dos bandos de Botocudos que continuamente perambulavam pelas estradas. Mas felizmente não se encontrou com os selvagens durante toda a viagem. Encontrava apenas bandos de macacos, que na oportunidade não tinha tenção de caçar. Bem na entrada da colônia Brusque, encontrava-se uma grande barraca, na qual foram alojados os imigrantes poloneses. Havia dezesseis famílias. Todos eram pobres e estavam debilitados. Eram oriundos da Silésia, da mesma forma que os colonos estabelecidos em Sixteen Lots. A pedido de Eti, um dos imigrantes levou-o ainda no mesmo dia até o lugarejo de Sixteen Lots.

Os poloneses em Sixteen Lots ficaram muito felizes com a visita dos dois patrícios. Mas nenhum deles, em especial as mulheres, podia deixar de chorar, lamentar-se e queixar-se da situação desesperadora em que se encontravam. Viviam aí em constante perigo, em contínuo temor de se tornarem vítimas dos animais selvagens, das môscas venenosas, ou de serem trucidados e comidos pelos antropófagos Botocudos. Eti animava e acalmava os infelizes, dando

conselhos e procurando convencê-los a se mudarem de Brusque para o Paraná, onde juntamente com Padre Antônio tinham acabado de conseguir terrenos para colonização. Argumentava que no Paraná a terra era boa e fértil, que nela podiam ser cultivadas com êxito diversas espécies de cereais e batatas, e que o clima do Paraná era semelhante ao da Europa.

Mas infelizmente a transmigração dos colonos do Estado de Santa Catarina para o Paraná implicava em dificuldades muito sérias. A administração colonizadora proibia categoricamente peregrinações dessa espécie. Seria necessária uma permissão do próprio Imperador. Mas para tal fim seria necessário enviar um pedido por escrito ao Imperador, o qual deveria ser-lhe entregue pessoalmente. Os pobres colonos não dispunham de quaisquer meios que lhes permitissem a viagem para um outro Estado. Diante disso, o próprio Eti escreveu o necessário requerimento, juntou as assinaturas dos colonos e voltou a Gaspar pelo mesmo caminho por que viera.

Tendo voltado, fêz um relatório detalhado da sua viagem ao Padre Antônio, pedindo-lhe ao mesmo tempo cartas de recomendação para pessoas conhecidas e influentes no Rio de Janeiro, pois decidira levar pessoalmente até lá a petição dos colonos e conseguir logo a licença para a sua transmigração.

Padre Antônio sem hesitar escreveu uma carta a um grande amigo seu, que era alto funcionário no Ministério da Marinha. Na carta explicava detalhadamente os pormenores de toda a questão e pedia o apoio do amigo.

Munido dessa carta e de dinheiro, o nosso herói seguiu viagem. Tendo atravessado o rio Itajaí de barco até a sua foz, embarcou num navio, que o levou por mar até o Rio de Janeiro.

Encontrando-se na capital pela vez primeira, e não conhecendo ninguém ali, Eti sentiu-se muito pouco à vontade. Alojou-se numa pequena pensão alemã. Já no dia seguinte foi ao Ministério da Marinha, para encontrar aquêle alto funcionário e entregar-lhe a carta de Padre Antônio.

O dignitário leu a carta com grande interesse e imediatamente convidou Eti para ser seu hóspede em sua residência na rua de São Cristóvão, durante a sua estada no Rio. E como tinha amizade com um mordomo do Imperador, mostrou-lhe a carta, pedindo-lhe a sua opinião sobre o assunto.

No dia seguinte convidou o mordomo para almoçar em sua casa e apresentou-lhe Eti. O dignitário da côrte recomendou ao funcionário que entrasse em atendimento com o Ministério da Agricultura, a respeito dessa questão.

Entretanto, alguns dias mais tarde o funcionário informou a Eti que o envio da petição era indesejável, pois que existia um decreto sobre o estabelecimento definitivo dos colonos na colônia Brusque, e não seria conveniente desgostar o Imperador com petições dessa natureza. Afinal as condições em Brusque eram tais

que os colonos podiam aclimatar-se aí e sentir-se tão bem como os colonos alemães.

Tendo comunicado isso a Eti, o funcionário acrescentou que poderia arranjar-lhe um emprêgo no pôrto, no qual atracavam navios com imigrantes europeus. Mas Eti não aceitou essa oferta.

Apesar de tudo, decidiu levar a petição pessoalmente às mãos do Imperador. As audiências eram realizadas tôdas as quintas-feiras no gabinete do Imperador, no bairro de São Cristóvão. Chegada a quinta-feira, Eti dirigiu-se ao palácio. Tendo subido ao primeiro andar, conseguiu ver o Imperador, rodeado de vários cortesãos. A seu lado encontrava-se o Ministro da Agricultura. Tendo-se inclinado em profunda reverência e beijado a mão do Imperador, Eti entregou-lhe a petição.

O jovial e bondoso Imperador aceitou a carta e, tendo notado no envelope que estava endereçada ao Ministro da Agricultura, fêz um aceno ao dignitário que se encontrava a seu lado e recomendou-lhe que se encarregasse do assunto. Eti, porém, esclareceu corajosamente que, embora a carta fôsse dirigida ao Ministro, desejava apresentar o seu pedido diretamente ao Imperador, pois o seu deferimento dependia exclusivamente da vontade do Imperador.

— Está bem — disse o Imperador — e, apresentando a mão para ser beijada, despediu-se do môço.

Já no dia seguinte Eti partiu para a viagem de volta e, tendo chegado a Gaspar, fêz um minucioso relatório ao Padre Antônio. Tendo ouvido a mesma, êste expressou a esperança de que a resposta à petição viria em breve, por intermédio do Presidente do Estado de Santa Catarina.

Mas a resposta não veio.

Foi resolvido que Eti se mudaria de Gaspar para Blumenau. Mas ainda antes da sua mudança, veio a Gaspar um antigo conhecido de Eti, Francisco Motzko, acompanhado da espôsa. Fixaram residência numa pobre choupana, erguida às margens do rio Itajaí, nas proximidades da residência do Padre Antônio. Êste último alugava a casa daquele comerciante galiciano sôbre o qual já falamos, o alemão que era o líder de todos os alemães residentes em Gaspar.

Desde a volta de Eti do Rio de Janeiro, os dias arrastavam-se monótonos, sem novidades de qualquer espécie, enquanto os dois amigos elaboravam projetos e planos a respeito da pretendida colonização, aguardando com impaciência a desejada resposta da capital.

Essa vida calma e sossegada foi perturbada repentinamente por um acontecimento inesperado e triste. Uma certa tarde, enquanto Eti jantava sossegadamente, em companhia do casal recém-chegado, ouviu-se inesperadamente uma violenta batida à porta. Quando saíram correndo para a entrada, viram o Padre Antônio — mas em que estado! Estava sem chapéu, tinha o rosto pálido, enquanto as mangas da camisa caíam-lhe em farrapos. Pedindo uma caneca de água ou cachaça, com frases entrecortadas contou-lhes que a sua residência fôra invadida por um bando de bêbados, sob

a chefia daquele comerciante galiciano, conhecido pela sua antipatia para com o padre. Os invasores quebraram tôdas as vidraças e demoliram tôda a frente da residência. O padre teve que pôr-se a salvo fugindo pela porta da cozinha, na parte traseira da casa. Foi apenas graças a escuridão e à proximidade do mato que conseguiu fugir ileso. Mas deixou a casa ao bel-prazer dos bandidos.

Eti e Francisco, tendo deixado o padre em casa, para descansar e voltar a si, correram para o local da invasão. Mas os bandidos já tinham conseguido fugir, tendo antes fechado a porta da casa.

Os dois amigos passaram a noite tôda vigiando a casa abandonada e o padre espavorido.

No dia seguinte, tendo tomado conhecimento do acontecido na noite anterior, vieram a Gaspar vários poloneses e brasileiros da redondeza. Afirmavam êles que o ataque fôra efetuado a mando da administração colonizadora em Blumenau. Essas suspeitas foram confirmadas quando se descobriu que Padre Antônio fôra impedido de sair de Gaspar tanto por via fluvial como por via terrestre. Isso significava a condenação à morte pela fome. Os bons brasileiros, consolando o padre, aconselhavam-no para que tentasse vender todos os bens e partir. Ofereciam-lhe o seu auxílio para conduzí-lo ao pôrto de Itajaí, de onde podia partir de navio para o Rio de Janeiro e fazer queixa ao bispo e às autoridades competentes.

Ainda no mesmo dia deu-se início à realização dêsse plano. Os bons amigos do padre, tanto poloneses como brasileiros, facilitaram-lhe a venda de uma grande quantidade de galinhas e outros objetos de pouca utilidade, levaram suas bagagens até a casa de Eti e imediatamente deram início à preparação do barco que à noite deveria conduzir o padre até o pôrto. Alguns homens ficaram de vigia, para garantir ao padre a proteção até o momento da partida. Todos os preparativos foram feitos com habilidade e sem obstáculos. E quando caiu a noite, aproximaram-se da casa três barcos resistentes, com remadores bem armados para o caso de um eventual ataque.

Eti e Francisco acompanharam o padre por algumas horas, conduzindo-o até o local onde já não podia correr nenhum perigo. Despedindo-se dêle com pesar, pediam que lhes mandasse notícias com frequência, e partiram de volta para casa.

Entretanto passavam-se dias e semanas e não vinha notícia alguma do padre. Não havia também nenhuma resposta para a petição feita ao Imperador.

Eti se afligia muito com tudo isso. Decidiu afinal, para finalmente esclarecer a questão, ir pessoalmente a Destêrro, então capital do Estado de Santa Catarina. Tinha esperança de no gabinete presidencial talvez encontrar a resposta à sua petição. De Destêrro queria ainda ir até o Paraná, para visitar as terras destinadas à colonização. Francisco devia aguardar notícias de Eti do Paraná. Com êle foi também a sua mãe adotiva, viúva do velho Frederico.

O português que lhes alugou uma casa em Destêrro era proprietário de diversas casas no bairro. Em uma dessas casas residia

um alto funcionário do gabinete presidencial, que em anos passados exercera a função de procurador público em Paranaguá. Por seu intermédio resolveu Eti conseguir notícias sôbre o destino da sua petição e descobrir se não tinha chegado a resposta. Para tanto expôs detalhadamente ao funcionário todo o assunto, mostrando-lhe a cópia da sua carta ao Imperador. Com efeito, o funcionário, tendo examinado tôda a questão em seu escritório, informou que a resposta do govêrno imperial efetivamente havia chegado. Concordou em fornecer a Eti uma cópia da mesma, mas não antes de uma semana.

Portanto, era preciso esperar. Nesse meio tempo, porém, estava de passagem por Destêro um certo paranaense, juiz no Rio Grande do Sul. Tratava-se de um certo Dr. João Franco, que ia a Curitiba para visitar parentes. Êste tomou conhecimento, das suas freqüentes conversas com aquêle funcionário do gabinete presidencial, da projetada colonização do Paraná. Como bom paranaense, e pessoa que simpatizava com os colonos poloneses, pediu ao funcionário que recomendasse a Eti viajar ao Paraná o mais depressa possível, e que ao mesmo tempo preparasse a resposta à carta do govêrno.

Isso foi para Eti um impulso muito positivo para a solução do seu problema. Por isso, sem mais demora, embarcou num navio que se destinava ao Paraná e pouco tempo depois desembarcava. no pôrto paranaense de Antonina.

VI

NO PARANÁ

No ano de 1870, todos os viajantes que se dirigissem a Curitiba ou ao interior do Estado do Paraná tinham que desembarcar no pôrto de Antonina, pois era aí que atracavam todos os navios que navegavam entre o sul e o norte do país.

Em Antonina havia naquela época um único hotel. Pertencia a um suíço de nome Rosskampf. Portanto foi nesse hotel que se alojou Eti.

Nessa época construía-se justamente uma estrada de rodagem de Antonina para o interior do Paraná, a assim chamada Graciosa. Até a localidade de Florestal, a estrada já estava sendo terminada, mas daí até Curitiba, ia-se por uma velha estrada cortada no meio do mato, por onde eram conduzidas tropas de burros de carga e de gado. Para o tráfego de rodagem, era uma estrada muito difícil. Em Curitiba entrava-se pelo lado do Alto da Glória. Hoje passa por lá a Avenida João Gualberto. Projetava-se naquele tempo mais um trecho da estrada Graciosa, do rio Juvevê e da localidade colonial de Argelina, através dos campos de pastagem cortados pelo rio Belém. Havia ali um terreno pantanoso, sendo que um dos pântanos estendia-se até o Passeio Público, que ainda hoje leva o mesmo nome. A metade da Praça Dezenove de Dezembro, hoje densamente edificada, era constituída de pântanos e atoleiros. Entre Bacacheri e Curitiba, havia apenas umas poucas casas espalhadas ao longo da estrada Graciosa.

A pessoa que hoje atravessa êsses terrenos de carroça ou automóvel não pode ter a mínima idéia sôbre como era então essa estrada e os inúteis terrenos baldios a ela adjacentes, nem sôbre o que era e quão miseravelmente se apresentava Curitiba, hoje cidade encantadora e cheia de graça, denominada pérola do Paraná.

Tendo desembarcado em Antonina, Eti alugou uma carroça que devia conduzi-lo a Curitiba. No primeiro dia de viagem parou para descansar na vila de São João da Graciosa, no sopé dos montes Maicatira, numa pensão em que se reuniam os operários que trabalhavam na construção da nova estrada.

A vila de São João da Graciosa era naquela época um oásis de prosperidade e progresso. Ao longo da estrada, ao pé da cadeia de montanhas, estendiam-se fileiras de casas bem construídas. Seis usinas de erva-mate garantiam consideráveis rendas e lucros para os comerciantes, que encontravam freguesia abundante tanto na vila como em outras localidades. Hoje já não existe ali quase nenhum vestígio daquelas construções, usinas de erva-mate, nem das nume-

rosas casas espalhadas, nem das plantações de café, cana-de-açúcar e bananas. Todos os centros coloniais naquela região — como Zulmira, Ipiranga, São João da Graciosa, Entre Rios — foram fundados no ano de 1876, e povoados por italianos e pela população local. Com a abertura da estrada de ferro a Curitiba, os habitantes das colônias começaram a retirar-se delas em grande número, estabelecendo-se perto da ferrovia. Em consequência disso, essas colônias foram abandonadas completamente. E contudo o valor e a fertilidade da terra abandonada pelos colonos é inegável. A melhor prova disso é que mais tarde começaram a chegar para essas localidades, em massa e às pressas, agricultores profissionais, que sabiam muito bem tirar proveito da terra e dos seus produtos.

A alguns quilômetros a leste do rio Capivari (afluente do Capivari-Açu), encontrava-se um lugarejo às margens da estrada Graciosa, chamado Rio do Meio. Uma pensão e algumas casas de madeira constituíam toda a vila. Os comerciantes que levavam mercadorias e os arrieiros de tropas de burros de carga encontravam ali excelente alimentação para os animais, milho e ricas pastagens, ao passo que o hoteleiro fornecia aos homens comida e pousada. Tratava-se, pois, de um local ideal para parada e descanso.

O proprietário da carroça que conduzia Eti deteve os cavalos à entrada da estalagem. Enquanto o hoteleiro preparava a refeição para os dois viajantes, Eti admirava a redondeza e as belezas da paisagem em sua volta. Sentia-se especialmente atraído pelos altos pinheiros, que via pela primeira vez na vida. Contou ao proprietário da pensão que os mesmos lembravam-lhe os resinosos pinheiros bravos e pinheiros brancos que crescem na Polônia em terras arenosas. Falou também de outras espécies de pinhos poloneses, menos abundantes em resina, mas mais elásticos, usados para a fabricação de mastros de navios ou como madeira de construção. O dono da pensão era um homem inteligente e muito culto, de modo que com prazer passou a conversar com Eti, perguntando-lhe sobre as impressões da viagem, sobre a beleza da paisagem, sobre o clima, etc. Eti estava muito entusiasmado. Afirmava que essa terra bela e fértil escondia em seu seio riquezas inesgotáveis, faltando-lhe apenas homens ajuizados e trabalhadores, que soubessem explorar e aproveitar esses tesouros da natureza.

O hoteleiro concordava com Eti que todos os terrenos da redondeza prestavam-se esplêndidamente para o cultivo e a colonização, e que com o correr do tempo podiam transformar-se em centros tão ricos e florescentes como os do vizinho Estado de Santa Catarina.

— Finalmente — prosseguia — existe aqui apenas uma colônia, Assungui, situada a norte de Curitiba, a três dias de viagem a cavalo de Rio do Meio, bem como a colônia Argelina, distante meia milha de Curitiba e habitada por colonos franceses. Em Curitiba residiam cerca de seiscentas famílias alemãs, computando-se nisso já as famílias estabelecidas nas proximidades da cidade. Esses colonos tinham vindo para ali da colônia Dona Francisca. Tratava-

-se de gente ordeira, trabalhadora e perseverante, e o Paraná muito lhes devia.

O hoteleiro forneceu ainda a Eti muitas outras informações. Quando os cavalos descansaram, êle mesmo aconselhava os viajantes a que se apressassem, para ainda no mesmo dia, antes do pôr do sol, chegarem a Curitiba. A estrada dali levava através do mato e pelos campos.

Em Curitiba Eti hospedou-se num pequeno hotel, de propriedade do alemão Leitner, à Rua das Flôres (hoje Quinze de Novembro). O quarto que ocupava vizinhava com uma sala, onde os hóspedes se reuniam para tomar cerveja, fabricada pelo próprio Leitner.

Leitner era oriundo do Tirol austríaco. Viera a Curitiba com a família, de Joinville. Era um homem afável e alegre, e além disso tocava muito bem a cítara e o violão. Contava com a amizade tanto da aristocracia alemã do lugar, como também dos operários, de tendências democráticas.

O conhecimento da língua alemã facilitou muito a Eti a aproximação com o simpático hoteleiro, tanto mais que também Leitner simpatizou com Eti.

Convém traçar, embora em poucas palavras, a situação e o aspecto da cidade de Curitiba daquela época.

No espaço fechado pelo quadrado formado pela Rua das Flôres, Riachuelo, do Comércio e Barão do Rio Branco com Deodoro e Garibaldi, havia apenas quatro casas, de frente para a Rua das Flôres e de fundo para a Rua do Comércio. Tôdas essas casas pertenciam ao Dr. Laurindo, proprietário da vila do Portão. Os jardins — na realidade os pátios das casas cobertos de grama — estendiam-se até os campos úmidos, onde o gado pastava. A uma certa distância dali, na direção sul, estendia-se um espaço completamente vazio, sem nenhuma casa edificada, que alcançava as gargantas do Rio Iguaçu. A alguns metros a sudeste, via-se no meio do mato uma usina de erva-mate, pertencente a um tal Bittencourt. Mais uma outra, propriedade do cidadão Munhoz, encontrava-se ao pé da elevação Alto da Glória, onde também erguia-se o suntuoso e belo edifício do cidadão Fontana. Todos êsses moinhos - fábricas eram acionados pela fôrça das águas do rio Belém. Os jardins e as praças da atual Rua Riachuelo e do Passeio Público eram naqueles tempos prados vazios e pântanos, que de vez em quando eram alagados pelo rio Belém. Um dos cantos dêsse quadrado de ruas, que traçamos acima, era usado como depósito de cinza. Tratava-se de uma idéia de Leitner, que dessa forma conseguiu secar o terreno e construir nêle o hotel. Na Rua das Flôres havia já uma casa de pavimentos, propriedade do comerciante José Nabo. O outro edifício de pavimentos era o palácio presidencial. No ponto onde hoje a Rua Quinze de Novembro cruza com a Rua Dr. Murici (antiga Rua da Assembléia), a Rua das Flôres estava separada por uma cêrca. Se se quisesse ir adiante, era preciso voltar, dirigir-se pela Praça Zacarias e pela Rua Aquidaban, aí desviar o pântano, para finalmente sair nos vistosos Campos Gerais, como eram denominados

pelos arrieiros de tropas de carga, que traziam para a cidade diversas mercadorias do interior do Estado.

As ruas principais de Curitiba eram então: Aquidaban, das Flôres, do Comércio, da Assembléia, do Rosário, São Francisco e Riachuelo. Das praças podemos citar a Praça Zacarias, da Matriz, Alto São Francisco e a Praça Dezenove de Dezembro. Poucos eram também, na Curitiba daquela época, os edifícios públicos: a administração municipal com a cadeia na parte interna, o edifício do Banco Inglês, adiante o quartel da polícia e a Coletoria. O Correio e a Presidência do Estado encontravam-se em edifícios particulares. Havia ainda a igreja matriz, na praça do mesmo nome, bem como as capelas: da Ordem, Rosário e São Francisco. Além disso, num canto da confluência de ruas acima descrita, encontrava-se a igreja dos protestantes, que se localizava numa casa alugada do Dr. Laurindo. Feiras não muito movimentadas realizavam-se na pracinha Zacarias. As poucas casas de comércio encontravam-se em mãos dos portugueses: José Nabo, Rodrigues, Vidal, Viana. Algumas lojas francesas, como Belache e Mostart, completavam o panorama da capital paranaense daquela época.

Convém frisar que além das lojas citadas não havia outras em Curitiba, nem em mãos de franceses, alemães ou representantes de outras nacionalidades, nem tampouco em mãos de brasileiros.

Entre os estrangeiros, os mais numerosos eram os franceses, ingleses e alemães. Não havia um único polonês em Curitiba.

A única farmácia da cidade, de Augusto Stelfeld, que se encontrava aos cuidados do muito humanitário Dr. Murici, contribuía para que o estado de saúde da cidade se apresentasse muito melhor do que hoje.

Da segurança e dos bens dos habitantes da cidade, aliás dotados de índole muito pacífica, cuidava um tenente e vinte praças da polícia. O vigário da paróquia de Curitiba, Padre Agostinho Lima, homem muito estimado, tinha jurisdição na diocese de São Paulo.

Finalmente quanto ao número de habitantes, o engenheiro Antônio Rebouças, universalmente conhecido e respeitado, construtor da estrada do Mato Grosso ao Rio Ivaí, diz em seus relatórios estatísticos que todo o Paraná contava na época 108.000 habitantes.

Voltemos, porém, à narrativa interrompida e ocupemo-nos com o nosso herói Eti e as complicadas aventuras por que teve que passar, num ambiente que lhe era estranho. Em verdade tinha-se a impressão de que a Providência cuidava do seu destino.

No segundo dia de sua chegada em Curitiba, Eti foi dormir muito cedo. Eram talvez oito horas da noite, quando de repente fizeram-se ouvir diante do hotel altos brados: Leitner! Leitner! — e palmas (dessa maneira os brasileiros costumavam anunciar a sua chegada). Verificou-se que três cidadãos bem vestidos pediam cer-

veja. Quando foram servidos, perguntaram se no hotel residia um moço de nome Edmundo S., pois desejavam falar com êle. Leitner presumia que se tratava de Eti, de modo que acordou o rapaz e apresentou-o aos recém-chegados. Verificou-se que eram dois engenheiros e um fazendeiro da cidade de Tibagi. O mais velho dos dois engenheiros estava encarregado da construção da estrada do Mato Grosso. O seu escritório central estava localizado na vizinha cidade de Campo Largo. Propôs a Eti um bom emprêgo junto à construção, prometendo que no dia seguinte mandaria para buscá-lo um cavalo de montaria selado e um outro cavalo para levar as bagagens. Enquanto isso o fazendeiro, tirando do bôlso um cofrezinho de vidro, cheio de pó de ouro e de diamantes, e mostrando-o a Eti, começou a contar-lhe sôbre as extensas e férteis terras do Tibagi, onde havia colhido êsses tesouros, e asseverava que êsses terrenos prestavam-se muito bem para a colonização. Eti ficou maravilhado com essa riqueza. Agradeceu afavelmente pelo emprêgo e, sentindo-se muito cansado depois da viagem que acabara de fazer, foi descansar, despedindo-se dos visitantes.

Não tinha passado ainda um quarto de hora depois dessa visita, quando novamente ouviram-se palmas. Desta vez o hoteleiro, que saíra ao encontro das visitas, viu diante de si alguns cidadãos locais, operários. Um dêles (que parecia gozar de autoridade dentro do grupo) perguntou novamente sôbre Eti. Êste, embora de má vontade, levantou-se novamente da cama e entrou na sala de hóspedes, não esperando pela chamada de Leitner. Um dos recém-vindos explicou então que era Diretor do Colégio Teuto-Brasileiro, líder da facção democrática dos operários alemães do lugar. Acrescentou que essa facção combatia o partido aristocrático. Os membros do partido operário, na sua grande maioria portestantes alemães, tinham fundado uma associação portestante em Curitiba. Essa associação mantinha um pastor, que era ao mesmo tempo professor da escola confessional local. Ocorria que êsse pastor era amigo e partidário do partido dos aristocratas. Por isso os operários tinham resolvido afastá-lo e no lugar dêle contratar Eti como pastor e professor.

Anunciaram que no dia seguinte enviariam dois delegados da associação para buscá-lo, para lhe trasmitir o cargo oficialmente. Eti, sem fazer nenhuma referência à visita anterior, agradeceu pela honrosa proposta, esclarecendo contudo que era católico e não conhecia o ritual portestante. Mas os cidadãos nem queriam ouvir essas explicações. Despediram-se e saíram, deixando o moço numa situação de plena incerteza.

Eti meditou até altas horas da noite sôbre os acontecimentos dessa tarde e sôbre a sua situação. Finalmente decidiu não aceitar nenhuma das propostas que lhe tinham sido feitas, pois não tinha o direito de esquecer da missão pela qual tinha chegado ao Paraná.

No dia seguinte apareceu no hotel para buscar Eti o companheiro daquele engenheiro, trazendo um cavalo de montaria e um outro cavalo para as bagagens. Eti, porém, mandou dizer-lhe que

se sentia doente e incapaz de fazer a viagem. Essa recusa custou-lhe a antipatia e a inimizade dos aristocratas locais.

Às nove horas do mesmo dia apareceram, conforme a promessa, dois membros da associação protestante. Eti, embora de má vontade, acompanhou-os até a sede da associação. O pastor não estava, pois justamente acabara de viajar em missão religiosa para a colônia Assungui. Na escola substituiu-o sua esposa. Esta recebeu os visitantes com muita amabilidade, mas quando tomou conhecimento da decisão dos membros da associação, ficou furiosa. Proferiu contra ambos os representantes uma série de injúrias das mais ordinárias, derrubando-os da escada e não permitindo que dissessem palavra. Igualmente Eti foi agraciado com alguns insultos indecentes. Eti não reagiu contra êsse ataque. Afirmou apenas, com calma, que em hipótese alguma tinha a intenção de aceitar o cargo que lhe tinha sido oferecido e que tinha chegado ali apenas para comunicar-lhe essa decisão. Feita essa declaração, saiu.

Tôda essa questão provocou muitas desavenças e atritos entre os membros da associação. Alguns insistiram em que Eti fundasse uma escola particular e que a administrasse por conta própria. Não podendo livrar-se de outra forma, o rapaz aceitou essa proposta. Apenas impôs a condição de que, em vista do plano da organização da colonização polonesa no Paraná, teria que viajar.

Com efeito, alguns dias depois mudou-se do hotel para uma casa da Rua das Flôres, onde abriu uma escola particular.

Não conhecendo as condições nem os costumes locais, para realizar os seus planos tinha que procurar auxílio. Com êsse propósito, com tôda a confiança dirigiu-se ao vigário de Curitiba, Padre Agostinho Lima. O bom padre ouviu o longo relatório sôbre todos os passos de Eti até o momento, examinou as cartas por êle trazidas e prontificou-se a intervir junto ao Dr. Ermelino de Leão, na época Vice-Presidente do Paraná. A resposta de fato veio alguns dias depois. O Presidente do Estado, Dr. Venancio de Lisboa, afirmava nela que concordava com a colocação dos imigrantes poloneses na colônia Assungui, com a condição de que viriam até Antonina por conta própria. Prontificava-se, na base de uma cláusula aprovada pelo conselho provincial, que previa a utilização de certas somas para fins de colonização, a ajudar de boa vontade os imigrantes. Contudo, impôs a condição de que só poderia ajudar a colonos que anteriormente não estivessem estabelecidos em outras terras. Eti, porém, não ficou satisfeito com essa resposta. O território de Assungui não dispunha de meios de comunicação e estava situado numa região de clima pouco saudável. Por essas razões considerava inoportuno o estabelecimento de colonos poloneses nesse território, e comunicou êsses seus receios ao padre. Êste acalmou-o e recomendou-lhe que tivesse paciência por enquanto. Êle tinha em Arraial Queimado (hoje Bocaiuva) um amigo, que era proprietário de uma extensa porção de terras em São Luís, perto da capela de Bom Sucesso, nas redondezas de Apiaí,

e confiava que nesses terrenos seria possível realizar os planos de Eti. Aquêlê seu amigo era um certo Joaquim dos Santos, comerciante e sub-delegado da região de Arraial Queimado, que se estendia até o Rio Ribeira em São Paulo e até a Serra do Mar. Já tinha sido avisado dos planos do padre e alguns dias mais tarde, em companhia dêsse prestativo paranaense, Eti viajou para São Luís.

VII

VIAGEM A SÃO LUÍS NO ANO DE 1870

A estrada Graciosa não tinha sido terminada ainda no ano de 1870. Quem quisesse atingir o interior do Estado e se dirigisse àquelas regiões, tinha que viajar a cavalo, levando consigo um outro cavalo para as bagagens. Foi o que tiveram que fazer Eti e seu companheiro Joaquim dos Santos Souza.

Saíram de Curitiba pela manhã. Passando pelo Alto da Glória, entraram na estrada de Bacacheri. Do alto do Bacacheri, que mais tarde se transformou na florescente colônia polonesa de Santa Cândida, que existe até o dia de hoje, a estrada levava a Arraial Queimado na direção nordeste, desviando campos, bosques e capoeiras, cortados pelos afluentes dos rios Atuba, Palmital, Ribeirão de Fora e pelos córregos que desaguam no rio Capivari. Depois de algumas horas de viagem, chegaram a um campo, que era cortado pelo rio Onça. A beira do rio erguiam-se algumas casas de madeira. A uma certa distância desse campo, além da ponte sobre o rio Capivari, contornava-se um mato de pinheiros, para finalmente sair-se no campo, que se estendia continuamente até Arraial Queimado.

Esta era naquela época uma localidade bastante populosa. Algumas dezenas de casas construídas de madeira estavam enfileiradas ao pé de uma alta colina, atrás da qual estendiam-se brejos do lado nordeste. Alguns comerciantes compravam os produtos dos agricultores de Arraial e cruzavam toda essa extensa região comprando em grandes quantidades a erva-mate, que em seguida era transportada para as usinas em São João da Graciosa e Antonina.

Ainda no mesmo dia, os viajantes pararam para descansar já na casa de Joaquim dos Santos Souza. No dia seguinte, de manhã bem cedo, prosseguiram para São Luís, objetivo final da viagem.

Contornando o campo, num certo ponto entrava-se num trecho de mato que avançava para a frente, e que se estendia até as nascentes do Passatres e adiante, por lapas desertas, ao longo das quais estendia-se a estrada. Mais adiante era necessário viajar em arco em volta de capoeiras, até Campo do Sêrro Lindo, por onde passava um trecho de estrada que conduzia à Graciosa. Além de Sêrro Lindo novamente entrava-se no mato, cortado pelo rio Passavinte, afluente do Capivari. Depois de uma hora de viagem, atingia-se a vila de São Pedro, onde tinha início a estrada de Cachoeira. Em seguida passava-se o rio Putunã e, além de um pequeno ca-

pão de arbustos espinhentos, surgia a capela de Bom Sucesso. Dali, por um terreno já plano, a estrada levava até a vila de São Luís.

A casa de Joaquim dos Santos Souza, onde chegaram finalmente os dois viajantes, encontrava-se junto à estrada que levava a Varginha e ao pôrto no rio Ribeira. Durante a ausência do proprietário, a casa e tôda a propriedade estavam aos cuidados de seu administrador e homem de confiança.

A terra era ali muito fértil, o clima saudável. Nos fundos da fazenda estavam construídos grandes currais, que se estendiam até o rio Capivari-Açu, e ainda mais além, até a Serra do Mar. Esses currais por enquanto estavam vazios. Os terrenos eram cortados por numerosos regatos. Em uma palavra, tratava-se de um território inegavelmente excelente para a colonização. Podia-se esperar um rápido desenvolvimento da colônia, mas apenas com a condição de que fôsse construída uma estrada de rodagem, para que fôsse possível transportar os produtos da colônia para os centros de comércio.

Por enquanto, no ano de 1870, à margem das estradas que levavam a São Luís e Varginha, moravam apenas duas famílias. Em Varginha, J. dos Santos Souza possuía uma plantação de mandioca. Além de São Luís, na direção norte, estendia-se a estrada que levava em direção aos campos de Sumidor (onde nasce um rio dêsse mesmo nome, e que em seu curso posterior desemboca no rio São Sebastião). As margens dêsse rio havia sete usinas de cana-de-açúcar, pois o clima da região favorecia o cultivo de plantas tropicais.

Para terminar enfim a descrição da região, cujo mapa Joaquim dos Santos Souza, homem inteligente e culto, esboçou para Eti, acrescentemos ainda que de São Luís podia-se ir por estrada até São Miguel, vila situada a duas milhas de distância. Dali, já por uma outra estrada, chegava-se à vila de Indaiatuba, situada junto ao rio Pardo.

Joaquim, que era ao mesmo tempo líder político da população dessa região, gozava de notável simpatia e respeito na redondeza. Quando chegou junto com Eti, a população acorria em massa para saudá-lo. A idéia da projetada colonização da região trouxe uma satisfação sincera e geral. Todos agradeciam ao seu líder por essa iniciativa.

Os dois viajantes gastaram ainda dois dias para visitar os terrenos adjacentes, e em seguida ambos voltaram para Arraial Queimado. Dali Eti partiu de volta para Curitiba.

VIII

EM CURITIBA. CHEGADA DOS COLONOS POLONESES

De volta a Curitiba, Eti retornou às suas atividades na escolinha, que congregava os filhos dos alemães protestantes que estavam incompatibilizados com a escola da associação.

Passavam-se meses nesse trabalho monótono. Mas Eti não esquecerera do objetivo principal que se tinha proposto e pelo qual tinha vindo ao Paraná.

Tinha consciência do fato de que a colonização de São Luís iria encontrar-se com grandes dificuldades, e muitas vezes recorria aos conselhos do Padre Agostinho. Para o início de toda a ação, projetava trazer trinta famílias polonesas dentre aquelas que se haviam estabelecido temporariamente em Brusque. Em vez de Santa Catarina, era necessário dirigi-las ao Paraná. Queria primeiro escrevelhes, pedindo que enviassem delegados, que poderiam examinar no local as condições do clima e da terra. Receava a responsabilidade que sobre êle recairia se no futuro os colonos não ficassem satisfeitos com a sua sorte e com a região para a qual foram transferidos. O padre, todavia, tranquilizava Eti, dizendo-lhe que para essas primeiras famílias certamente haveria suficiente terra boa, ao passo que as despesas da viagem até o destino ou até Curitiba seriam cobertas com as importâncias que o orçamento do conselho provincial havia destinado para tal fim.

A intensa correspondência entre Eti e os colonos que haviam assinado a petição dirigida ao Imperador, relacionada com a transmigração, durou o ano todo. Finalmente vieram a Curitiba dois delegados do conjunto dos colonos de Brusque, com o fito de examinar as condições do lugar. Trouxeram consigo cartas de pessoas que queriam aproveitar a possibilidade de transmigração. As cartas foram levadas pelo padre para serem apresentadas ao Dr. Ermelino de Leão, Vice-Presidente do Paraná. Com efeito, o Vice-Presidente recomendou ao comandante do navio que navegava para o pôrto de Itajaí que recebesse a bordo os imigrantes constantes da lista e os transportasse ao pôrto de Antonina. A ordem escrita foi entregue por Eti aos delegados, o qual explicou-lhes ao mesmo tempo como deviam proceder do momento de sair de Brusque até a chegada ao pôrto de Itajaí.

Desde êsse momento, Eti aguardava impacientemente pelos resultados de todas as suas diligências, que deveriam ter tão grande influência sobre os destinos dos imigrantes poloneses.

Os imigrantes tiveram que superar muitas dificuldades no porto de Itajaí, aonde tinham chegado em balsas. O comandante do navio recebeu-os de acôrdo com a lista que tinha em mãos. Contudo, não possuíam passaportes, e além disso não tinham conseguido licença de saída da administração da colônia, à qual estavam sujeitos. Antes da saída apresentaram apenas ao sub-delegado da colonização a relação das suas dívidas, encarregando-o de avisar sôbre as mesmas as autoridades competentes. Mas não tinham pedido licença de saída, pois sabiam de antemão que a administração da colônia de qualquer forma lhes negaria essa licença. Tendo tomado conhecimento de que os colonos já estavam embarcando no navio, a administração da colônia deu o alarma à Presidência do Estado em Destêrro, exigindo a suspensão da saída dos imigrantes. O Presidente enviou imediatamente para o local o chefe da polícia, com ordem de deter os colonos, prometendo-lhes ao mesmo tempo o seu apoio. Já tinha inclusive escrito ao Presidente do Paraná, pedindo que fôsse recambiados a Brusque os chefes de família, que por enquanto tinham deixado lá as suas mulheres e filhos. No final, porém, resultou que os imigrantes seriam transportados a Antonina.

Uma série de ilustres paranaenses, além do bom Padre Agostinho, ofereceram a sua proteção aos recém-vindos imigrantes. Distinguiram-se nesse sentido o Dr. Ermelino de Leão, Dr. Barros, Paulino Franco, Dr. Laranjeiras, Aurelindo de Campos e vários outros. Todos êles compreendiam bem qual a utilidade que adviria para o Paraná da vinda dessa gente laboriosa.

Eti interessava-se por tôdas as penas e aflições de que eram vítimas os imigrantes. Sabia também das suas peripécias em Itajaí.

Um belo dia diversas carroças trouxeram os imigrantes poloneses para Curitiba. Essas carroças tinham sido alugadas em Antonina pelo agente de imigração ao preço de 50 mil-réis cada. Em Curitiba, entretanto, não foram preparadas quaisquer barracas onde os recém-chegados pudessem alojar-se provisoriamente. O delegado de imigração Meireles, desde o início, olhava com desconfiança para os colonos poloneses. Aliás êle nutria uma aversão especial por Eti. Para se livrar do pêso da responsabilidade, entregou à proteção de Eti tôdas as famílias que chegaram, afirmando que tal tinha sido a ordem do Presidente Dr. Venâncio de Lisboa. Para tanto contribuiu também o intérprete, um alemão, inimigo obstinado dos poloneses, que de sua parte instigava o agente de tal forma que desde êsse momento todo o pêso da proteção sôbre os imigrantes e a responsabilidade por sua sorte recaiu sôbre Eti.

O rapaz, surpreendido, pois ninguém o tinha avisado antes de que deviam chegar os imigrantes, teve que sair correndo à procura de casas ou barracas vazias. Felizmente naquele tempo não era difícil encontrá-las. De modo que em pouco tempo os imigrantes foram instalados confortavelmente nas proximidades da cidade, na

casa de um certo Schmidt, Moraes e em outras casas. Em seguida era necessário pensar numa forma de encontrar recursos para pagar as carroças que haviam transportado os imigrantes, pois o agente havia pago o custo do transporte somente até Curitiba. Também se fazia necessário cuidar que os colonos se mantivessem calmos e não se deixassem influenciar pelas insinuações e intrigas dos alemães, que certamente procurariam amotiná-los. Antes de seguirem viagem para os terrenos de colonização, os imigrantes deviam ter alguns dias de descanso.

A Câmara Municipal possuía naquela época muitos terrenos vagos e incultos e era possível adquirir grandes extensões de terra fértil a bom preço. Tratava-se de terrenos situados às margens do rio Barigui, na estrada de Curitiba a Campo Largo, Campo Comprido, São Vicente. Havia ali também consideráveis extensões de terras cobertas de mato. A Câmara Municipal propôs a Eti a compra desses terrenos ou de parte deles. O preço era baixo, as condições muito vantajosas, já que os pagamentos podiam ser efetuados a longo prazo. Além disso, cada um dos colonos receberia dez alqueires, isto é, vinte e cinco hectares para uso próprio.

Entretanto, quando os colonos foram chamados para assinar esse contrato tão vantajoso, no dia marcado apareceram apenas dois deles. Os outros desculparam-se dizendo que tinham que ir à igreja, que se encontrava bastante longe, ou apresentavam outras desculpas, igualmente infundadas. Quem lucrou com isso foi o proprietário desses terrenos, pois mais tarde vendeu-os a colonos italianos a um preço bem mais elevado e dessa maneira conseguiu uma enorme fortuna.

Alguns dias depois, a Câmara Municipal entregou aos colonos os certificados de arrendamento de terrenos e dos terrenos de sua propriedade. As medições desses terrenos foram realizadas em parte também por Eti. Dessa maneira no ano de 1871 chegaram a ser instaladas no Paraná as primeiras famílias polonesas. Foram localizadas nos distritos de Mercês e Pilarzinho.

Aquilo que Eti mais temia desde o momento da chegada dos colonos poloneses, aconteceu já alguns dias depois.

Eis que aquêle interprete do delegado de colonização, do qual já falamos, e que se distinguia por um grande ódio contra Eti, como de resto contra todos os poloneses, conseguiu sublevar a massa ignorante dos imigrantes. Em consequência das suas manhosas intrigas, os colonos seguiram em bando ao palácio do Presidente, exigindo que se lhes desse comida. Convém acrescentar que esses colonos sabiam muito bem que o Presidente não havia prometido nada mais além de cobrir as despesas da viagem até Curitiba. Por outro lado, na construção da estrada a Mato Grosso, que então apenas se havia iniciado, todos os homens podiam encontrar uma excelente fonte de ganho, ao passo que as mulheres tinham a possibilidade de encontrar diversos empregos bem remunerados, pois as senhoras curitibanas aceitavam-nas de boa vontade. Na reali-

dade, portanto, as queixas e lamentações dos colonos não tinham o mínimo fundamento. Mas as invejosas intrigas surtiram efeito e o bando foi postar-se diante do palácio. O Presidente, indignado, mandou imediatamente chamar Eti e pedir-lhe que acalmasse a multidão e a convencesse a dispersar-se.

Eti, que não sabia de nada, atendeu imediatamente ao chamado e, somente após ter chegado ao palácio, deu com a multidão agitada.

Chegado ao palácio, foi chamado pelo Vice-Presidente, o compreensivo e prestativo Dr. Ermelino de Leão, que lhe transmitiu a ordem do Presidente. Nesse momento, um dos manifestantes amotinados começou a lançar em voz alta acusações contra Eti, em alemão, acusando-o de que tinha recebido, para ser distribuída entre os colonos, uma considerável soma em dinheiro, mas que a tinha escondido para si. À entrada de uma loja próxima encontrava-se o tal intérprete alemão, esfregando as mãos de contentamento. Tendo-o avistado, Eti dirigiu-se ao Vice-Presidente, pedindo-lhe que chamasse o intérprete e o fizesse traduzir as injúrias lançadas pela multidão. O intérprete executou a ordem. Então Eti, na presença dos colonos reunidos, perguntou ao Vice-Presidente se durante o tempo das diligências para a permissão da chegada dos colonos poloneses, que o mesmo tinha acompanhado de perto, foi-lhe dado sequer um tostão para tal fim, ou qualquer recompensa de outra espécie. O humanitário e nobre Dr. Ermeilno, com o qual efetivamente tôda a questão tinha sido tratada desde o início e a qual contara com o seu incondicional apoio pessoal, expressou a sua indignação. Queria mandar prender imediatamente aquele incitador e só desistiu dessa idéia graças à intervenção de Eti.

Tendo finalmente acalmado a multidão, Eti convocou para a sua escola todos os chefes de família dentre os colonos. No seu tempo, um certo alemão tinha-lhe confiado em depósito 300 mil-réis, que Eti deixou depositados junto ao comerciante José Nabo. Retirou agora essa importância e distribuiu-a entre os colonos à razão de 10-20 mil-réis para cada família, o que na época era muito dinheiro. Por isso, cada um dos favorecidos teve que passar um recibo, no qual se comprometia a entregar a soma emprestada no prazo de seis meses. O pessoal levou o dinheiro, assinou os recibos. Mas embora já tenham decorrido cinquenta anos, nenhum dêles se preocupou até agora em devolver a sua mísera dívida. E convém acrescentar que muitos dêles conseguiram fazer uma razoável fortuna e possuem casas e plantações de valor elevado. Enquanto isso o pobre Eti, depois de alguns meses, teve que devolver aquêles 300 mil-réis do depósito. Embora seja difícil de acreditar, tôda essa história é um fato inegável.

No ano de 1873, vieram ao pôrto de São Francisco, em Santa Catarina, 64 famílias polonesas, contando no conjunto 258 pessoas. Provinham elas da Prússia Ocidental, e certamente haviam sido recrutadas pela companhia colonizadora de Hamburgo. Em

Joinville, os novos imigrantes vieram a saber que diversas famílias polonesas tinham-se estabelecido nos arredores de Curitiba. Foi-lhes dito também que o clima de lá e o tipo de terra assemelhavam-se aos da Europa. Os novos colonos decidiram imediatamente não permanecer em São Francisco, mas transferir-se para aquela região. Alguns dêles foram examinar os terrenos de Curitiba. Em seguida dirigiram-se ao Presidente do Paraná com o pedido de permissão para se estabelecerem. O Presidente do Estado era então Frederico Abranches, grande amigo dos poloneses. E como o inspetor municipal e diversos cidadãos paranaenses apoiaram êsse pedido, o Presidente concedeu a sua permissão com a maior boa vontade. A Câmara Municipal ofereceu ao Presidente terrenos vagos, indispensáveis para a fundação de uma colônia maior, no distrito de Ahú. Foram divididos em lotes bastante grandes. A colônia recebeu o nome de Abranches. Eti auxiliava aos agrimensores nas medições e empenhava-se em localizar devidamente os colonos, que em breve vieram.

Em pouco tempo tóda a região transformou-se numa bela e florescente colônia, que até hoje leva o nome de Abranches (paróquia de Santa Ana). Pertencem a essa paróquia diversas colônias polonesas da vizinhança, e os descendentes daqueles imigrantes, tendo adquirido terrenos em outros municípios, vivem e trabalham até o dia de hoje.

No ano de 1872, o governo municipal ordenou a execução de um recenseamento da população. Eti foi encarregado do recenseamento nos distritos de Mercês e Pilarzinho. Em decorrência do recenseamento, verificou-se que nesses terrenos viviam 52 famílias de religião católica, contando ao todo 262 pessoas, bem como 91 famílias não católicas, com o número total de 481 pessoas. No conjunto, portanto, viviam aí na época 743 pessoas.

No ano de 1874 Eti prestou exame diante de uma comissão de engenheiros e recebeu o título de agrimensor, confirmado posteriormente pelo Ministro da Agricultura no Rio de Janeiro. Em virtude dêsse diploma, foi contratado pelo cidadão Joaquim de Bastos Coimbra, comissário de terras na região de Lapa e Palmeira, no cargo de agrimensor. Logo mais, portanto, Eti partiu para Lapa, em companhia do comissário e mais dois agrimensores.

Também essa viagem, em vista da inexistência de uma estrada de rodagem, foi cansativa. A única estrada era constituída por um pobre carreiro, pelo qual era tocado o gado e burros de carga. Por êsse carreiro atravessava-se os campos até a localidade de Tindiquera, onde havia uma ponte sôbre o rio Iguaçu. Sômente depois de se passar os matos de pinheiros e de erva-mate, entrava-se nos campos, que se estendiam até Lapa. Hoje em dia, de Curitiba a Lapa leva uma boa estrada, através de Araucária (antiga Tindiquera).

A cidade da Lapa estende-se ao longo de uma lomba bastante extensa. Era antigamente um centro florescente e movimentado.

dade, portanto, as queixas e lamentações dos colonos não tinham o mínimo fundamento. Mas as invejosas intrigas surtiram efeito e o bando foi postar-se diante do palácio. O Presidente, indignado, mandou imediatamente chamar Eti e pedir-lhe que acalmasse a multidão e a convencesse a dispersar-se.

Eti, que não sabia de nada, atendeu imediatamente ao chamado e, somente após ter chegado ao palácio, deu com a multidão agitada.

Chegado ao palácio, foi chamado pelo Vice-Presidente, o compreensivo e prestativo Dr. Ermelino de Leão, que lhe transmitiu a ordem do Presidente. Nesse momento, um dos manifestantes amotinados começou a lançar em voz alta acusações contra Eti, em alemão, acusando-o de que tinha recebido, para ser distribuída entre os colonos, uma considerável soma em dinheiro, mas que a tinha escondido para si. A entrada de uma loja próxima encontrava-se o tal intérprete alemão, esfregando as mãos de contentamento. Tendo-o avistado, Eti dirigiu-se ao Vice-Presidente, pedindo-lhe que chamasse o intérprete e o fizesse traduzir as injúrias lançadas pela multidão. O intérprete executou a ordem. Então Eti, na presença dos colonos reunidos, perguntou ao Vice-Presidente se durante o tempo das diligências para a permissão da chegada dos colonos poloneses, que o mesmo tinha acompanhado de perto, foi-lhe dado sequer um tostão para tal fim, ou qualquer recompensa de outra espécie. O humanitário e nobre Dr. Ermeilno, com o qual efetivamente tôda a questão tinha sido tratada desde o início e a qual contara com o seu incondicional apoio pessoal, expressou a sua indignação. Queria mandar prender imediatamente aquêlê incitador e só desistiu dessa idéia graças à intervenção de Eti.

Tendo finalmente acalmado a multidão, Eti convocou para a sua escola todos os chefes de família dentre os colonos. No seu tempo, um certo alemão tinha-lhe confiado em depósito 300 mil-réis, que Eti deixou depositados junto ao comerciante José Nabo. Retirou agora essa importância e distribuiu-a entre os colonos à razão de 10-20 mil-réis para cada família, o que na época era muito dinheiro. Por isso, cada um dos favorecidos teve que passar um recibo, no qual se comprometia a entregar a soma emprestada no prazo de seis meses. O pessoal levou o dinheiro, assinou os recibos. Mas embora já tenham decorrido cinqüenta anos, nenhum dêles se preocupou até agora em devolver a sua mísera dívida. E convém acrescentar que muitos dêles conseguiram fazer uma razoável fortuna e possuem casas e plantações de valor elevado. Enquanto isso o pobre Eti, depois de alguns meses, teve que devolver aquêles 300 mil-réis do depósito. Embora seja difícil de acreditar, tôda essa história é um fato inegável.

No ano de 1873, vieram ao pôrto de São Francisco, em Santa Catarina, 64 famílias polonesas, contando no conjunto 258 pessoas. Provinham elas da Prússia Ocidental, e certamente haviam sido recrutadas pela companhia colonizadora de Hamburgo. Em

Joinville, os novos imigrantes vieram a saber que diversas famílias polonesas tinham-se estabelecido nos arredores de Curitiba. Foi-lhes dito também que o clima de lá e o tipo de terra assemelhavam-se aos da Europa. Os novos colonos decidiram imediatamente não permanecer em São Francisco, mas transferir-se para aquela região. Alguns dêles foram examinar os terrenos de Curitiba. Em seguida dirigiram-se ao Presidente do Paraná com o pedido de permissão para se estabelecerem. O Presidente do Estado era então Frederico Abranches, grande amigo dos poloneses. E como o inspetor municipal e diversos cidadãos paranaenses apoiaram êsse pedido, o Presidente concedeu a sua permissão com a maior boa vontade. A Câmara Municipal ofereceu ao Presidente terrenos vagos, indispensáveis para a fundação de uma colônia maior, no distrito de Ahú. Foram divididos em lotes bastante grandes. A colônia recebeu o nome de Abranches. Eti auxiliava aos agrimensores nas medições e empenhava-se em localizar devidamente os colonos, que em breve vieram.

Em pouco tempo tôda a região transformou-se numa bela e florescente colônia, que até hoje leva o nome de Abranches (paróquia de Santa Ana). Pertencem a essa paróquia diversas colônias polonesas da vizinhança, e os descendentes daqueles imigrantes, tendo adquirido terrenos em outros municípios, vivem e trabalham até o dia de hoje.

No ano de 1872, o govêrno municipal ordenou a execução de um recenseamento da população. Eti foi encarregado do recenseamento nos distritos de Mercês e Pilarzinho. Em decorrência do recenseamento, verificou-se que nesses terrenos viviam 52 famílias de religião católica, contando ao todo 262 pessoas, bem como 91 famílias não católicas, com o número total de 481 pessoas. No conjunto, portanto, viviam aí na época 743 pessoas.

No ano de 1874 Eti prestou exame diante de uma comissão de engenheiros e recebeu o título de agrimensor, confirmado posteriormente pelo Ministro da Agricultura no Rio de Janeiro. Em virtude dêsse diploma, foi contratado pelo cidadão Joaquim de Bastos Coimbra, comissário de terras na região de Lapa e Palmeira, no cargo de agrimensor. Logo mais, portanto, Eti partiu para Lapa, em companhia do comissário e mais dois agrimensores.

Também essa viagem, em vista da inexistência de uma estrada de rodagem, foi cansativa. A única estrada era constituída por um pobre carreiro, pelo qual era tocado o gado e burros de carga. Por êsse carreiro atravessava-se os campos até a localidade de Tindiquera, onde havia uma ponte sôbre o rio Iguaçú. Sômente depois de se passar os matos de pinheiros e de erva-mate, entrava-se nos campos, que se estendiam até Lapa. Hoje em dia, de Curitiba a Lapa leva uma boa estrada, através de Araucária (antiga Tindiquera).

A cidade da Lapa estende-se ao longo de uma lomba bastante extensa. Era antigamente um centro florescente e movimentado.

Chamava-se "Vila do Príncipe". O movimento comercial da cidade baseava-se principalmente nas feiras de gado, que para aí era trazido do Rio Grande do Sul. Essas feiras realizavam-se em Sorocaba.

Por Lapa passava um carreiro de gado, conhecido como da Mata, aberto pelo Barão de Antonina. Esse caminho contornava a orla sudoeste da mata paranaense, no trecho compreendido entre os campos de Curitiba em Santa Catarina até a cordilheira de montanhas cobertas de vegetação. Esse trecho da estrada era bastante perigoso, pois era onde bandos de selvagens Botocudos atacavam de improviso os boiadeiros e os transportes de mercadorias que por aí passavam. Nesse sentido eram especialmente traiçoeiras as regiões de Passo Ruim, Papanduva, Itajaí e outras, onde os selvagens possuíam os seus acampamentos reforçados com trincheiras. De modo que a cada passo encontravam-se nessa estrada cruzeiras fincadas na terra, indício dos assassinatos cometidos pelos Botocudos.

O comissário não se demorou em Lapa. Tendo-se abastecido com uma suficiente provisão de alimentos e outros objetos indispensáveis para a viagem, seguiu adiante, dirigindo-se por uma estrada secundária, que corria por algum tempo ao longo do rio Iguaçu, até Mato Queimado, situado à margem direita do Iguaçu, a meio dia de viagem de Lapa. Mato Queimado era um pequeno pôrto do rio Iguaçu. Mais tarde dali foi construída uma estrada para São João do Triunfo. Entre os portos de Mato Queimado e União havia algumas propriedades exploradas.

De Palmeira e Campo Largo, podia-se chegar unicamente através de uma picada no mato, que mais tarde, por ordem do Barão de Antonina, foi alargada e retificada. Hoje essa passagem, chamada de Palmas, é uma estrada de rodagem que liga Palmeira até Vera Guarani, através de São João do Triunfo, São Mateus e Rio Claro.

A navegação pelos rios Iguaçu e Negro, até o Pôrto União, era feita por barcos pesados, sendo que a viagem durava às vezes uma semana ou até mais. Um certo comerciante, proprietário de uma casa comercial em Mato Queimado, um tal José Bueno, transportava sal e outros artigos de consumo de Mato a União, com barcos próprios. Era esse um trabalho bastante pesado, mas que não trazia dano à saúde. O comerciante Bueno, juntamente com um outro cidadão da Lapa chamado Braga, possuíam terras às margens do Iguaçu, entre os rios Água Branca e Taquaral, afluentes do Iguaçu. Foi para a medição dessas terras que veio o comissário de terras. Eram grandes extensões de terras desabitadas, sem nenhuma construção, se não se contassem algumas barracas para os caçadores que aí vinham caçar, pois havia caça à vontade. De vez em quando também os selvagens Botocudos visitavam essas regiões, em busca de caça.

Quando se vinha aí para fazer medições, era necessário abastecer-se de tudo com antecedência, antes de iniciar a marcha rio

abaixo. O comissário era, porém, um homem muito experiente e prático, de modo que a expedição estava muito bem equipada.

Seguiram todos juntos até a foz do Água Branca, de onde foram iniciadas as medições. Aqui a expedição separou-se em dois grupos. O comissário, em companhia de Eti e do escrivão, tendo fortificado bem as barracas pela frente, observavam o progresso dos trabalhos de medição.

No dia seguinte, o comissário, levando consigo Eti, seguiu de canoa para fazer uma visita a um certo José Fortes, que era proprietário das terras situadas em frente dos terrenos de Bueno e de Braga. Nas proximidades da foz do rio Taquaral, no pôrto de Humaitá, encontraram o cidadão Fortes trabalhando na barraca. As casas e depósitos encontravam-se na outra margem do rio, a uma distância de cerca de meia milha. O cidadão Fortes, velho conhecido e amigo do comissário, ficou muito contente com a sua vinda e convidou toda a expedição para a sua choupana. O comissário aceitou de bom grado essa proposta. Todos eles sentiam-se aí bem e confortavelmente instalados, nunca faltava comida, havia de tudo em abundância.

Todos passavam as longas noites perto da fogueira, tomando chimarrão, fumando excelentes charutos. O cidadão Fortes tinha um repertório inesgotável de "casos" e anedotas. Possuía também uma grande prática em curar com remédios caseiros, que êle mesmo sabia preparar. De modo que havia muito assunto para conversas úteis.

Fortes tinha sido a seu tempo proprietário de extensos terrenos entre os rios Iguaçu e Negro. Mas posteriormente efetuou uma transação de troca com o govêrno, recebendo os terrenos de São Mateus. Fundou aí uma colônia, denominada Maria Augusta ou São Mateus. Essa colônia dava de frente para o rio Taquaral e para o Arroio Emboque. Os proprietários dessas terras de Emboque, que eram paulistas, travaram com Fortes uma disputa sôbre as divisas nas nascentes do arroio. O comissário chegou aí justamente a pedido de Fortes, para finalmente decidir a questão e fazer as pazes com os paulistas. Os paulistas, convocados pelo comissário, tendo antes examinado o terreno em disputa, concordaram em aceitar a sua arbitragem e sentença. Era, pois, necessário marcar as divisas. Para tanto, o comissário enviou Eti, junto com os paulistas.

A divisa encontrava-se a uma distância considerável da choupana de Fortes. O caminho para aquêl lado era difícil e tortuoso e retorcia-se por entre matas e ervais.

Feita a inspeção do terreno em disputa, Eti voltava para casa sozinho. Mas a noite caiu antes que pudesse atravessar o rio Iguaçu. Por sorte, encontrou um caboclo que morava numa campina e pediu pouso em seu rancho.

O rancho, habitado por um casal de caboclos, era muito pobre. Os próprios donos não dispunham de muito espaço nêle. Mas ofereceram a Eti um lugar junto à lareira, enquanto êles deitaram-se sôbre peles a pouca distância. Mas Eti não aceitou essa

oferta e passou para a peça vizinha, mal aparelhada e cheia de buracos nas paredes. Deitou-se aí sobre uma pele, que servia ao mesmo tempo de cobertor. Mas embora estivesse bastante cansado, não dormiu muito bem, talvez em consequência do frio que sobreveio durante a noite.

Os caboclos acordaram muito cedo e imediatamente sentaram junto à lareira para se aquecer. E logo começaram a tomar também o indefectível chimarrão. Eti também aceitou a bebida. Logo que clareou, seguiu adiante, rumo à choupana.

Após a volta, apresentou ao comissário um minucioso relatório da inspeção realizada. Aludiu também à aventura por que passara e ao pouso. O comissário decidiu finalmente a questão a favor de Fortes. Em breve as medições terminaram, restando apenas a elaboração dos documentos formais, que o comissário decidiu preparar após a sua volta a Lapa, para onde os ajudantes já haviam retornado.

Mas como em Lapa não tinha em vista nenhuma outra medição, despediu os dois agrimensores, enquanto ele, acompanhado de Eti e do escrivão, seguiu ainda para a cidade de Palmeira, onde alguns proprietários de terras, no distrito de Vieiras, tinham-lhe pedido igualmente a execução de medições.

Aí foram feitas medições em cinco propriedades, e os documentos elaborados foram enviados a Curitiba.

O comissário visitou ainda Rio Negrinho, onde igualmente devia executar diversos trabalhos de medição nas terras de Paulino Franco e outros, terrenos chamados de Lençol. De uma parte destes surgiu depois a colônia de São Bento, que hoje existe como município do mesmo nome no Estado de Santa Catarina. Mas Eti já não participou desses trabalhos, pois nessa ocasião sobreveio um outro acontecimento importante, que mais uma vez mudou o rumo da sua vida.

No ano de 1874, veio a Curitiba um comerciante de nome Eugênio Bendarzewski, oriundo da Galícia austríaca. Um belo dia convidou Eti para uma conferência e, após longa conversa, revelou que no Rio de Janeiro estava sendo organizada uma grande companhia, que tencionava realizar a colonização das terras paranaenses com o auxílio de imigrantes poloneses. Essa companhia, da qual Bendarzewski era um dos sócios, via com quanto êxito Eti havia iniciado a ação imigratória no Paraná. Em reconhecimento de sua energia, oferecia-lhe o posto de engenheiro de colonização, após o que era de se esperar que, organizadas as colônias, Eti tornasse-se o seu diretor. A companhia pretendia por enquanto colonizar as terras de Marinha, pois aí já possuía terras próprias para o cultivo. Mas depois passaria a fundar outros centros, em terras baldias no Estado do Paraná.

Eti aceitou a proposta de Bendarzewski. Imediatamente dirigiu-se ao comissário, pedindo que o dispensasse do posto que até então ocupara, com o que o comissário concordou muito a contragosto, pois considerava Eti como o seu único homem de confiança.

A companhia foi organizada com o nome de Pereira Alves, Bendarzewski & Cia., com sede em Paranaguá. As terras destinadas à distribuição encontravam-se em Canavieiras e Rio Branco. A primeira recebeu o nome de colônia Eufrasina, a outra de colônia Pereira. Ambas pertenciam ao município de Paranaguá. Como gerente da sociedade foi escolhido o Coronel José Pereira Alves, com quem Eti assinou o contrato, pois Bendarzewski já havia viajado para a Europa, em busca de colonos.

IX

NA COLÔNIA EUFRASINA

Em janeiro de 1875, Eti viajou a Paranaguá para encontrar-se com o gerente da sociedade. Chegando lá, foi informado por um outro sócio, o Coronel Carneiro, que o gerente encontrava-se na oportunidade na colônia. Um dos colonos, que se encontrava na cidade, podia levar Eti até lá. O rapaz aproveitou essa oportunidade e os dois puseram-se a caminho para Pôrto do Gato, hoje chamado Pôrto D. Pedro II. O resto da viagem tinha que ser feita de canoa.

Naquele tempo, nas margens do rio nesse trecho, desde a ponte até a cidade, quase que não havia construções. Apenas na vizinhança da Igreja da Santíssima Virgem Maria do Rocio é que se podia vislumbrar duas ou três casinhas de madeira.

O bom tempo favorecia a viagem. Nem o mais leve vento agitava as águas da baía, de modo que se podia embarcar sem receio numa pequena canoa, que o remador lhes oferecera. Eti de início não tinha coragem para confiar o seu destino — como dizia — a essa débil casquinha. Mas o experiente remador garantia que nenhum perigo ameaçaria os viajantes, pois êle navegava sempre na baía com essa canoa, tanto em tempo de vento como de calmaria. Eti decidiu-se, portanto, a ocupar o lugar na canoa e uma hora depois desembarcou em Pôrto do Pasto. Era justamente ali que esperava por êle o gerente da sociedade.

Ficou muito satisfeito com a vinda de Eti, pois acabara de receber a notícia de Bandarzewski de que um grupo de imigrantes já tinha sido embarcado num navio na França, de forma que devia começar as medições.

Já no dia seguinte, iniciou Eti as medições, avançando da baía do Pôrto do Pasto em direção à foz do rio Canavieiras, que formava os limites da colônia. Seguindo rio acima até o Monte Feiticeiro, delimitou em Sobrado um quadrilátero central como sede da colônia, de frente para a baía. Nesse ponto encontrava-se antigamente o rancho do dono dessa propriedade. Foram também projetadas diversas estradas e delimitados os lotes. Êsses últimos davam de frente para o rio Canavieiras e para as futuras vias de comunicação.

Em todos êsses trabalhos, Eti era ajudado por seu conhecido de Gaspar, Francisco Motzko.

Do Pôrto do Pasto as medições prosseguiram adiante, até a foz do rio Itiugaçu, no espaço compreendido entre os rios Bugueira, Itiuga e Itiugaçu. Durante a execução dêsses trabalhos, veio do

pôrto francês de Bordeaux, onde Bendarzewski havia aberto o seu escritório de imigração, o primeiro grupo de colonos.

Mas êsses primeiros imigrantes não eram agricultores de profissão. Eram habitantes de cidades, não habituados ao trabalho na lavoura e que não serviam para colonos. Por isso o gerente estava muito descontente com êles, tratava-os com rudeza e de má vontade, em consequência do que todos êles abandonaram a colônia, dispersando-se pelas cidades vizinhas. Alguns dêles até voltaram para a França, apresentando ao mesmo tempo queixas e reclamações contra o mau tratamento que lhes tinha sido dispensado na colônia. Em consequência disso, o govêrno francês ordenou que Bendarzewski abandonasse a França. Assim, teve que transferir o seu escritório para Antuérpia, na Bélgica.

Ainda no mesmo ano, o gerente confiou a Eti os trabalhos de medição e de partição das terras de Rio Branco, que depois de colonizadas receberam o nome de Colônia Pereira. Essas terras encontravam-se a meio dia de viagem ao sul de Paranaguá. Levava até elas a estrada de Santa Cruz, hoje chamada Maria Luísa. Eram terras muito férteis, que se prestavam muito bem para o cultivo do café e da cana-de-açúcar.

Os trabalhos de medição terminaram com a delimitação das divisas em mais algumas glebas, próximas aos rios das Pombas e Caraguaçu, nas profundezas das montanhas da Serra da Prata. Sob o impacto da fracassada experiência com os primeiros colonos e das suas queixas diante do govêrno francês, e a conselho do gerente, a Sociedade — tendo concluído um acôrdo vantajoso com o govêrno — desistiu de outros trabalhos de colonização. Em vista disso Eti, juntamente com seu ajudante, voltaram para Curitiba. Mas durante a sua estada na colônia Eufrasina conheceu êle a sua futura companheira de vida, Maria. Levou-a consigo para Curitiba, onde em breve casou-se com ela.

Encontrou logo um nôvo trabalho: o comissário de terras José Muller confiou-lhe a execução de medições em São João do Triunfo. Era no comêço do ano de 1876. Mas quando o comissário Muller foi dispensado do seu cargo, também Eti perdeu o emprêgo. Por isso novamente voltou para Curitiba.

Justamente nessa ocasião novamente chegaram ao Paraná mais numerosos grupos de imigrantes poloneses da Galícia. Eram recrutados pelo escritório de Bendarzewski, que os encaminhava para a sociedade colonizadora no Paraná. Nesse tempo o govêrno do Estado já era exercido por um outro Presidente, o Dr. Lamenha Lins, homem de profunda inteligência, ardente patriota, conhecedor exímio dos assuntos da colonização. Sabia dar o devido valor às vantagens que o Paraná poderia obter do estabelecimento de colonos nas proximidades das cidades e centros comerciais. Em virtude disso, foi então que o govêrno nomeou pela primeira vez uma comissão colonizadora, cujo chefe ficou sendo o Dr. Riviera.

Em breve surgiu uma série de novos centros coloniais nos arredores de Curitiba: Santo Inácio, Orleans, Dona Augusta, Dom Pedro, Riviera, Tomás Coelho, Lamenha Lins. Essas colônias sur-

giram em terras férteis, adquiridas em caráter particular. Estabeleceram-se nelas imigrantes austríacos, bem como poloneses da dominação prussiana. Essas colônias cobriram uma parte considerável das necessidades de Curitiba na esfera dos produtos agrícolas, e a sua população forneceu mais tarde grande ajuda a outros grupos de imigrantes da Polônia, que procuravam terras no Paraná.

Eti foi nomeado como agrimensor da comissão colonizadora e por conta desta efetuava as medições dos centros de colonização. Quando essas medições foram terminadas, a comissão mudou-se para Marinha. Juntamente com ela foi também Eti. Para sede da comissão e de seus escritórios escolheu-se Morretes. Assim, Eti fixou residência nessa cidade.

Nos municípios de Morretes e Pôrto de Cima, Eti realizava todos os trabalhos sob a direção dos chefes: Dr. Parigot, Dr. Costard e Dr. Chabreu.

As colônias dêsses municípios, bem como de Antonina, eram habitadas naquele tempo por italianos, por iniciativa de Sabino Tripoli, que concluiu um contrato com o govêrno para trazer colonos italianos para a colônia Alexandra, no município de Paranaguá. O primeiro grupo de colonos trazidos por êle contava 34 famílias, que desembarcaram em Paranaguá em fevereiro de 1873. Mais tarde, porém, quando um considerável número de famílias italianas já havia chegado ao Paraná, o govêrno, por motivos desconhecidos, invalidou o seu contrato com Tripoli. Nos anos de 1876 e 1877, o Presidente Dr. Lamenha Lins localizou tôdas essas famílias na assim chamada Nova Itália, no distrito de Morretes e outras regiões da colônia Marinha.

O município de Antonina possuía ainda consideráveis reservas de terras desabitadas, que agora o govêrno tencionava colonizar. Estavam situadas ao longo das margens do rio Cachoeira, que desemboca na Baía de Paranaguá. Antes de nela estabelecer os colonos, era necessário realizar certos trabalhos de levantamento na foz do rio Cachoeira e alguns dos seus afluentes.

Para essa importante tarefa foi indicado Eti. Em janeiro de 1877, iniciou as suas atividades, escolhendo como ponto de partida o início da estrada principal que levava a Antonina e avançando depois pelo rio Cachoeira acima, até as suas nascentes, num trecho de mais de 50 quilômetros de extensão.

A bacia do Cachoeira estava povoada naquele tempo apenas até o km 31 rio Cutia acima, seu afluente. Ali, no lugar denominado Pôrto Prêto, residia um certo norueguês, chamado também Leandro. Dêsse lugar até as nascentes do Cachoeira e seus afluentes Água Branca, Rio do Meio, São Sebastião, estendia-se a mata, raramente visitada mesmo por caçadores. A estrada para tropas e burros de carga levava de Bandeiras, através de elevações, até as montanhas da Serra do Mar, e até São João da Graciosa e Antonina. Por ali passavam tropas que forneciam erva-mate para as usinas em Marinha. Os habitantes das margens do rio Cachoeira comunicavam-se entre si por via fluvial, ou então por caminhos marginais.

No km 18, numa elevação, o rio era cortado pela linha telegráfica de Cananéia. Perto do km 12 o curso do rio era cortado por uma cachoeira, que impossibilitava a navegação. Dêse ponto acima, até o rio Pequeno, perto do km 19, a navegação no rio Cachoeira era acessível somente para pequenos botes.

As margens do Cachoeira não são interessantes, pois o rio corre por uma estreita garganta por entre a cordilheira da Serra do Mar e outras montanhas menores. Dos seus afluentes mais importantes, convém mencionar: Rio do Mouro, Nunes, Cacatu, Mergulhão, Saci, Cutia, Carniça e Rio do Meio na margem esquerda, bem como Cupiúva, Turvo, Água Branca e São Sebastião na direita.

Os terrenos contíguos ao rio produzem arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão e outros produtos da terra. Também cresce bem o café, o algodão e bananas. A terra também é boa para árvores frutíferas.

Os trabalhos de levantamento realizavam-se o tempo todo sem quaisquer contratempos. A expedição chegou ao último lote, no qual foi erguida uma barraca para os trabalhadores. Adiante dêse lugar foi construído ainda um certo número de barracas de palmito, sendo cobertas com fôlhas de guaricanga, que a floresta fornecia em quantidade. A alimentação, por todo o tempo, era trazida de Antonina, com o que estavam continuamente ocupados dois trabalhadores.

No km 31 da estrada ocorreu a necessidade de ir a Antonina entregar no escritório as anotações das medições realizadas. Levando, portanto, dois homens consigo, um brasileiro e um polonês, Eti seguiu para a cidade. Justamente naquele tempo irrompeu em Antonina pela primeira vez uma epidemia de febre amarela, que dizimava a população. Já no dia seguinte ao da sua chegada, Eti foi atacado pela febre. Como o tratamento deveria durar um mês, mandou os dois trabalhadores de volta com provisões, recomendando-lhes ao mesmo tempo que levassem recursos medicinais contra a febre.

Mas por infortúnio um daqueles trabalhadores, o brasileiro, antes da viagem foi fazer uma visita a um conhecido seu, que estava acometido de febre amarela. Não revelando isso a Eti, seguiu de volta para o acampamento. Mas não chegou até lá! Durante a viagem a doença desenvolveu-se de forma tal que conseguiu chegar apenas ao rio Pequeno, onde perdeu as forças completamente e, tendo ficado ali, logo morreu. O outro trabalhador alugou então um homem para carregar as provisões e dessa maneira atingiu o acampamento. Mas também êle ficou doente quando chegou ao local. Sarou, é verdade, mas alguns companheiros foram infeccionados por êle, sendo que dois dêles morreram.

Enquanto isso Eti, tendo recuperado a saúde, estava muito preocupado com a sorte dos seus trabalhadores. Também não tinha certeza se executaram bem as suas ordens, pois tinha-os incumbido de cortar algumas picadas na mata rio acima e de construir algumas barracas. Assim, depois de vinte dias de permanência em Antonina, voltou aos trabalhos no rio Cachoeira.

A meio caminho, entre a foz do rio São Sebastião e as suas nascentes, a expedição encontrou-se numa situação crítica. Ocorre que o rio Cachoeira encheu tanto, que se tornava impossível fornecer a tempo novas provisões para o acampamento. Enquanto isso, no acampamento já havia falta de tudo. Assim, tôda a expedição teve que passar fome por alguns dias, alimentando-se com as últimas porções de farinha de mandioca, palmito ou pássaros, na medida em que conseguiam caçá-los.

Mas as provisões finalmente vieram, e podia-se prosseguir com o trabalho. Chegando às nascentes do Cachoeira, Eti terminou as medições e voltou a Antonina com todo o grupo.

Pouco tempo depois, o chefe da comissão em Morretes confiou-lhe outros trabalhos junto ao rio São Sebastião. Para tanto Eti organizou um outro grupo de trabalhadores e seguiu para o local indicado.

As terras situadas nas proximidades de todos êsses rios não apresentam nada de interessante. Sômente pela metade do curso do Cachoeira ergue-se um extenso planalto que se estende até a região de Três Bicos, chamada montanha da Santíssima Virgem Maria. Êsse planalto, do lado nordeste, atinge as nascentes do rio São Sebastião. As matas dêsse planalto abundam em veados e javalis. No rio e nos seus afluentes, a água é limpa e saborosa, o clima salubre e agradável, especialmente nos meses de inverno e de primavera.

Até o ano de 1920, as terras situadas junto aos rios São Sebastião e Cachoeira, em virtude da falta de estradas e meios de comunicação, continuavam despovoadas.

Eti voltou a Morretes no ano de 1878. Em seguida empreendeu medições em Anhaia, um dos distritos dessa cidade. O trabalho ali consistia em realizar o levantamento do rio Pinto, até o ponto chamado Cabrestante. Terminada essa tarefa, foi-lhe pedido que seguisse até o rio Sagrado, com o fim de examinar e preparar uma passagem ao longo do rio Canavieiras, que corria pela garganta do rio Sagrado, até Guaratuba.

Êsse trabalho tomou-lhe todo o ano de 1879. O ponto de partida, do qual devia iniciar-se o caminho, era o arroio Pé de Pedra. Êsse arroio desemboca no rio Bom Jardim, que por sua vez constituiu um afluente do rio Sagrado. Até êsse ponto, ao longo do rio Sagrado, já tinha sido construída uma estrada.

A passagem, de acôrdo com as recomendações recebidas, devia correr ou pela garganta dos rios Sagrado e Prata, ou então por uma outra garganta do Sagrado, que se encontrava entre os montes Sagrado e Anhaia.

Eti antes de mais nada visitou detalhadamente os terrenos contíguos a essas duas gargantas, como também a garganta do Cubatãozinho. Alguns dias depois voltou a Morretes com informações detalhadas. As suas investigações demonstraram que êsses terrenos não possuíam grande valor, visto encontrarem-se rodeados de montanhas cobertas de vegetação espêssa e espinhenta, de forma que a demarcação das divisas demandaria muito tempo, pois

exigiria que continuamente se contornassem os terrenos inacessíveis. Na direção nordeste, por outro lado, para o lado do rio Cubatãozinho, já existiam centros habitados e não havia terras desabitadas, que se prestassem à colonização. O Dr. Chabreu, chefe da comissão, concordou com as ponderações de Eti e determinou que fôsse modificada a direção original das explorações. Eti voltou então novamente ao local e recomeçou os trabalhos de reconhecimento em direção à garganta do rio Sagrado.

Nesses trabalhos applicava os mesmos métodos que tinha utilizado no rio Cachoeira, construindo em tôda parte ranchos em vez de barracas. Os viveres para tôda a expedição eram trazidos de Morretes.

Tanto os trabalhos de reconhecimento, como também a realização de esboços, implicava em consideráveis dificuldades. Em diversos lugares a expedição tinha que perder muito tempo com o inútil corte de picadas através de matas espessas intransponíveis, cortadas por ligeiros córregos e riachos.

Uma distância de 14.283m em linha reta separava a expedição do ponto na garganta do Sagrado, que anteriormente já tinha sido marcado pelo agrimensor Oppitz, que tinha aberto uma picada para o reconhecimento do terreno dessa garganta, até a bacia do rio Canavieiras.

Tratava-se da mesma garganta, em cujo âmbito encontrava-se a linha telegráfica de Morretes a Joinville.

O corte devia abranger os rios Pitinga, Bom Jardim, do Salto, Ribeirão Fundo e de Terrinha. Na margem do rio Pitinga, até onde havia chegado o caminho desde o rio Sagrado, surgiu a seu tempo a vila Pitinga, habitada por italianos. Mas quando a comissão colonizadora cessou as suas atividades, tendo arcado com consideráveis prejuízos materiais em conexão com a construção das estradas para os centros coloniais, os colonos abandonaram essa região. A florescente e próspera colônia, situada nas proximidades de Morretes — um bom centro de comercialização — ficou abandonada. Todos os lotes de terra fértil e lavradia ficaram abandonados e sem dono. Quem bem quisesse, independentemente do fato de possuir título de propriedade ou não, sem quaisquer formalidades, podia estabelecer-se aí, cultivar a terra e construir casas, sem pedir a permissão de ninguém.

Embora tôdas as terras não habitadas e não exploradas fôsem propriedade do govêrno, naqueles anos, contudo, ninguém se preocupava com elas. Quem quisesse podia estabelecer-se nelas e cultivá-las. Os colonos muitas vêzes abandonavam depois de algum tempo a terra ocupada. No seu lugar vinham outros, e dessa forma as terras passavam de mão em mão. Nos anos posteriores, juntamente com a normalização das leis e das circunstâncias, as autoridades governamentais começaram a atribuir a propriedade dos lotes àqueles que permaneceram nêles e aí se estabeleceram. Ainda até o ano de 1890, para observar as formalidades legais, os recém-descobertos colonos tinham que pagar ao govêrno certas importâncias a título de arrendamento, impostos, etc. Mas essas importâncias eram

mínimas. A partir de 1895, essas relações finalmente foram normalizadas através de leis e controle adequados.

Naquele tempo, Eti realizava as suas medições, começou-se também a cortar largas picadas, pelas quais devia passar a linha telegráfica de Joinville a Morretes. O chefe desses trabalhos era o Dr. Leopoldo Weiss, competente engenheiro, com quem Eti encontrou-se no fim dos seus trabalhos.

Ainda nessa região, Eti teve que realizar trabalhos de reconhecimento dos terrenos do vale do rio Canavieiras, como também do curso superior e inferior dos rios Lapinha e Canavieiras, até a foz do rio Cubatãozinho. Esses trabalhos foram levados até o metro 6584, onde foi encontrada a foz do rio Canavieiras. Dêse ponto em diante, o levantamento do terreno já tinha sido realizado pelo agrimensor Oppitz, que tinha explorado o curso do rio até 4543m acima, e até 11.058m abaixo, até a foz do rio Cubatãozinho.

Todos esses levantamentos de terrenos referiam-se a consideráveis glebas desabitadas, e que se prestavam muito bem para a colonização. Do sul e do norte, esses terrenos estavam cercados pela rede telegráfica, enquanto o mato nessa região oferecia excelentes condições para a caça, que só era dificultada pelo grande número de cobras venenosas.

X

VIAGEM À VILA DE UTINGA

No ano de 1880 foi iniciada a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. O chefe geral da construção era um italiano, o engenheiro Dr. Perucci.

Para os trabalhos na estrada eram contratadas firmas e turmas de trabalhadores separadamente para cada seção da estrada projetada. Para cada empresário havia um engenheiro especialista, sendo que o engenheiro da companhia estava encarregado do conjunto dos trabalhos.

Ao Dr. Perucci cabia também, entre outras coisas, a conclusão de contratos para o fornecimento de dormentes e outros materiais de construção. Justamente naquela época veio a essa região, para visitar as colônias polonesas mais antigas, um certo Teófilo Rudzki, participante da infeliz expedição mexicana do Imperador Maximiliano. Era conhecido e amigo do Dr. Perucci. Por isso o chefe da construção propôs a êle o fornecimento de dormentes para tôda a estrada em construção.

Rudzki aceitou a proposta, apresentando um preço muito alto. Ncs conhecia o tipo dos matos da redondeza e achava que uma quantidade suficiente de madeira que se prestasse para tal fim podia ser encontrada somente na serraria. Para chegar, pois, às fontes competentes, foi encontrar Eti em Morretes, sôbre quem tinha ouvido falar, e procurou travar conhecimento com êle. Sabia que uma grande serraria, propriedade de um Deputado da Câmara, o Dr. Figueira, encontrava-se em Guaraqueçaba. Tendo apresentado a Eti o projeto de fornecimento dos dormentes, pelo qual considerava obter consideráveis lucros, propôs a Eti para ir juntamente com êle àquela serraria, cujo proprietário já havia ofertado uma considerável quantidade de material.

Primeiramente teriam que ir a Paranaguá, onde se encontrava o sócio do Dr. Figueira. Em companhia dêle deviam realizar a viagem até a serraria. Decidiram fazer por barco a viagem de Morretes a Paranaguá. Surgiu para tanto uma boa ocasião, pois naquela direção estava para partir justamente um barco, que levaria mercadorias para um certo hoteleiro residente em Laranjeiras, na Ilha das Peças, perto de Guaraqueçaba. Ao alvorecer de uma manhã, embarcaram ambos e, com o vento sudeste favorável, partiram em direção de Passagueira e Cutinga. Tendo atravessado a Baía de Paranaguá sem nenhum incidente, dirigiram-se à Baía de Laranjeiras, quando de repente, na altura de Saco de

Tambarutaca, mudou a direção do vento. Com a força do vento quebrou-se um dos mastros, e o barco a vela foi levado pelo redemoinho da água.

Os experientes barqueiros imediatamente arriaram as velas restantes e com toda a força dos remos dirigiram o barco para as margens da Ilha das Bananas, situada defronte da Ilha das Cobras. Tinham a intenção de esperar ali que se amainasse a fúria do vento e reparar os danos que o barco sofrera. Tendo encontrado uma pequena enseada na praia, mais ou menos protegida contra o vento, aí atracaram.

A Ilha das Bananas é um belo recanto, com uma extensa praia arenosa, cheia de conchas e algas lançadas pelo mar. Dali estende-se a vista para as ilhas das Peças e do Mel, e mais adiante para os montes Quitumbé, Bicos do Mar. Ao pé do Monte Quitumbé encontra-se a cidadezinha de Guaraqueçaba, banhada pelas ondas da extensa Baía de Laranjeiras.

Na ilha propriamente dita, bem ao lado da ponte, encontra-se uma caverna natural de três blocos de pedra, na qual seis pessoas podem abrigar-se confortavelmente. Foi aí que Eti mandou acender a fogueira e preparar o almoço, cujo prato principal constava de ostras, que eram abundantes na caverna.

Alimentando-se dessa forma, Teófilo e Eti recordavam diversas paisagens, rios e montanhas, que tinham visto neste país, bem como os estranhos sambaquis, que Eti encontrara muitas vezes durante os seus trabalhos no litoral da baía.

Na opinião de Eti, tratava-se de restos de ostras e outros moluscos comestíveis (mariscos), com os quais alimentavam-se antigamente os índios da tribo dos Carijós, que habitavam as costas do mar paranaense. Eti contava também que nos corredores dos rios Itúgaçu, Itiúga, Canavieiras e muitos outros podiam-se encontrar também depósitos de sambaquis, que são aproveitados para a fabricação de cal. Removidos êsses depósitos, debaixo dêles encontram-se freqüentemente esqueletos humanos, depositados quase sempre em posição sentada. A seus pés encontram-se diversos instrumentos de pedra, machados e martelos, bem como rolos de tucum, de cujas fibras os índios fabricavam anzóis, terminados por ganchos de osso. De forma que êsses túmulos são testemunhas da vida e do trabalho dos primitivos habitantes dessas paragens.

Teófilo, por sua vez, afirmava que as camadas em que são depositados êsses sambaquis indicam que êles têm uma outra origem. Provavelmente foram depositados pelas ondas de uma inundação. Lembrava que no litoral do Mar Báltico, na Dinamarca, tinha visto sambaquis muito semelhantes aos descritos por Eti.

Mas finalmente Eti conseguiu convencer o companheiro sobre a verdadeira origem dos sambaquis.

Quando o mar se aplacou e os danos do barco foram consertados, os viajantes prosseguiram na jornada. Em breve atingiram a Baía de Laranjeiras e atracaram nas proximidades do hotel para o qual o barco tinha trazido mercadorias.

O dono do hotel, onde descansaram um pouco, prontificou-se a fornecer-lhes guias, que os levariam até Utinga, pois era ali que se encontrava a serraria para a qual se dirigiam. Não tiveram que esperar muito pelo barco. Os barqueiros, bordejando em volta de pequenas ilhas, em uma hora levaram-nos ao lugar indicado. Desembarcando em terra, Teófilo e Eti, contornando pela margem da praia a foz do rio Guaraqueçaba, chegaram à residência do Dr. Figueira. Foram recebidos por sua mulher, Dona Rosa. Recebendo-os muito cordialmente, ordenou a um empregado que levasse os hóspedes até a serraria. Para chegar lá, era preciso atravessar o rio Guaraqueçaba, que ali era bastante largo e profundo.

Na margem esquerda do rio, à distância de alguns quilômetros da sua foz, situava-se o pôrto de Utinga, que dava o nome ao rio que ali desemboca na baía.

O rio Utinga desce de uma alta montanha, que divide as suas águas entre os riachos que correm no espaço compreendido entre o rio Guaraqueçaba e a Baía dos Pinheiros. Os terrenos contíguos a ambas as margens do rio Guaraqueçaba são baixos, apenas com pequenas elevações erguendo-se ao fundo. Tôda essa região era pouco povoada.

Do pôrto Utinga até a serraria, levava uma estrada larga e bem conservada. A serraria era acionada pela fôrça das águas do Utinga. Mas o canal que trazia a água encontrava-se continuamente cheio de lama e sujo, enfraquecendo a corrente da água.

Teófilo visitou e examinou minuciosamente a serraria e as suas instalações. Perguntou também ao capataz quantos dormentes a serraria poderia fornecer por dia. Tendo conseguido tôdas as informações necessárias, os dois viajantes voltaram ao hotel, para no dia seguinte, já sem se deterem em Paranaguá, voltarem a Morretes.

Passados dois dias, estavam já em casa. Mas Teófilo decidiu finalmente não assinar o contrato para o fornecimento dos dormentes, pois recebeu cartas da família, que residia na Polônia, e decidiu voltar à sua pátria.

Já durante a expedição Eti havia notado que o seu companheiro não tomava café, mas deleitava-se com a erva-mate, à qual, como afirmava, quando adoçada, devia ser consideravelmente melhor que o chá da Índia, consumido em grande escala na Rússia. Em vista disso, tomou a decisão de iniciar o cultivo da erva-mate na Polônia do Congresso e de efetuar uma ampla propaganda nesse sentido. Tencionava contar com o apoio de médicos que, feita a análise, anunciariam que consideram o produto útil ao organismo.

Tendo levado, portanto, um barril de erva-mate selecionada de Morretes, partiu para a Europa, prometendo a Eti que o informaria dos resultados da sua campanha.

XI

PROPAGANDA DA ERVA-MATE NA POLÔNIA DO CONGRESSO E NAS TERRAS RUSSAS

Teófilo Rudzki, tendo chegado a Varsóvia, imediatamente passou a desenvolver em todo o país uma movimentada propaganda da erva-mate. Entrou em entendimento com os círculos médicos, entre os quais possuía muitos conhecidos e amigos. Esses passaram a analisar com grande interesse as propriedades medicinais da erva-mate. Em decorrência dessas análises, chegou-se à conclusão de que se trata de uma bebida saborosa e saudável para o organismo humano, indicada especialmente para crianças. A análise química demonstrou a seguinte composição: para 100 litros 62 partes de clorofila, 12,2 de tanina, 0,11 de óleo, 238,5 de substância tintureira. Era a confirmação dos resultados das análises realizadas anteriormente pelo Dr. Schnupp, inspetor médico em Bonn, pelo Dr. Lancaster em South Kensington, bem como pelo Dr. Caminha no Rio de Janeiro.

A erva-mate era naquela época completamente desconhecida na Rússia. Assim a ação de propaganda realizada por Rudzki causou grande tumulto e provocou considerável inquietação não apenas nas esferas comerciais, mas também da parte dos monopólios. Pois esse novo produto, muito barato, ameaçava de séria concorrência o caro chá da Índia, monopolizado nas mãos de um membro da corte do czar, o Conde Orlov, e que trazia consideráveis lucros para o governo em forma de taxas.

Teófilo não economizava dinheiro para a propaganda. Espalhou por todo o país centenas de milhares de brochuras, cuja impressão custou alguns milhares de rublos, estabeleceu contatos com diversas casas comerciais e preparava o terreno cada vez mais para o consumo mais amplo possível da erva-mate.

No ano de 1882, Eti recebeu de Teófilo uma carta com informações sobre os progressos da campanha de propaganda. Teófilo pedia também a remessa de cinquenta grandes barris de erva-mate para o porto de Hamburgo. Essa remessa foi realizada já em janeiro de 1883, pela casa comercial suíça Drusine & Cia., em Paranaguá. Durante os anos de 1883 e 1884, Eti enviou mais cinquenta barris de erva-mate para Teófilo, cobrando 200 réis por arrôba.

Pelo final do ano de 1883, Teófilo recebeu a notícia de que a população na Rússia comprava a erva-mate, mas queixava-se de

que esta vinha contaminada por impurezas e pó, bem como do estranho cheiro da erva. Teófilo pedia, portanto, que se alertasse a fábrica sobre esse fato. Mas o pior é que pessoas mal intencionadas começaram a espalhar a notícia de que essa bebida era preparada de árvores que cresciam na Rússia, e que a sua procedência brasileira não passava de invenção de Teófilo. Pois havia 400 anos sabia-se da existência do Brasil, e ninguém até então havia ouvido falar de nenhuma erva-mate, e foi apenas após a volta de Teófilo do Brasil que se iniciou a propaganda dela. Dessa forma, para modificar a opinião dos consumidores a respeito da erva, Teófilo pedia que lhe fossem mandadas algumas variedades de outras espécies.

Tendo recebido essa carta, Eti dirigiu-se ao industrial e comerciante de erva, Emanuel Nogueira, em Morretes, pedindo-lhe que providenciasse algumas variedades selecionadas de erva dos matos de Palmeira. Essas amostras foram enviadas a Varsóvia em latas hermeticamente fechadas. Teófilo confirmou a chegada da remessa, expressando a opinião de que essas novas variedades trariam de volta à erva-mate a sua fama abalada.

Com efeito, a notícia sobre a excelente qualidade da erva espalhou-se rapidamente por todo o país. A população, especialmente a polonesa, começou a consumir em grandes quantidades a erva-mate, em vez do chá da Índia. Esse movimento assumiu tais proporções que começou a inquietar o Conde Orlov e seus agentes. Sob sua pressão, o governo do czar impôs sobre a importação da erva-mate taxas tão altas, que tornaram impossível qualquer concorrência com o chá da Índia. A sua venda era permitida apenas em farmácias, em pequenos pacotes, como remédio específico denominado "Ilex Paraguaiensis". Finalmente, no ano de 1884, veio uma carta de Teófilo comunicando que fôsse suspensa a remessa da erva-mate.

O governo brasileiro não arcou com quaisquer despesas, com relação à propaganda da erva-mate.

XI

PROPAGANDA DA ERVA-MATE NA POLÔNIA DO CONGRESSO E NAS TERRAS RUSSAS

Teófilo Rudzki, tendo chegado a Varsóvia, imediatamente passou a desenvolver em todo o país uma movimentada propaganda da erva-mate. Entrou em entendimento com os círculos médicos, entre os quais possuía muitos conhecidos e amigos. Êsses passaram a analisar com grande interesse as propriedades medicinais da erva-mate. Em decorrência dessas análises, chegou-se à conclusão de que se trata de uma bebida saborosa e saudável para o organismo humano, indicada especialmente para crianças. A análise química demonstrou a seguinte composição: para 100 litros 62 partes de clorofila, 12,2 de tanina, 0,11 de óleo, 238,5 de substância tintureira. Era a confirmação dos resultados das análises realizadas anteriormente pelo Dr. Schnupp, inspetor médico em Bonn, pelo Dr. Lancaster em South Kensington, bem como pelo Dr. Caminha no Rio de Janeiro.

A erva-mate era naquela época completamente desconhecida na Rússia. Assim a ação de propaganda realizada por Rudzki causou grande tumulto e provocou considerável inquietação não apenas nas esferas comerciais, mas também da parte dos monopólios. Pois êsse novo produto, muito barato, ameaçava de séria concorrência o caro chá da Índia, monopilizado nas mãos de um membro da côrte do czar, o Conde Orlov, e que trazia consideráveis lucros para o governo em forma de taxas.

Teófilo não economizava dinheiro para a propaganda. Espalhou por todo o país centenas de milhares de brochuras, cuja impressão custou alguns milhares de rublos, estabeleceu contatos com diversas casas comerciais e preparava o terreno cada vez mais para o consumo mais amplo possível da erva-mate.

No ano de 1882, Eti recebeu de Teófilo uma carta com informações sôbre os progressos da campanha de propaganda. Teófilo pedia também a remessa de cinquenta grandes barris de erva-mate para o pôrto de Hamburgo. Essa remessa foi realizada já em janeiro de 1883, pela casa comercial suíça Drusine & Cia., em Paranaguá. Durante os anos de 1883 e 1884, Eti enviou mais cinquenta barris de erva-mate para Teófilo, cobrando 200 réis por arrôba.

Pelo final do ano de 1883, Teófilo recebeu a notícia de que a população na Rússia comprava a erva-mate, mas queixava-se de

que esta vinha contaminada por impurezas e pó, bem como do estranho cheiro da erva. Teófilo pedia, portanto, que se alertasse a fábrica sobre esse fato. Mas o pior é que pessoas mal intencionadas começaram a espalhar a notícia de que essa bebida era preparada de árvores que cresciam na Rússia, e que a sua procedência brasileira não passava de invenção de Teófilo. Pois havia 400 anos sabia-se da existência do Brasil, e ninguém até então havia ouvido falar de nenhuma erva-mate, e foi apenas após a volta de Teófilo do Brasil que se iniciou a propaganda dela. Dessa forma, para modificar a opinião dos consumidores a respeito da erva, Teófilo pedia que lhe fossem mandadas algumas variedades de outras espécies.

Tendo recebido essa carta, Eti dirigiu-se ao industrial e comerciante de erva, Emanuel Nogueira, em Morretes, pedindo-lhe que providenciasse algumas variedades selecionadas de erva dos matos de Palmeira. Essas amostras foram enviadas a Varsóvia em latas hermeticamente fechadas. Teófilo confirmou a chegada da remessa, expressando a opinião de que essas novas variedades trariam de volta à erva-mate a sua fama abalada.

Com efeito, a notícia sobre a excelente qualidade da erva espalhou-se rapidamente por todo o país. A população, especialmente a polonesa, começou a consumir em grandes quantidades a erva-mate, em vez do chá da Índia. Esse movimento assumiu tais proporções que começou a inquietar o Conde Orlov e seus agentes. Sob sua pressão, o governo do czar impôs sobre a importação da erva-mate taxas tão altas, que tornaram impossível qualquer concorrência com o chá da Índia. A sua venda era permitida apenas em farmácias, em pequenos pacotes, como remédio específico denominado "Ilex Paraguaiensis". Finalmente, no ano de 1884, veio uma carta de Teófilo comunicando que fosse suspensa a remessa da erva-mate.

O governo brasileiro não arcou com quaisquer despesas, com relação à propaganda da erva-mate.

XII

TRABALHOS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

Como dissemos, a companhia que construía a estrada de ferro Paranaguá — Curitiba dividiu a estrada tóda em trechos, entregando-os, em condições contratuais, a diversos empresários. O trecho Jacareí-Morretes, numa extensão de 16,360 km, foi contratado pelos empresários: Albino Szimmelfeng, Konrad Butter e Parigot. O engenheiro chefe nesse trecho foi a princípio o engenheiro Kalkmann. Na metade dos trabalhos, porém, as suas funções foram assumidas por Eti, que levou a construção até o fim. Além do salário básico, foi-lhe prometida também uma considerável gratificação. Mas, apesar de instantes empenhos e negociações junto ao engenheiro da companhia, Dr. Rocha, recebeu apenas alguns milhares de mil-réis, que teve que empregar para cobrir os custos dos trabalhos contratuais.

Terminados êsses trabalhos, os empresários forneceram a Eti uma certidão que reconhecia os seus méritos junto à construção.

O trecho seguinte, de Morretes a Pôrto de Cima, numa extensão de 9,692 km, foi contratado por dois portugueses, Pacheco Filho & Cia. Êles também contrataram Eti como engenheiro. Eti desempenhou ali as suas funções nos anos de 1882 e 1883, até o término dos trabalhos e a extinção do contrato dos empresários. O chefe da companhia era então o Dr. Teixeira Soares, ao passo que os engenheiros chefes eram o Dr. Westermann e o Dr. Lazzarini. Convém lembrar aqui que o chefe geral, Dr. Perucci, queria contratar Eti como engenheiro da companhia.

Tanto dos empresários, como da firma Pacheco & Cia., como também do chefe da companhia, Dr. Teixeira Soares, Eti recebeu atestados muito lisonjeiros.

XIII

TRABALHOS NAS TERRAS DE CANAVIEIRAS

No ano de 1884, o chefe da construção da linha telegráfica, em ofício na cidade de Morretes, propôs a Eti os trabalhos na construção da estrada do local onde se estreita o rio Sagrado até o rio Canavieiras. Essa estrada devia correr paralela à linha telegráfica Morretes - Joinville.

Era um trecho bastante elevado, atingindo 500m de diferença de nível numa extensão de 6.000m de estrada. A administração do telégrafo estava muito empenhada na construção dessa estrada, pois se constituía numa grande facilitação tanto com referência ao transporte de materiais, como para o controle da linha.

O Dr. Weiss propôs a Eti o cargo de inspetor, sob cujo controle ficaria tanto a construção da estrada como o controle. Tratava-se de um cargo independente, que dava considerável liberdade de ação. Por isso Eti estava inclinado a aceitar essa proposta. Mas achava que seria mais cômodo para êle se tomasse a seu cargo a realização desses trabalhos não como inspetor da companhia, mas como empresário, na base de um contrato. Contava com o fato de que, conhecendo bem o terreno, poderia terminar todos os trabalhos durante um ano. Além disso, como após o término da construção da estrada de ferro havia na redondeza um número muito grande de desempregados, esperava poder encontrar mão-de-obra mais barata. Como se verificou mais tarde, foi um grande erro da sua parte, pois os trabalhos duraram quase dois anos, e não somente nada ganhou com isso, mas até não recebeu o pagamento que lhe era devido.

Êsses trabalhos tomaram quase todo o ano de 1884 e 1885. Eti antes de mais nada estudou e elaborou com exatidão os projetos da construção, os quais antes do início dos trabalhos tinham que ser aprovados pelo Dr. Weiss. Por essa aprovação teve que esperar quase dois meses, perdendo o tempo mais favorável, pois era época de inverno, a mais adequada para êsse tipo de trabalhos. Finalmente dividiu o trabalho entre empresários. No primeiro ano, porém, as chuvas torrenciais que são comuns nessa região de novembro a fevereiro influíram para um considerável atraso dos trabalhos. Quando terminou a época das chuvas, foi mordido por uma cobra venenosa. Durante algumas semanas, Eti teve que se submeter a tratamento, não podendo inspecionar os trabalhos pessoalmente. Fazia o tratamento com meios radicais, e ficava no rancho, de onde enviava ordens e dirigia todo o trabalho.

Em nenhuma parte até então, em nenhum dos lugares onde realizara medições, sucedeu-lhe encontrar uma tal quantidade de cobras como nessa região. Na mesma semana em que foi mordido pela cobra venenosa, quatro pessoas, dentre caçadores e moradores daquelas redondezas, foram vítimas de incidente semelhante. Duas dessas pessoas morreram, e apenas duas conseguiram salvar-se.

Finalmente, tendo rescindido os contratos com os empresários, Eti deixou o restante dos trabalhos nas mãos do Dr. Weiss. Apresentando-lhe as enormes dificuldades com as quais tivera que lutar durante o desempenho das suas obrigações, pedia que lhe fôsse concedida alguma gratificação. Mas o seu pedido foi recusado, e foi isso o que lucrou pelos seus trabalhos de dois anos.

XIV

MUDANÇA PARA CURITIBA

Em Morretes Eti não podia mais encontrar trabalho que pudesse trazer-lhe lucro. Por isso mudou-se para Curitiba, que não via por vários anos, acompanhado de sua já numerosa família, acrescida de quatro filhos.

Após a fundação das colônias nas redondezas de Curitiba, frequentemente vinham ao Paraná novas levas de colonos poloneses. O governo, havendo adquirido bastante terra de particulares, fundou uma série de novas colônias, como Santa Cândida, Garibaldi, Murici, Zacarias, Dom Pedro.

Entre outras, no ano de 1886 o então Presidente Dr. Taunay comprou no município de Campo Largo as terras de Dona Braudina, Fundando as colônias Cristina e Alice. A Eti foi confiada a avaliação dessas colônias.

Nos anos de 1887 e 1888, por delegação da Câmara Municipal, desempenhava as funções de substituto do Dr. Lazzarini, engenheiro na construção da estrada de ferro, o que exigia muito trabalho pesado. O seu setor compreendia justamente aquela parte da cidade à qual acabavam de ser anexados os novos terrenos ocupados pelas construções e outras obras da estação férrea. Nas ruas contíguas a esses terrenos havia então poucas construções. Muitas dessas ruas, como Pedro Ivo, Misericórdia, Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro, Dezenove de Dezembro, Iguaçu, tinham sido recém-abertas, na base dos planos preparados pelo engenheiro municipal Dr. Guaita.

Nas atividades oficiais, Eti era auxiliado por três colaboradores. Mas não possuía um escritório apropriado para a devida realização dos trabalhos técnicos.

O Presidente da Câmara Municipal era então o Barão do Cêrro Azul, e o seu Vice-Presidente, o Coronel Antônio Ricardo do Nascimento.

Pelo final do ano 1888, Eti pediu demissão do cargo. Concedendo-lhe a demissão, o Presidente da Câmara forneceu-lhe um atestado altamente lisonjeiro.

XV

TRABALHOS DE RECONHECIMENTO NA ESTRADA DE FERRO LAPA - RIO NEGRO

No ano de 1889 iniciaram-se os trabalhos de demarcação da linha e exploração do terreno para a construção da estrada de ferro Curitiba - Ponta Grossa, como também do trecho Lapa - Rio Negro. O chefe da companhia francesa, que realizava essas explorações, era o engenheiro Dr. Davis. Confiou êle ao Dr. Westermann os trabalhos de reconhecimento no trecho Curitiba - Serrinha, e ao Dr. Guaita no trecho Lapa - Rio Negro. Eti foi contratado como auxiliar do Dr. Guaita.

Na data marcada, partiu de Curitiba uma comissão de engenheiros, sob a direção do Dr. Davis e do Dr. Ottoni, fiscal da parte do governo imperial, para examinar as margens do rio Iguaçu até Serrinha. Em Araucária, a comissão embarcou numa canoa e, avançando pela margem do rio, alcançou Serrinha, onde fizeram uma parada no campo, para almoçar.

Navegando adiante, atingiram as primeiras quedas do Iguaçu. Seguindo pela sua margem esquerda, continuaram a pé pelo campo até a ponte Caiacanga, onde chegaram altas horas da noite. De lá as carroças deviam levá-los a Curitiba, através de Palmeira.

Os engenheiros Dr. Westermann e Dr. Guaita entraram em entendimento quanto à divisão dos trechos e à direção dos trabalhos de reconhecimento. Em consequência dêsse acôrdo, um grupo de trabalhadores, dirigido pelo Dr. Guaita, juntamente com Eti como seu auxiliar, teve que seguir em carroças até Lapa, onde se acomodaria em barracás.

Tendo chegado ao local, no curso de alguns dias o Dr. Guaita escolheu um ponto favorável e apropriado para a construção da estação ferroviária, e dêsse local iniciou o reconhecimento em direção de Serrinha.

A comissão realizou esboços dos terrenos total ou parcialmente cobertos de mato, até as margens do riacho da Vila, que desemboca no Iguaçu. Tendo atingido Serrinha e avançando adiante pela margem direita do rio Iguaçu acima, o Dr. Guaita, varando campos e matagais, avançou até um certo riacho nas proximidades da estação de Balsa Nova, onde a expedição se deteve, aguardando a chegada do grupo do Dr. Westermann, que vinha do lado oposto.

De volta a Lapa, de onde tinham-se iniciado as medições do terreno, seguiram adiante para novos reconhecimentos, em direção de Rio Negro.

Esse trecho corre por uma linha irregular, contornando lombadas no campo e matagais. A alguns quilômetros de Lapa transpuseram o rio Virgem, afluente do rio Negro. A expedição passou além da localidade de Campo do Tenente, que se encontra a uma altitude considerável, e em seguida, passando por Tijucas, propriedade do Coronel Valério, atingiu o rio Negro.

Em frente da casa do coronel, Eti teve a oportunidade de visitar uma caverna e outros vestígios de um antigo acampamento dos Botocudos.

Tendo terminado os reconhecimentos do terreno, o Dr. Guaita, acompanhado de Eti, voltou a Curitiba. Ali, no escritório da companhia, era preciso realizar com exatidão os desenhos, de acordo com os esboços preparados. O diretor da companhia era então o Dr. Cerjat.

Na construção da estrada de ferro Curitiba - Ponta Grossa e sua ramificação entre Lapa e Rio Negro, Eti não tomou parte. Os trabalhos no trecho Serrinha - Palmeira eram dirigidos por um tal Gaston Tinat, enquanto o trecho Palmeira - Ponta Grossa estava a cargo de um alemão, experiente construtor de estradas.

XVI

COLONIZAÇÃO DO VALE DO IGUAÇU

O governo imperial estava muito satisfeito com os resultados da colonização polonesa no Paraná e sabia dar o devido valor às vantagens que dela advinham para a nação. Assim, não era difícil conseguir autorização para localizar o grande número de imigrantes que vinha da Galícia. O chefe da comissão que para esse fim tinha sido nomeada pelo governo era o Dr. José Carlos Gramalgh, sendo que os terrenos para colonização foram demarcados no município de São José dos Pinhais, onde o Dr. Gramalgh organizou a colônia Santos Andrade.

As terras dessa colônia situavam-se ao pé das montanhas da Serra do Mar e na bacia do rio Cubatão. Essas terras na época eram despovoadas e densamente cobertas de mato. Verificou-se que o clima úmido semi-tropical que aí reinava era nocivo para os colonos galicianos, acostumados a um clima mais rio. Em consequência disso, tiveram que abandonar a colônia, adquirindo então terras por conta própria, em outras partes dos municípios de São José dos Pinhais e Campo Largo.

Em virtude disso, o governo recomendou ao Dr. Gramalgh que encontrasse para os governos terrenos em condições mais saudáveis nos municípios de Palmeira, Lapa e Rio Negro.

Num recanto afastado ao sul de Rio Negro, havia as terras que eram propriedade da princesa Dona Isabel. Limitavam-se com terras devolutas e abandonadas, que se estendiam longe para o leste, fertilizadas pelos afluentes do rio Negro. Também as terras situadas às margens do rio Negro continuavam despovoadas. O governo imperial tencionava destinar à colonização esses complexos de terras, através dos quais em breve deveria ser conduzida a estrada de ferro.

Querendo examinar a extensão e o valor dessas terras, o Dr. Gramalgh incumbiu Eti, em 1888, de visitar as terras situadas às margens do rio Negro, entre os seus afluentes Negrinho e Canoíneas. As autoridades em Rio Negro receberam-no muito cortêsmente e fizeram-no ser acompanhado, durante todo o tempo dos seus trabalhos, pelo colono Valério, filho de um alemão estabelecido nesse município desde 1828.

Esse Valério, homem de muita experiência e conhecedor da região, prestou grandes serviços a Eti. Partiram com dois burros de carga, margeando o rio Lança, abrindo caminho pelo mato espesso do Espigão Séco, junto ao rio Lourenço, e atingiram o último povoa-

do situado defronte das terras que constituíam o patrimônio de Dona Isabel.

Num sábado tiveram que passar a noite na casa de um alemão, conhecido de Valério. Enquanto estavam sentados, tomando o indefectível chimarrão, ouviam o dono da casa contar sôbre vários casos de barbaridades cometidas pelos Botocudos, que das suas aldeias espalhadas pelas encostas das montanhas realizavam freqüentes ataques na região, matando ou roubando gado.

— Ainda no sábado passado — prosseguia a sua narração o colono — atacaram a minha propriedade, matando a minha melhor vaca leiteira, embora nem eu, nem nenhum dos meus filhos ou genros, nunca tenhamos agredido os bugres. Talvez pensem que fomos nós que protegemos os caboclos de Rio Negrinho que no ano passado destruíram e incendiaram a sua aldeia junto às nascentes do rio Lourenço. Alguns dêsses caboclos, quando voltavam, pousaram na minha casa. Levavam como prisioneiros quatro índios pequenos e uma índia velha. Talvez os selvagens queiram vingar-se de mim por tudo isso.

Eti lembrou-se nesse momento que na casa do subdelegado em Rio Negro, Santiago Braz, tinha visto um dia uma índia velha e uma mocinha, muito simpática e inteligente, que já falava português.

No dia seguinte, tendo-se despedido do colono, Eti e Valério prosseguiram a viagem. Margeando o rio São Lourenço, entraram numa picada que devia conduzi-los à estrada do Mato, junto ao rio Bugre. Valério ia na frente com a pistola carregada, examinando bem o terreno, para ver se encontrava em alguma parte vestígios de recente presença dos bugres. Recomendou a Eti que fôsse andando atrás dêle e a cada momento estava pronto para se defender.

Passada meia hora, encontraram-se na orla de um campo, no fundo do qual via-se uma casa. Quando os dois viajantes se aproximaram dela, saiu o dono, convidando-os, de acôrdo com o costume sacramentado, para um chimarrão. A localidade de Sepultura, onde Valério tencionava parar para passar a noite, ainda estava longe. Por isso os animais de carga, antes de prosseguirem viagem, comeram uma boa porção de milho, enquanto a dona da casa ocupou-se prontamente em preparar o almoço, composto de feijão, carne assada e leite. Enquanto isso, Valério perguntava se não havia bugres na região, pois teriam que prosseguir viagem através do mato.

— Há alguns meses que não aparecem nessa região — respondeu o dono — desde que uma vez mataram a égua de estimação da minha mulher. Quando tomamos conhecimento, pelos latidos do cachorro, que os bugres vinham vindo, descarreguei sôbre êles uma boa carga de chumbo grosso.

— É uma pena que você não chegou a matar alguns dêsses cabras — acrescentou a mulher, uma digna filha do Rio Grande do Sul.

Depois do lauto almoço, os dois viajantes alcançaram por uma picada a estrada do Mato, que levava a Campos Novos e Papanduva. Ao anoitecer, chegaram à fazenda do colono Petrasa, um velhinho, que ali morava já havia muitos anos, em companhia de seus filhos e genros. Era conhecido e compadre de Valério. Pararam ali para passar a noite.

Na manhã do dia seguinte partiram em direção de Papanduva. A estrada conduzia através do mato até Canivete, onde se cortava o mato e se descia para o campo da Estiva.

Eti e Valério almoçaram na pensão de um certo Felício, descendente de antigos colonos alemães. Na casa dêsse Felício, Eti encontrou um pequeno bugrinho, que no batismo recebeu o nome de Feliciano. Antes tinha o nome de Coli e era filho do cacique dos Botocudos. O pai dêle tinha sido aprisionado na ocasião em que os caboclos destruíram a aldeia dos índios na margem do rio São João, que corta os campos de Estiva e desemboca no rio Negro.

Depois do almoço, novamente seguiram viagem. Além de Estiva atravessaram o rio São João e, subindo por uma montanha elevada e densamente coberta de mato, passaram por uma pequena garganta, fechada na entrada por um brejo. Esse lugar era chamado Passo Ruim. No ano de 1868 abrigaram-se nessa passagem, para passar a noite, seis homens, que conduziam uma tropa de gado, e mais um menino de Estiva. Nessa mesma noite foram atacados pelos bugres, que mataram a todos e roubaram o gado.

Mas nos anos 1887 e 1888 os viajantes já não corriam perigo da parte dos bugres, nos matos de Papanduva e Estiva.

Além de Passo Ruim, contornando brenhas e descendo da colina, atravessaram o rio Papanduva, que desemboca no São João, e saíram num terreno limpo coberto de capim, no meio de uma ampla clareira, onde havia umas casas de moradia.

Aqui novamente detiveram-se para passar a noite na casa de um conhecido de Valério. Este, de idade já avançada, era um antigo colono-soldado, recrutado outrora por Joaquim Lopes para o batalhão de defesa das colônias. Esse batalhão tinha sido organizado pelo governo no ano de 1887 com o objetivo de garantir a segurança contra os ataques dos Botocudos. Todo colono que fôsse recrutado para as suas fileiras tinha o direito de receber um lote de terra de sua livre escolha na região de Papanduva. A colônia decaiu mais tarde, mas alguns colonos ficaram, dedicando-se ao cultivo da terra. Ao número dêsses pertencia também o cidadão em cuja casa Eti e Valério passaram a noite.

A noite sentaram-se todos ao redor de uma fogueira e, tomando chimarrão, ouviam a narração do velho soldado sôbre os ataques e as iniquidades dos bugres. Os colonos tiveram muitos problemas com êles. Tôda vez que deixavam os seus instrumentos nos ranchos recém-construídos, na volta não os encontravam nunca. Mas nenhuma vez conseguiram aprisionar um bugre. Eram tão ousados que chegavam à noite, batiam à porta e chamavam os

moradores da casa pelos seus nomes, servindo-se dos mais variados pretextos.

— Um dia — contava o fazendeiro — minha filha estava lavando roupa no rio. De repente o cachorro, que tinha levado para segurança, começou a correr de um lado a outro da pequena clareira que havia no mato próximo, latindo violentamente. Eu me encontrava por perto, trabalhando na roça. Como todos aqui, estava aramando mesmo durante o trabalho, de modo que corri imediatamente naquela direção. Mal andei alguns passos, vi sobressaltado um bugre, que se levantava do chão vez após outra, batendo palmas. Imediatamente escondeu-se no mato, e no lugar onde o enxerguei encontrei duas varas de bambu amarradas a um ramalhete de flôres do mato. O selvagem com certeza estava à espreita para raptar a môça.

Valério contou também muitas das suas aventuras com os bugres na sua propriedade perto de Papanduva, nas proximidades de Itajaí.

Em Papanduva Eti veio a saber que tôda a região a oeste dos rios São João e Negro era completamente desabitada, sendo que as estradas na órbita de Lages passavam através de matas virgens. Nessas matas escondiam-se os bugres, efetuando ataques contra os viajantes.

Diante disso, Eti e Valério voltaram a Rio Negro, de onde Eti tencionava viajar de canoa rio abaixo até a sua foz no rio Iguaçu, para dessa maneira orientar-se quanto à extensão e às características das terras desabitadas adjacentes.

Tendo voltado dessa expedição, Eti encontrou um recado do Dr. Gramalgh, pedindo-lhe que fôsse a Curitiba, onde o esperava uma nova tarefa. Voltou portanto, entregando ao Dr. Gramalgh um relatório pormenorizado dos trabalhos de reconhecimento efetuados nas matas de Rio Negro.

Em Curitiba tomou conhecimento também da sua nomeação para agrimensor no vale do Iguaçu. Essa nomeação foi assinada no dia 17 de janeiro de 1890, pelo então Presidente José Marques Guimarães.

Imediatamente organizou um grupo de trabalhadores e, munido de instruções, partiu para Pôrto Amazonas, de onde seguiu numa outra embarcação até São Mateus, que seria o ponto de partida das medições planejadas.

No primeiro dia de viagem ao longo do rio Iguaçu, atingiu a localidade situada defronte do rio dos Patos (hoje denominada Palmira). Aí mandou erguer as barracas e preparar o almôço. Enquanto isso, atravessou de canoa para a margem oposta do rio, para fazer algumas compras na única venda que havia naquela região. Ali foi informado de que as terras no rio dos Patos eram propriedade do govêrno e com certeza seriam colonizadas, pois alguns dias antes um agrimensor já havia feito fotografias e esboços do terreno. No dia seguinte voltou a São Mateus.

Tôda a região até São Mateus apresentava o quadro de um enorme vazio desabitado e coberto de mato.

Uma tarde, navegando pelo rio, Eti notou um matagal espinhento, que lhe pareceu conhecido. Também as roças cultivadas contíguas lembravam-lhe um lugar já conhecido. Em breve chegou a saber que se encontrava nas terras do seu conhecido José Fortes, em cuja casa, no pôrto Humaitá, havia passado alguns dias, em companhia do comissário de terras Bastos, no ano de 1874.

Defronte da margem direita do rio Iguazu estendiam-se as terras de São Mateus, cuja divisão e parcelamento devia realizar. Podiam-se ver dêsse lugar elevações baixas e densamente cobertas de mato, ao pé das quais corria o rio Taquaral. Numa das voltas do rio Iguazu, na margem direita, viu um barco ancorado. Era um dos barcos do Coronel Amazonas, o primeiro empresário que teve a coragem de dar início à navegação no rio Iguazu e ao seu aproveitamento para fins industriais.

Uma forte chuva com trovoadas obrigou Eti a refugiar-se nesse pôrto o mais depressa possível. Julgava êle que era o pôrto de São Mateus. Mas à distância de algumas centenas de metros, ao pé das montanhas, viu apenas uma estalagem e alguns ranchos, nada mais.

Eti e seus companheiros, encharcados pela chuva, chegaram correndo à estalagem, pois tinham necessidade absoluta de pedir informações. Perguntaram ao estalajadeiro se o pôrto fazia parte de São Mateus. Êste, homem bom e culto, esclareceu contudo que a localidade tinha o nome de Santa Maria, enquanto que o pôrto de São Mateus encontrava-se mais abaixo, junto à foz do rio Canoas.

— Que seja assim — disse Eti. — De qualquer forma não podemos navegar adiante, enquanto o aguaceiro não passa. Por isso, no momento pedimos que nos seja dado abrigo em um dos ranchos. E agora talvez o senhor me possa dizer onde mora o cidadão José Marques, pois tenho um recado para êle da parte do meu chefe.

— Sou eu mesmo — respondeu o estalajadeiro.

Eti entregou-lhe a carta oficial, na qual se pedia que ao grupo de Eti fôsem fornecidos alimentos e que lhe fôsse prestado todo o auxílio. O hoteleiro, após a carta, imediatamente mudou de comportamento diante dos hóspedes. Forneceu-lhes de tudo o que tinha de melhor no hotel e preparou-lhes os melhores quartos para passarem a noite.

Eti começou então a extrair do hoteleiro informações pormenorizadas quanto aos terrenos e aos habitantes de São Mateus. Chegou a saber que Marques dedicava-se ao comércio da erva-mate, que em São Mateus existia em grande quantidade. No pôrto de São Mateus ocupavam-se dêsse comércio em larga escala os comerciantes alemães Golff, Olander & Cia. Essa companhia tinha adquirido do govêrno, em condições muito favoráveis, consideráveis extensões de terra em São Mateus, no complexo de terras chamado Kitto III. Êsse nome provinha de um certo irlandês que no seu tempo tinha contratado êsses terrenos, com a intenção de

colonizá-los com o auxílio dos seus patrícios. As terras escolhidas por êsse irlandês encontravam-se em três lugares: nos campos perto de Pôrto Amazonas encontrava-se Kitto I, no rio dos Patos, Kitto II, e finalmente em São Mateus, Kitto III. Mas êsse empreendimento falhou completamente, e em consequência o próprio govêrno passou a colonizar essas terras.

O hoteleiro entregou à disposição de Eti um rancho, no qual todo o grupo podia instalar-se com todo o confôrto. Assim instalados, Eti deu início às medições, tendo providenciado antes o corte de picadas através do mato. Os terrenos adquiridos pela sociedade alemã ficavam à margem das medições.

O estabelecimento das divisas entre os terrenos dos alemães e o restante dos terrenos do govêrno foi iniciado a partir da foz do rio Canoas. Verificou-se então de imediato que a sociedade alemã tinha-se apropriado arbitrariamente de uma boa porção de terras do govêrno, demarcando-as com cêrcas, erguendo ranchos, etc. Dessa forma foram apagados os marcos fronteiriços, erguidos anteriormente pelo engenheiro do govêrno.

Apesar dos protestos dos alemães, Eti eliminou a picada fronteira existente e levou ao conhecimento do chefe da comissão os abusos cometidos. Alguns dias depois, foi-lhe recomendado que absolutamente não levasse em conta as divisas dos terrenos contratados, pois o contrato tinha sido arbitrariamente rompido pelos alemães, ficando dessa forma anulado, sendo que o govêrno voltava a apropriar-se novamente de tôdas as terras de São Mateus. A Eti foi confiada a realização dos novos levantamentos das terras, a demarcação das estradas e lotes, bem como a delimitação do lugar para a sede da colônia.

Agora, portanto, os trabalhos abrangiam o espaço compreendido desde o rio Iguaçu até o rio Taquaral.

Mais uma vez, realizando medições junto a uma das picadas que fazia divisa com as propriedades dos paulistas, descobriu uma alteração arbitrária de divisas. Os paulistas pretendiam dessa forma apropriar-se de alguns quilômetros de terras rio Taquaral abaixo, mas essa artimanha foi também abortada.

Tôdas as divisas e loteamentos de terras foram realizados por Eti de conformidade com um plano pré-estabelecido.

XVII

CHEGADA DOS PRIMEIROS COLONOS

O Sr. Gramalgh demitiu-se da função de chefe da comissão do vale do Iguaçu. Para o seu lugar foi nomeado o Dr. José Carvalho Sobrinho, ficando o Dr. Cândido de Abreu no pôsto de inspetor. Eti recebeu a incumbência de demarcar a sede de São Mateus no velho pôrto do mesmo nome, onde se tinha estabelecido a firma Golf & Cia., com os seus armazéns de erva-mate.

Eti já sabia, das informações recebidas, que em certas épocas do ano o rio Iguaçu enchia de tal forma que alagava mesmo os terrenos situados a certa distância, inclusive o belo campo junto ao velho pôrto de São Mateus, onde, de conformidade com as recomendações recebidas, devia demarcar o terreno para a sede da colônia. Era preciso levar isso ao conhecimento do chefe, o que foi feito por Eti.

O chefe da comissão recomendou-lhe, portanto, encontrar um outro ponto, ao abrigo de catástrofes dessa natureza. A escolha de Eti recaiu sôbre os terrenos situados entre as nascentes dos rios Canos e Taquaral, no lugar onde se encontrava o pôrto de Santa Maria, junto ao hotel de Marques. Essa escolha demonstrou ser muito acertada. Prova disso é a bonita cidade de São Mateus, hoje próspero centro de tôda essa região.

Logo depois, novos colonos aportaram ao velho pôrto de São Mateus. Eram exclusivamente espanhóis. Havia poucos agricultores entre êles, preponderando homens da cidade e trabalhadores não qualificados.

Tratava-se de um elemento caprichoso e muito exigente. Tinha trazido consigo uma porção de brochuras de propaganda, nas quais as agências européias prometiam-lhes todos os confortos possíveis e impossíveis. Tratava-se evidentemente de genuínas mentiras. Mas as agências procuravam com essas promessas tentadoras atrair o maior número possível de imigrantes pois cada voluntário recrutado aumentava os seus lucros.

Eti foi avisado com antecedência da chegada dêles, com a recomendação de recebê-los e provê-los com alimentos. Como o hotelheiro Marques recusou-se a fazer o fornecimento, foram entabuladas negociações com Golf, cujos grandes armazéns e construções podiam abrigar um elavado número de imigrantes.

Não querendo perder tempo precioso e interromper os trabalhos de levantamento do rio Iguaçu, Eti delegou para receber os imigrantes o seu ajudante, cunhado do chefe da comissão. Mas

éste, inexperiente, quando ouviu que os imigrantes exigiam açúcar, carne fresca, pão, vinho e outros produtos, que lhes eram prometidos pelas brochuras de propaganda, assustou-se com essas exigências exorbitantes e fugiu do pôrto, para chamar Eti, que chegou imediatamente. No pôrto viu dois barcos da colônia Amazonas, cheios de imigrantes. Três representantes apresentaram-se a Eti, enumerando-lhe as suas tarefas. Eti, conservando a calma e o sangue frio, esclareceu-lhes que no êrmo ao qual haviam chegado o fornecimento de tôdos êsses produtos era impossível. Mas garantiu-lhes que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para contentá-los. Mandou que que matassem uma suficiente quantidade de gado para carne, conseguiu farinha, etc., e finalmente abrigou parte dos imigrantes nas construções de Golff. Para os restantes foram construídos ranchos, em cada um dos quais encontrava abrigo uma família. Os imigrantes ficaram plenamente satisfeitos com isso.

A questão do fornecimento de alimentos foi resolvida para algum tempo com o hoteleiro Marques, sendo adotado o sistema do contas correntes. Cada imigrante possuía a sua conta, na qual era registrada a quantidade de artigos retirados e seu preço.

Dessa forma Eti conseguiu acalmar os colonos, ganhando ao mesmo tempo tranquilidade para si mesmo e granjeando a gratidão dos imigrantes.

Na nova sede foram rapidamente demarcadas as praças, as ruas, as passagens e lugares para as futuras casas residenciais. Foi arrumado também um espaço maior para as barracas dos imigrantes, um conjunto de casas para os escritórios e residências da comissão colonizadora. Finalmente, na linha Taquaral, Canoas, Cachoeira, foram preparados os lotes agrícolas. Nesses trabalhos Eti era auxiliado por seu patrício, que já nos é conhecido, Francisco Motzko.

Nesses trabalhos passaram-se alguns meses do ano 1890, quando novamente foi anunciada a chegada de uma leva de imigrantes. mas como os trabalhos nas colônias expandiam-se muito rapidamente, o chefe da comissão enviou a São Mateus o seu ajudante, Dr. Pamplona, que levou consigo um secretário e ajudantes, que deviam dirigir os trabalhos. Enquanto isso Eti mudou-se para Água Branca, onde a colonização também estava sendo levada a efeito.

Nesse ínterim vieram muitos novos colonos poloneses e alemães. O fornecimento de provisões para êles ficou a cargo, entre outros, de dois poloneses, Antônio Bodziak e O. Flizikwski.

No ano de 1891, os trabalhos de loteamento em Água Branca, na estrada Palmas — São João do Triunfo, entre os rios do Meio e Água Branca, estavam terminados. Um dia de repente Eti recebeu uma carta do auxiliar do chefe da comissão, avisando-o que viesse imediatamente a São Mateus. Êsse auxiliar, chamado pelo chefe a Curitiba, pedia que Eti o substituísse durante a sua ausência. Eti, agradecendo por tal distinção, pedia que essa honra fôsse dada de preferência ao seu colega brasileiro, que depois de termina-

dos os trabalhos no rio dos Patos, encontrava-se no momento sem nenhuma ocupação.

Mas no dia seguinte recebeu uma carta de Marques, que por sua vez instava para que viesse imediatamente a São Mateus. Havia ocorrido aí acontecimentos que provocaram desordem e agitação entre os colonos.

Eti, embora de má vontade, entregou nas mãos do seu auxiliar os esboços do loteamento e apressou-se em viajar a São Mateus.

Tôda a colônia, os colônos, os trabalhadores e fornecedores estavam em pânico. O motivo era uma grande enchente do rio Iguaçu, que não havia sido vista havia muitos anos. Tôda a redondeza ficou alagada pelas águas do rio. Pelo rio circulavam canoas, pelas quais os habitantes da colônia comunicavam-se com a sede. Três fornecedores, temendo que a falta de fornecimento de provisões a tempo poderia provocar revolta entre os colonos, desistiram dos fornecimentos. Apenas dois comerciantes, Plínio e Lucínio, garantiram que durante todo o tempo que durasse a enchente não deixariam de fornecer alimentos à população. Eti, querendo levantar-lhes ainda mais o moral, declarou que o governo com certeza daria o devido valor aos seus méritos.

Todos prontificaram-se a ajudar os dois enérgicos e empreendedores moços. Os colonos espalharam-se pelas colônias vizinhas, viajando de canoa e servindo-se mesmo de um barco, que cobrava preços mais baixos, em busca de alimentos. Dessa forma a situação, que a princípio surgia ameaçadora, foi dominada e pouco a pouco tudo voltou à normalidade. Os três fornecedores medrosos, embora envergonhados, reiniciaram o fornecimento de provisões.

Quando a colônia voltou à vida normal, o chefe da comissão mandou que lhe fôsem apresentadas as contas das despesas efetuadas durante a duração da enchente e cobriu-as integralmente. Eti, em reconhecimento dos seus méritos, foi agraciado com o cargo de substituto do chefe da comissão, e alguns meses mais tarde foi nomeado, em substituição ao Dr. Carvalho, delegado de colonização e chefe da comissão do vale do Iguaçu.

Ocupou êsse cargo até outubro de 1892. Durante êsse tempo foram povoados os centros de colonização de Santa Bárbara, Cantagalo, Palmira, Água Branca, São Mateus, Barra Feia. Começou a desenvolver-se a colônia de Rio Claro. O pôrto dessa colônia, Barra Feia, era administrado por Eti.

Três diretores e cinqüenta auxiliares trabalhavam sob as ordens de Eti no vale do Iguaçu.

São Mateus nessa época foi assolada por uma epidemia de tifo, que se alastrou sobretudo nas barracas dos imigrantes. Muitos colonos foram vítimas, especialmente entre os recém-chegados do Rio de Janeiro, que tinham permanecido durante alguns meses na Ilha das Flores. A situação era tanto mais grave porque na colônia não havia médico. A colônia possuía apenas uma modesta farmácia e um farmacêutico, que desempenhava as funções de médico.

Durante essa epidemia, entretanto, Eti não se encontrava em São Mateus. Em companhia dos pagadores vindos de Curitiba, encontrava-se viajando por tôda a colônia, ajudando nos pagamentos aos colonos, fornecedores e funcionários.

O escritório da comissão foi transferido em seguida a Rio Claro, onde foram levados a têrmo os trabalhos de colonização no vale do rio Iguaçú, agora já sob uma nova direção. Eti por sua vez voltou a Curitiba, onde fixou residência, em companhia da família, numa chácara situada no bairro Mercês.

XVIII

SOCIEDADE POLONESA

No ano de 1890, os poloneses residentes em Curitiba fundaram a "Sociedade Tadeusz Kosciusko". Eti recebeu o título de sócio honorário dessa sociedade. Um outro grupo de poloneses fundou no ano de 1897 a sociedade "União e Paz", na qual Eti foi honrado com o título de presidente de honra.

No ano de 1893, chegou a Curitiba um comerciante polonês, de nome Carlos Szulc. Estabeleceu-se na cidade, fundando aí uma casa comercial. Mas além disso organizou aí também a primeira tipografia e começou a editar o primeiro jornal polonês no Paraná — a "Gazeta Polska" (Jornal Polonês). Mas como na época ainda havia muito poucos poloneses no Paraná, o jornal não prosperou. Em consequência Szulc, que era seu proprietário e redator ao mesmo tempo, teve que liquidar os seus negócios e emigrou com a família para os Estados Unidos, tendo antes vendido a tipografia a uma sociedade polonesa. Assim surgiu a Sociedade Gazeta Polska, composta de dez sócios. Cada um dêles entrou com um capital de 300 mil-réis. Tôda a importância devida a Szulc elevava-se a 3.000 mil-réis, como preço da compra da tipografia e da bibliotéca. Essa importância devia ser paga no prazo de um ano.

Eti também entrou na sociedade, tendo pago a sua cota de 300 mil-réis no dia da assinatura do contrato com o então proprietário. O administrador da sociedade, Antônio Bodziak, forneceu-lhe um recibo, no qual havia apenas a sua assinatura, sendo que Szulc deixou de assinar o recibo. Como se verificou mais tarde, isso traria muitos desgostos a Eti.

A sociedade foi finalmente formada com apenas seis sócios. Cada um dêles deveria exercer sucessivamente a administração e a redação do jornal, pelo prazo de um ano. No primeiro ano o jornal foi dirigido por Eti. A edição era de 500 exemplares, mas a assinatura era paga apenas por 300. Ninguém além de Eti preocupava-se com a publicação, ninguém se interessava com as despesas e necessidades. Na redação Eti empregava apenas um tipógrafo, juntamente com seus filhos.

Passado um ano, voltou Carlos Szulc, para receber os 3.000 mil-réis que lhe eram devidos. Mas em vez de resolver a questão em paz e amigavelmente, confiou-a a um advogado. O advogado convocou todos os sócios para o pagamento da dívida, e entre os convocados encontrava-se também Eti, embora já tivesse pago a sua parte. Convencido da boa fé de Szulc, cometeu a imprudência

de não exigir a sua assinatura no recibo. Dessa forma o advogado pôs em dúvida a validade do recibo e Eti teve que pagar uma sexta parte do valor das quotas da sociedade, isto é, mais 500 mil-réis. Foi uma amarga lição de patriotismo.

Nos anos 1893 e 1894 o Brasil passou por uma revolução, com a qual também o Paraná sofreu muito. Os jornais brasileiros e alemães que aí eram editados tiveram que suspender as suas atividades. Somente a "Gazeta Polska" continuou a ser editada sem interrupção durante êsse período. Isso prova suficientemente com quanta moderação e imparcialidade era redigido o jornal.

Nos primeiros meses do ano 1894, Eti ocupou a posição de técnico auxiliar na Sociedade Agrícola.

XVIII

SOCIEDADE POLONESA

No ano de 1890, os poloneses residentes em Curitiba fundaram a "Sociedade Tadeusz Kosciusko". Eti recebeu o título de sócio honorário dessa sociedade. Um outro grupo de poloneses fundou no ano de 1897 a sociedade "União e Paz", na qual Eti foi honrado com o título de presidente de honra.

No ano de 1893, chegou a Curitiba um comerciante polonês, de nome Carlos Szulc. Estabeleceu-se na cidade, fundando aí uma casa comercial. Mas além disso organizou aí também a primeira tipografia e começou a editar o primeiro jornal polonês no Paraná — a "Gazeta Polska" (Jornal Polonês). Mas como na época ainda havia muito poucos poloneses no Paraná, o jornal não prosperou. Em consequência Szulc, que era seu proprietário e redator ao mesmo tempo, teve que liquidar os seus negócios e emigrou com a família para os Estados Unidos, tendo antes vendido a tipografia a uma sociedade polonesa. Assim surgiu a Sociedade Gazeta Polska, composta de dez sócios. Cada um deles entrou com um capital de 300 mil-réis. Tõda a importância devida a Szulc elevava-se a 3.000 mil-réis, como preço da compra da tipografia e da bibliotéca. Essa importância devia ser paga no prazo de um ano.

Eti também entrou na sociedade, tendo pago a sua cota de 300 mil-réis no dia da assinatura do contrato com o então proprietário. O administrador da sociedade, Antônio Bodziak, forneceu-lhe um recibo, no qual havia apenas a sua assinatura, sendo que Szulc deixou de assinar o recibo. Como se verificou mais tarde, isso traria muitos desgostos a Eti.

A sociedade foi finalmente formada com apenas seis sócios. Cada um deles deveria exercer sucessivamente a administração e a redação do jornal, pelo prazo de um ano. No primeiro ano o jornal foi dirigido por Eti. A edição era de 500 exemplares, mas a assinatura era paga apenas por 300. Ninguém além de Eti preocupava-se com a publicação, ninguém se interessava com as despesas e necessidades. Na redação Eti empregava apenas um tipógrafo, juntamente com seus filhos.

Passado um ano, voltou Carlos Szulc, para receber os 3.000 mil-réis que lhe eram devidos. Mas em vez de resolver a questão em paz e amigavelmente, confiou-a a um advogado. O advogado convocou todos os sócios para o pagamento da dívida, e entre os convocados encontrava-se também Eti, embora já tivesse pago a sua parte. Convencido da boa fé de Szulc, cometeu a imprudência

de não exigir a sua assinatura no recibo. Dessa forma o advogado pôs em dúvida a validade do recibo e Eti teve que pagar uma sexta parte do valor das quotas da sociedade, isto é, mais 500 mil-réis. Foi uma amarga lição de patriotismo.

Nos anos 1893 e 1894 o Brasil passou por uma revolução, com a qual também o Paraná sofreu muito. Os jornais brasileiros e alemães que aí eram editados tiveram que suspender as suas atividades. Sômente a "Gazeta Polska" continuou a ser editada sem interrupção durante êsse período. Isso prova suficientemente com quanta moderação e imparcialidade era redigido o jornal.

Nos primeiros meses do ano 1894, Eti ocupou a posição de técnico auxiliar na Sociedade Agrícola.

XIX

OS POLONESES EM FACE DA REVOLUÇÃO

Cedendo às persuasões do galiciano Antônio Bodziak, um certo número de poloneses tomou parte na revolução brasileira, como batalhão do exército federal. Os pobres colonos de São Mateus, enganados e incorporados à força nas fileiras do exército, tiveram que passar por muitos sofrimentos no batalhão do "Coronel" Bodziak. (Conseguiu esse título por ter recrutado um número de voluntários suficiente para a formação de um batalhão. Nas revoluções brasileiras é generalizado o costume de se conceder escalões militares pelo recrutamento de voluntários, sendo que o escalão depende do número de recrutados). Em apenas uma batalha entre o Marechal Floriano Peixoto e o federalista General Gumerindo, no Estado do Rio Grande do Sul, pereceram mais de sessenta poloneses, deixando mulheres e famílias.

Um pequeno destacamento do batalhão de Bodziak invadiu uma vez a casa do honrado e pacífico cidadão brasileiro José Fortes, a quem já mencionamos diversas vezes nesta narração. O pobre homem foi prêso em sua própria casa e em seguida foi entregue a um oficial federal, o qual mandou cortar-lhe a cabeça, apenas porque o pobre velho não queria revelar o lugar onde tinha escondido o dinheiro. O corpo do infeliz foi lançado ao rio, de onde nunca foi retirado.

Alguns dias depois desses acontecimentos, os filhos de Fortes vingaram-se cruelmente nos poloneses de São Mateus. Um batalhão de poloneses navegava num grande barco pelo rio Iguaçu abaixo, com a intenção de juntar-se às forças do exército federal. Em frente à casa de Fortes, a barca começou a afundar. Seis poloneses pularam fora, buscando atingir a margem a nado. Foi aí que os filhos de Fortes apanharam-nos, mataram a todos e jogaram os cadáveres de volta no rio. Foi assim que vingaram cruelmente a morte do pai.

Durante a revolução federalista, não foram poucos os casos de acidentes semelhantes, de ambos os lados combatentes.

XX

NOVA AFLUÊNCIA DE IMIGRANTES

Quando as condições políticas do país voltaram à normalidade, a vida no Paraná retornou também ao seu curso normal. Começaram a chegar outra vez novos colonos da Polônia. Foram estabelecidos em Rio Claro e Prudentópolis.

Desta vez Eti não trabalhou na fixação de limites e nas medições com eles relacionadas. Trabalhava então como agrimensor no município de São João, juntamente com os comissários de terras Caetano Pinto e Aristides de Oliveira. Um pouco mais tarde, por recomendação do comissário Luís de Castro Gonçalves, mediu uma série de terrenos no município de Imbituva. Nesse mesmo município, ocupando sempre o cargo de comissário de terras, ano de 1903 substituiu o dito comissário. Antes ainda, no ano de 1901, como comissário "ad hoc", Eti realizou trabalhos de medição nas terras de Floresta, pertencentes ao município de Irati, e nos anos 1902 e 1903 fiscalizou e em seguida dirigiu a construção da estrada da estação Tamandaré a Pinheiro do Cupim. (Entre essas localidades existia até então apenas um carreiro para gado e animais de carga).

A construção da estrada foi contratada pelo cidadão José Inocêncio de França, que instalou nesse terreno uma ferraria. Essa estrada contribuiu muito para a melhoria do transporte de erva-mate e o transporte de viajantes entre as estações Tamandaré Pinheiro, Prudentópolis e Guarapuava.

Essa atividade profissional obrigou Eti a mudar-se, juntamente com a família, para Tamandaré Pinheiro, e em seguida para Cupim, onde permaneceu até o término das suas funções como comissário de terras. Em seguida voltou com a família para Curitiba.

Tendo assumido a Presidência do Brasil o Dr. Afonso Pena, homem de méritos incomuns, e o Ministério da Agricultura o Dr. Calmões, o governo federal deu um novo impulso à colonização do Brasil.

Como diretor do departamento de povoamento de terras foi nomeado Joaquim Gonçalves, pessoa de extraordinária atividade e altamente conceituada. Com o objetivo de uma realização mais intensiva do plano de colonização, foram também nomeados inspetores e delegados de povoamento de terras, escolhidos dentre cidadãos cultos, conceituados e devidamente capacitados. No Paraná a dignidade de inspetor foi concedida ao digno cidadão Emanuel

Francisco Ferreira Correia, que no tempo do Império havia prestado ao governo uma série de serviços preciosos.

Tendo elaborado um minucioso projeto de colonização, o governo do Dr. Afonso Pena criou comissões especiais de fundação de centros de colonização no Paraná, sob a direção do Dr. Emanuel Francisco Ferreira Correia. Uma dessas comissões funcionava na colônia de Bom Jardim — Calmões, no município de Ipiranga. Como chefe da mesma foi nomeado o engenheiro Dr. Artur Martins Franco. Tratava-se de um paranaense ainda jovem, mas patriota sincero e, como se verificou mais tarde, homem de grande capacidade, que justificava plenamente essa nomeação.

No dia 28 de dezembro de 1907, Eti foi convocado para membro da comissão colonizadora do Paraná.

As terras de cuja colonização a comissão devia ocupar-se estavam situadas no distrito de Bom Jardim, no município de Ipiranga.

O chefe da comissão, Dr. Artur M. Franco, juntamente com o delegado do departamento de povoamento, Dr. Artur M. F. Ferreira Correia, estabeleceram-se numa barraca, nas terras despoçadas. Nesse lugar surgiu depois a colônia Calmões, transformada posteriormente na colônia Ivaí. Foram feitos os levantamentos da área destinada para a sede, e os esboços das futuras praças e ruas.

Essa tarefa exigia muito trabalho complicado e difícil. Quando do seu início, foi pedido a Eti que fizesse o levantamento da estrada que unia as localidades de Ipiranga e Bom Jardim. Posteriormente teve que esboçar a estrada de Bom Jardim a Calmões. Da sede da colônia Calmões, teve que traçar os planos em direção a Rio dos Índios, São Roque e outras localidades. Quase todos os projetos e desenhos de estradas, rios e lotes nessa região foram obra de Eti.

No corte de picadas e outros trabalhos dêsse tipo, era auxiliado por seus dois filhos, Pedro e Edmundo. Pedro também reconheceu e traçou a estrada de São Roque e Imbuia até o rio Ivaí.

Também a maior parte da divisão de lotes em Água Parada, Rio dos Índios e São Roque foi realizada por Eti e seus filhos.

Terminados todos êsses trabalhos, Eti dedicou-se a observações meteorológicas na colônia, e a projetos de novos loteamentos, tendo alugado especialmente para êsses estudos uma pequena casa.

No ano de 1909 a comissão mudou-se de Calmões para a estação férrea de Marechal Mallet, onde devia traçar uma estrada que uniria as terras ainda de povoadas que se estendiam além da Serra da Esperança. Nesses terrenos surgiu mais tarde a colônia Cruz Machado.

Quando a colônia já estava organizada, a comissão continuou a trabalhar na sua sede, na estação de Marechal Mallet. Essa estação foi depois transferida para a sede da colônia.

Nessas terras, entre Marechal Mallet e a sede da colônia, bem como no trecho até a sede seguinte, realizava esboços Pedrinho

Saporski. Foi também êle que realizou o levantamento dos rios Santa Ana e Areia, que formavam os limites da colônia Cruz Machado.

Os terrenos dessa colônia, entre os rios mencionados, faziam divisa com as terras de Catanduva. Eram terrenos acidentados e cheios de perambeiras, que se prestavam mais para pastagens do que terras de cultivo. Já eram melhores as terras situadas entre os rios Areias e Iguaçu e a Serra da Esperança, nas proximidades da outra sede de colônia.

No escritório em Marechal Mallet Eti dedicava-se à realização de esboços e planos, de acôrdo com os levantamentos realizados no terreno. Os seus filhos trabalhavam na colônia, na abertura de picadas.

Em janeiro de 1910, o govêrno federal fundou no município de São Mateus uma nova colônia, Dr. Cândido de Abreu. Situava-se nas terras do Coronel Zacarias de Paula Xavier, entre os rios Santa Ana, Iguaçu e Claro. Eti foi convocado para trabalhar nessa colônia.

No dia 19 de janeiro dêsse ano, chegou ao terreno indicado o inspetor de povoamento, Dr. Francisco Ferreira Correia, em companhia de Eti e do escrivão Francisco Maravalhas, tendo desembarcado na estação férrea de Paulo Frontim. Tratava-se de uma localidade que na época era quase inteiramente despovoada. Havia apenas umas poucas taperas espalhadas em volta da estação. Em uma delas alojou-se a comissão.

Na manhã do dia seguinte, o Dr. Correia, acompanhado do seu séquito, partiu em companhia do Dr. Zacarias para inspecionar o terreno. Pela estrada que passava por Santa Ana e Palmas, e depois por uma picada, a comissão chegou até a uma clareira no mato, situada nas terras vendidas ao govêrno. Nesse lugar foi planejado de início localizar a sede da colônia.

Mas da estação férrea até a clareira havia çerca de três milhas, com a agravante de que ali não havia ainda nenhuma estrada. Dessa forma o terreno foi julgado inadequado, e na mesma noite a comissão voltou para Paulo Frontim.

Como o Dr. Correia tinha que voltar a Curitiba, encarregou a Eti de prosseguir com os trabalhos relacionados com a construção da nova colônia. Em primeiro lugar tornava-se necessário realizar o levantamento do terreno pertencente à estação férrea, para ligá-lo racionalmente às terras da futura colônia. Além disso o Dr. Correia solicitava que os trabalhos fôsem apressados, pois para março do mesmo ano já era esperada a vinda de novos colonos.

Eti compreendia muito bem que em primeiro lugar era necessário escolher um local apropriado para sede da colônia. Consegiu resolver êsse problema satisfatoriamente. A sua escolha recaiu sôbre a clareira denominada "Clareira dos Tropeiros", situada a meia milha a leste de Passo de Santa Ana, junto à estrada de Palmas. Imediatamente enviou ao Dr. Correia, por via oficial, a proposta correspondente. Alguns dias mais tarde, o Dr. Correia aprovou essa proposta, sem restrições.

A etapa seguinte consistia no planejamento das ligações entre a clareira e as localidades marcadas no perímetro da colônia. No decorrer de alguns dias, estava pronto o esboço correspondente. Finalmente era preciso traçar o projeto da abertura de lotes, começando nas divisas do terreno, até o local indicado para futura sede da colônia.

A seguir Eti deu início ao levantamento do terreno, indicando com exatidão a situação e a direção das ruas e praças. Nas proximidades de um regato, que rodeava a sede, mandou construir logo algumas centenas de ranchos, para que as famílias dos colonos, quando saíssem das barracas, encontrassem abrigo conveniente. Era preciso que os ranchos se encontrassem perto da sede, pois isso facilitaria uma série de atos administrativos.

Foi iniciada também a construção dos escritórios da colônia, das casas da administração e da farmácia.

Nos trabalhos iniciais junto à fundação dessa colônia, teve grandes Méritos Francisco Maravalhas, homem muito inteligente e que tinha muita experiência em questões de colonização.

Até abril desse ano, ficaram a cargo de Eti todos os trabalhos de medição, os quais tinha que realizar sem nenhuma ajuda. Foi só em abril que lhe enviaram um ajudante, na pessoa do agrimensor Antônio Benetti, e depois do engenheiro Faria.

Quatro comerciantes estabelecidos na sede da colônia encarregaram-se do fornecimento de provisões para os colonos. Havia aí também uma farmácia e um médico. Para a construção das casas residenciais, foram contratados empresários. As estradas eram construídas pelos próprios colonos. As estradas principais, como as para Palmas, Paulo Frontim, Iguaçu, Gonçalves Júnior e muitas outras, foram construídas nos anos 1910 e 1911, durante a administração de Eti.

Eti reservou dois lotes agrícolas, na vizinhança da sede da colônia, para fins administrativos. Em um deles foi organizada uma estação experimental. Construiu aí uma casa residencial para si e um depósito para produtos agrícolas, mandou limpar e preparar para a sementeira um grande pedaço de terra e destinou-o para a cultura de centeio, trigo, arroz, legumes, fumo, flôres, etc. Destinou mil pés de terra para o cultivo da uva. As mudas foram-lhe fornecidas gratuitamente por seu grande amigo, o Coronel Brasileiro Moura.

Da colônia Lucena, em Rio Negro, foram trazidos 350 alqueires (*) de centeio e trigo. Em Curitiba encomendou cevada e dividiu tôdas essas sementes entre os colonos, para serem semeadas.

Muitas pessoas que visitavam a colônia não escondiam a sua admiração e entusiasmo diante do seu notável progresso e excelente administração. Essa impressão era reforçada pela satisfação geral reinante entre os colonos.

As margens do rio Iguaçu surgiu mais uma sede de Colônia. Ligava-se com a sede de Campina de Palmas. Em ambas as sedes

(*) Um alqueire equivale a 13,8 litros. (Nota do tradutor)

foram construídas escolas. Para a primeira escola Eti contratou uma professora particular, da sede vizinha.

Acrescentemos ainda que os colonos poloneses construíram aí uma igreja, e os ucranianos ergueram uma igreja ortodoxa.

Durante todo o tempo da administração da colônia, Eti residia em sua casa junto à estação experimental. As questões de escritório estavam a cargo de funcionários.

No ano de 1911, a colônia foi visitada pelo coronel austríaco Dr. Haller. Depois d'ele veio também o embaixador austríaco. Ambos os hóspedes levaram dali as melhores impressões. E não é de admirar que os colonos não tivessem razões de queixa, pois Eti preocupava-se a fundo com a sorte d'elles, e cortava pela raiz os menores abusos da parte dos seus subalternos.

Quando no ano de 1911 foi transferido para a colônia Apucarana, os trabalhos na colônia Guarani estavam quase que totalmente terminados. Ficaram apenas alguns lotes não demarcados perto de Rio Claro.

Antes de partir para a nova colônia de Apucarana, Eti dirigiu-se às autoridades com um pedido de licença. De acôrdo com êsse pedido, obteve uma licença para um período de três meses.

XXI

NA COLÔNIA APUCARANA

Eti passou o período de licença com a família em sua casa em Curitiba. Terminada a licença, e tendo conseguido a nomeação para auxiliar da comissão colonizadora em Apucarana, novamente seguiu viagem, levando consigo o seu filho Pedrinho.

Na vila de Cupissu alugou uma carroça e pla estrada para a colônia de Calmões, através de Bom Jardim, Calmões, São Roque e Teresina, depois de três dias os viajantes chegaram a Apucarana, onde Eti apresentou-se ao chefe da comissão.

A construção da sede da colônia, as divisões de terras nas suas proximidades e os esboços do terreno já tinham sido iniciados pelo diretor, o Dr. Cardoso. Já havia ali um escritório organizado, uma grande barraca para os imigrantes, casas de madeira para os funcionários e algumas vendas dos fornecedores.

A sede da colônia estava situada às margens do Rio do Doutor, afluente do Ivaí, cercada de montanhas. Uma boa estrada de rotagem ligava-a com a vila de Teresina e a colônia Calmões. Essa estrada levava à orla do mato e, afastando-se um pouco para o oeste junto à cachoeira d'Uta, perto do rio Ivaí, passava ao lado de uma aldeia de índios, a pouca distância do rio Ubazinho. Subia por diversas colinas, que formavam uma ramificação da Serra da Esperança, e ligadas com a Serra de Apucarana, dispostas em cordilheira de leste a oeste entre os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Foi justamente dessa serra que a colônia Apucarana tomou o seu nome.

As terras que constituíam a nova colônia faziam parte antes da colônia Teresina, fundada no ano de 1847 pelo Dr. João Maurício Faivre. A custo de grandes sacrifícios, conseguiu êle, juntamente com oitenta e sete patrícios seus, estabelecer-se nessa monótona solidão, escolhendo a sede junto à foz do rio Ivaizinho, no local onde hoje se encontra a vila Teresina.

Os clones que vieram a êsses ermos em companhia do Dr. Faivre quase todos abandonaram em breve o seu patrício, cobrindo ainda o desinteressado e bom homem com as piores difamações. Els o prêmio e a sorte que espera a todos os pioneiros da colonização.

Após a morte do Dr. Faivre, a colônia começou a cair em decadência. Nas suas terras, de ambos os lados do rio Ivaí, estabeleceram-se esporadicamente paranaenses e alguns paulistas, tendo antes, de acôrdo com a legislação estadual, registrado oficialmente

as suas propriedades. As terras ocupadas por êles estavam entaladas nas terras destinadas à colonização e por onde devia começar a divisão.

O inspetor do povoamento do Paraná recomendou ao chefe da comissão efetuar a medição de tôdas essas propriedades, indicando ao mesmo tempo Eti como agrimensor perito.

Já no dia seguinte ao da sua chegada em Apucarana, recebeu Eti as necessárias instruções. Na realização das mesmas empregou também o seu filho Pedrinho.

A distância de umas duas milhas a oeste da sede da colônia, encontrava-se uma barraca, que o diretor tinha mandado construir para si. Mas como não fazia uso dela, mudou-se para lá Eti, em companhia do filho. Dessa maneira podia ficar por perto do terreno dos seus trabalhos. Nessa casa ficou até o término da sua estada em Apucarana.

De acôrdo com o regulamento das medições, Eti expediu cartas e editais, que convocavam os proprietários das terras para se apresentarem, com o objetivo de serem realizadas as medições. Cumpridas essas formalidades, deu início ao trabalho propriamente dito, avançando da vila Teresina até os terrenos ainda não medidos. Mediu dessa maneira quatorze propriedades. Nesse trabalho era auxiliado por seu genro, Otávio Caldeira.

Após a verificação dos títulos de propriedade em Apucarana, Eti foi convidado para a vila de Cruz Machado. Pedrinho ficou ainda em Apucarana por algum tempo, até a partida do chefe da comissão, que pouco depois foi designado para administrar a nova colônia de Rio Iapó, no município de Castro.

Tradução de Mariano Kawka



SEBASTIÃO EDMUNDO WOŚ SAPORSKI

*19-1-1844

†6-12-1933

TEXTOS E DOCUMENTOS

CORRESPONDÊNCIA DE SEBASTIÃO EDMUNDO WOS SAPORSKI NO ARQUIVO DOS PADRES DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO

Ruy Christovam Wachowicz

Dentre os inúmeros documentos conservados no arquivo dos padres da Congregação de São Vicente de Paulo em Curitiba, destaca-se parte da correspondência recebida pelo agrimensor Sebastião Edmundo Wos Saporski, cognominado de “pai da imigração polonesa no Brasil”. A correspondência embora não muito numerosa, apresenta todavia importantes referências não só a sua vida particular, mas também à história da colonização polonesa no Brasil, às tentativas feitas para introduzir a “ilex paraguayensis” mais conhecida por erva mate no mercado europeu, notadamente nos territórios habitados pela nação polonesa.

Apresentamos tal documentação em ordem cronológica visando facilitar a consulta.

- 01 — Da Empreza Colonizadora Pereira Alves, Bendaszewski & Cia., Bordeaux, 4/07/1875. Carta — original em alemão, informando ao Sr. Saporski dos preços que os imigrantes pagarão em navio a vapor, sendo preferível o navio a velas até Paranaguá. Expõem as condições de viagem ao mesmo tempo em que fornece o endereço da Companhia para os imigrantes que queiram escrever para seus parentes na Europa. Esclarece que a Agência de Bordeaux é só para franceses, espanhóis, bascos e suíços. As outras nacionalidades são atendidas pela de Antuérpia.
- 02 — De Otto Hausner, representante junto ao Conselho do Reich, Lemberg (Lwów), 24/02/1879, Carta - original em alemão, agradecendo ao Sr. Saporski, as palavras de agrado a sua pessoa e manifestando sua alegria por saber que além oceano encontram-se pessoas com os mesmos sentimentos que os descendentes originários da região que outrora foi sua pátria. Comunica que no dia 24/01 fez um segundo discurso no Conselho do Reich contra o tratado de Berlim que teve efeitos semelhantes ou até mais acentuados do que o protesto dos poloneses e libertadores que exprimiam as injustiças. Comunica que envia vários discursos:
 - 1 — Seu discurso de 5/11/1878
 - 2 — Do colega Dolski em alemão e polonês sob o título: “Austriaco ou Cossaco”
 - 3 — Seu discurso de 24/01/1879, em polonês. Recomenda, para a conservação da língua e das tradições polonesas no Brasil, os periódicos:
 - a) — Para os que tem cultura o “Dziennik Polski” de Lemberg - Galícia — Áustria.
 - b) — Para os menos cultos e o povo em geral, também com notícias internacionais o “Goniec Wielkopolski”, o “Warta”, ambos de Posnan.
- 03 — Do Pe. W.H.A. Peters, Curitiba, 4/02/1886, Carta - original em alemão, comunicando a Saporski em Morretes, que o correspondente de Hamburgo não recebeu resposta de duas consultas feitas ao Sr. Rudski, de Varsóvia, referentes ao pagamento de 400 marcos para a retirada de 10 barricas do depósito do porto de Hamburgo.

- 04 — Do Sr. Antonio Bodziak, S. Mateus, 23/07/1893. Carta - original em polonês, solicitando um atestado da Sociedade (Tadeu Kosciuszko de Curitiba) ao Sr. Walery de Leliva Poplowski, o qual vai para a Europa trazer sua família. Na mesma carta o acréscimo: O mencionado cidadão foi como representante de seus patrícios do Paraná até a Galícia representar a Sociedade União Nacional Comercial Geográfica (Lacznosci Narodowej Handloo Konoomicanej” (sic). Assinado: Walery Poplowski, delegado dos Poloneses do Paraná, Bremen, 8/07/1899.
- 05 — Do Sr. A. Kmita, residente em Genebra, de 15/11/1893. Carta - original em polonês, para **“respaldar os objetivos comuns”**, dirige-se a Sebastião Saporski, solicitando amostras de: 100 kg de café, erva mate, pinhão, um pedaço de pedra Ágata e outras amostras. Se fôr compensador então seriam estabelecidas as relações permanentes. O missivista esclarece que é imigrante de 1863 e mora em Genebra há 23 anos, onde possui casa comercial própria. Pertence à Organização da Emigração Polonesa. Solicita que, no caso de não poder ser satisfeito o pedido, a carta seja encaminhada ao Sr. Bodziak em São Mateus. Esclarece que os portos mais próximos da Suíça são: Marselha e Gênova, pois via Hamburgo é mais caro. Solicita ainda que as despesas sejam pagas, pois caso contrário lhe custará muito mais. Acompanha seu enderêço e um atestado passado pela Sociedade Polonesa de Genebra que afirma ter sido o missivista tesoureiro da instituição, onde é conhecido pessoalmente, ali residindo há 23 anos e sendo ao mesmo tempo membro da União da Emigração Polonesa.
- 06 — Do Sr. M. Landanski, Buenos Aires, 17/01/1894. Carta - original em polonês, comunicando que recebeu e respondeu sem demora suas cartas de 3/11 e que distribuiu os questionários referentes aos poloneses que habitam a República Argentina. Afirma que antes de 1890 eram um pequeno número, cerca de 30 pessoas, a maioria estabelecidos em Buenos Aires: 3 médicos, 2 comerciantes, alguns professores, 1 advogado, alguns engenheiros e os restantes especialistas em arte culinária. Em 1890 chegaram cerca de 500 agricultores e trabalhadores braçais vindos do Brasil. Até agora não acharam emprego fixo, não conhecem os costumes nem a língua e por isso **“são empurrados pelos cantos, servindo de joguetes, caindo vítimas de exploradores”**.
Existem ainda muitos judeus poloneses que mantêm casas públicas e importam moças judias da Polônia. **“Para nossa desgraça denominam-se poloneses, mas nós não podemos qualificá-los como tais”**. Desta forma os poloneses da Argentina não poderão tomar parte da exposição de Lwów. Esclarece que terá dificuldade em realizar recenseamento exato e se o fizer na base do mais ou menos o enviará imediatamente.
- 07 — Do Dr. Wiktor Ungar, Lwów, 26/04/1894. Carta - original em polonês, comunicando que os artigos enviados por Saporski anunciando a morte de Gergoletto foram muito úteis. Foram então elaborados artigos que publicados devem impressionar. Esse trabalho deve ser assinado por Saporski para ter bom efeito, com o que espera-se provocar a instalação do consulado. P.S. assinado por Walery (L. Poplowski). **“Com todo o ardor defendi a emigração polonesa ao Paraná e por isso caí no desagrado do governo austriaco”**.
- 08 — Do Sr. Stanislaw Klobukowski, Lwów, 9/02/1895. Carta - original em polonês, informando ao Sr. Saporski que estão prestes a organizar uma sociedade com capital de um milhão. Informa que seria muito útil o envio de um levantamento das condições da terra: quantidade de hectares, qualidade, valor etc.
- 09 — Da Sociedade Comercial Geográfica de Lwów, de 20/02/1895. Carta - original em polonês, encaminhando a Sebastião Edmundo Saporski uma brochura contendo as finalidades da Sociedade Polonesa Comercial Geo-

gráfica. Notifica sua nomeação, sem consulta prévia, como membro correspondente da entidade. Solicita notícias e dados freqüentes à situação econômica, social e demográfica da imigração polonesa no Paraná, pois face à atual "febre emigratória" da Galícia para o Brasil, é máximo o interesse em receber informações da imigração polonesa, das condições de recepção por parte do governo brasileiro e dos patricios já estabelecidos no Brasil. Quais as facilidades, os ordenados e as condições em que podem se fixar na terra, condições essas comerciais e industriais? Julgam que seria "salvação para o Paraná que toda a emigração polonesa fosse dirigida ao Paraná, onde é necessário organizar a recepção do imigrante". Incitam para a colaboração dos patricios já radicados no Brasil, com o que os imigrantes seriam poupados dos sofrimentos, explorações e da desnacionalização. Com isso o elemento polonês seria fortalecido no Paraná tanto numericamente quanto qualitativamente, pois poderiam chegar da Polónia elementos mais qualificados cultural e economicamente. Seriam então estabelecidas firmes relações econômicas com a Polónia. Insinuam os missivistas que o Sr. Sebastião E. Saporski poderia contribuir mais para essa empresa e que igualmente não ficariam sem efeito as forças dispendidas pela Sociedade Comercial Geográfica no sentido de nomeá-lo cônsul austríaco no Paraná. Assinado: pelo diretor, Dr. Wiktor Ungar.

- 10 — Do Departamento de Estado Austríaco (L.12.553) ao Sr. Edmundo Saporski, em 21/03/1895. Ofício - original em polonês, tendo o Sejm (Dieta) do Reino da Galícia e da Sodoméria com o Grande (Reino) de Cracóvia recomendado ao Departamento de Estado para examinar a situação da população emigrada, dentro e fóra do país, que cuidasse dos emigrantes e que tomasse medidas para defendê-los contra a exploração, levou ao Departamento de Estado exigir da embaixada austríaca no Rio de Janeiro informações sobre a sorte dos emigrantes austríacos no Brasil. Por esta razão, solicitam a Edmundo Saporski, pedido de informações sobre a sorte "do nosso emigrante", onde se estabeleceram, quem se preocupa com eles, se recebem terras, em que estado e condições, se são fixados ao solo como proprietários ou se trabalham como empregados, onde etc. Solicitam atenção especial na informação da eventual exploração ilegal e solicitam mencionar os meios que deveriam ser usados em defesa dos emigrantes. Finalmente solicita o Departamento de Estado o fornecimento de informações, sobre possíveis relações comerciais das colônias polonesas e ucranianas com as indústrias do país, ao mesmo tempo em que pede esclarecimentos de como poderiam ser iniciados os primeiros contactos neste setor. Assinado pelo Marechal de Estado substituto e por um membro do Departamento de Estado. (ilegível).
- 11 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 8/01/1896. Carta - original em polonês, solicitando informações do Sr. Saporski sobre as condições de colocação de professores no Paraná. Existem vários candidatos que querem colocação:
- José Jellnek** — (com dois irmãos). É oriundo da Rússia tendo 23 anos. É ex-professor particular, trabalhando atualmente como desenhista. Pede posto de professor ou desenhista na construção de estradas.
- Hip. Skawinski** — de Bucarest, tem 30 anos, com ginásio concluído em Czestochowa, com curso de Direito em Moscou. Conhece francês e alemão em teoria. Sua noiva conhece música e corte e costura. Poderia ser professora ou organizar estabelecimento de confecção.
- Leitgeber** — polonês de Colônia, possui 3.000 marcos e quer ir ao Brasil a fim de abrir livraria com materiais para escritório. Conta com 25 anos e fala o polonês, francês e alemão. Entende o italiano. Solicitam conselhos para ele. Aos que procuram a entidade até agora somente é possível proporcionar informações gerais. Como os pedidos estão aumentando é preciso oferecer informações mais seguras aos patricios. Assinado: Dr. Wiktor Ungar e Roger Battaglia. P.S. — No último instante surgiu o Sr. Stanislaw Wielowieyski de Holyn, com 10.000 zlotos, que

pretende adquirir no Paraná uma grande propriedade, parcelando-a posteriormente. Perguntam ainda se Saporski recebeu 200 zlotos enviados ao Dr. Klobukowski.

12 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 13/07/1897. Carta - original em polonês, agradecendo o envio da publicação da "Sociedade Ost. K. Col. Gesellschaft". Chamam a atenção do Sr. Saporski sobre as intenções dos estrangeiros "especialmente dos alemães", não sendo desejável sua intromissão nos negócios. Afirmando que não possuem notícias de Malic e que por isso não podem estabelecer com êle nenhuma representação. Solicitam que Saporski forneça dados do Sr. Morannetz revelando quando e onde êle se obrigou à devolução do dinheiro da entrada dos bilhetes marítimos que não foram utilizados. Com êste material, estarão em condições de lhe mover processo. Desejam boa sorte à sua Casa Comercial e ao Circulo Cristão.

13 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 21/07/1897. Carta - original em polonês, comunicando que a Sociedade dirigiu-se ao Sr. Morannetz em Hamburgo. Salientam que precisam das cartas nas quais Morannetz afirma que restituiria o dinheiro das passagens (bilhetes) não aproveitados. Por isso solicitam informações sobre onde tais declarações foram publicadas e indicação de pessoas que possam inscrever-se na entidade.

A contribuição anual é 6 zlotos, recebendo em troca o associado a Gazeta Commercial Geográfica. Salientam que os colonos dos povoados precisam inscrever-se como sócios, para que com o trabalho da entidade possa melhorar-se a situação econômica. Assinado: Estan'slau Majewski, diretor. L. Pierchala, secretário.

P.S. — O Sr. Morannetz escreveu no dia 17/06 afirmando que não tem obrigação legal de devolver o dinheiro dos bilhetes, mas pelo contrário pode exigir mais, o que não fará devido a sua carta, que pode chegar a cada momento. Assinado: E. Majewski.

14 — Do Comitê Provisório da I Assembléia, para a criação da Sociedade "L i Z" (Lacznosc i Zgoda), Curitiba 20/01/1898. Carta - original em polonês, convidando a Edmundo Saporski para a reunião do dia 24 do corrente mês na qualidade de Presidente de Honra a fim de coordenar definitivamente a mesma. Assinado pelo comitê: Krzyzanski, Janicki e Wilhelm Melinski.

15 — Da Gazeta Commercial Geográfica, órgão oficial da Sociedade Commercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, solicitando ao Sr. Sebastião Edmundo Saporski que aceite o encargo de representante da Sociedade Commercial Geográfica na reunião (congresso) de poloneses convocado para Curitiba para o dia 3 de maio do corrente ano. Informam que o representante do periódico Gazeta Commercial Geográfica será o Sr. Alejo Kuciusz, com o qual Saporski é solicitado a manter entendimentos. Solicitam que durante o Congresso sejam incluídos os seguintes problemas:

I — Provocar um pedido ao governo brasileiro a fim de que intervenha junto ao governo austro-húngaro, com o fim de que sejam eliminados os impostos de importação sobre a erva mate. No momento em que se iniciou a propaganda sobre a erva mate, o governo austriaco lançou sobre o mate o imposto alfandegário de 1 zlote em ouro sobre um quilo de mate (sic), idêntico ao existente sobre o chá chinês. Solicitam de que o governo brasileiro deveria ameaçar represálias alfandegárias semelhantes sobre os produtos austriacos. "É uma questão de vital importância". (o grifo é do original).

II — Verificar se são verdadeiras as notícias segundo as quais o governo não aceita mais colonos poloneses no Paraná, mesmo os que dispõem de recursos para aquisição de terras e organização de proprie-

dades. Tal medida se estenderia mesmo para os que vão para junto de seus parentes? Tal fato é uma transgressão de leis internacionais. A reunião de Curitiba deveria enviar memorial ao governo brasileiro a fim de que tal barbaridade fôsse extinta. Mas tal notícia pode tratar-se de uma brincadeira de funcionários brasileiros, ou mesmo de alemães.

III — Sugere a fundação de uma Sociedade Colonizadora Polonesa. Assinado: Wiktor Ungar.

P.S. — **"Procurem, senhores, escolher uma diretoria enérgica para o Congresso, que se dirija a todas as partes da Polónia".**

16 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, credenciando o Sr. Edmundo Saporski a representar a Sociedade no Congresso Polonês em Curitiba no dia 3 de maio. Assinado: Ferenkoczy e W. Ungar.

17 — Do Sr. Camareiro Arthur Zaremba Cielecki, Handenkowce, 28/03/1898. Carta - original em polonês, comunicando que devido a dificuldades financeiras, não poderá tomar parte no Congresso Polonês em Curitiba. Salienta que os fins da Sociedade Comercial Geográfica são importantes pois além dos benefícios morais, pode trazer também os materiais. Mas a situação do país é tão difícil e exige tamanhos cuidados e sacrifícios que tudo o que não fôr estritamente necessário deve ser relegado a segundo plano.

18 — Do Dr. Wiktor Hungar, com timbre — confidencial —, Lwów, 8/01/1899. Carta - original em polonês, informando que conseguiram despertar o interesse para a fundação da Sociedade Polonesa de Colonização para o Paraná. A empresa alemã Norddeutscher Lloyd, de Bremen, entrará no negócio com um capital de 80.000 zlotos (160.000 francos). A participação dessa empresa é importante não só pelo prestigiamento da sociedade, como também pela experiência que possui, pois é co-fundadora da Sociedade Colonizadora Alemã para Santa Catarina. (Hanseatischer Colonisations Verein). A Norddeutscher compreendeu o problema, já que não pode enviar emigrantes para o Paraná, por não possuir local para colocação dos mesmos. Quanto à questão Melinski conclue que é intriga. "Trata-se de um fator puramente humano, inevitável; a mesma coisa acontece em todo lugar e isto não deveria contribuir para o afastamento dos problemas públicos e para o desânimo. **Do fermento polono-paranaense há de sair algo bom**".

P.S. — Compreende-se por si que pretendemos uma colonização agrícola e não de café. Para esta virá a vez depois. A fundação da Sociedade Colonizadora Polonesa fará época na história da colonização polonesa.

19 — Do Sr. R. Dmowski, Londres 12/05/1899. Carta - original em polonês, anunciando que brevemente estará em Curitiba em companhia do Sr. Leon Bielecki, de Varsóvia. Terão por finalidade examinar que espécie de atividade comercial e industrial pode-se desenvolver com o Paraná a fim de que compense e ofereça ganho suficiente e independência a um grupo de intelectuais, bem como o que se deve fazer para facilitar o estabelecimento de colonos na região. Afirma o missivista que a emigração cresce mais na Itália e na Polónia pois são países de população agrícola e possuem meios limitados de vida. As necessidades de terras são cada vez maiores. Sendo a população rural a melhor material para colonização é de se estudar as melhores condições oferecidas pelo Paraná o que em breve faria uma mudança total nas condições de vida locais.

Na Biblioteca do Museu Britânico as fontes sobre o Paraná e o Brasil são pobres. Aos melhores trabalhos pertencem os estudos feitos pelo engenheiro Bigg-Whitter que há mais de 20 anos realizou estudos sobre uma linha férrea no vale do Ivaí, o que aliás não se concretizou; além disso pesquisou o leito do rio Tibagi. Mas as condições locais já mudaram

pretende adquirir no Paraná uma grande propriedade, parcelando-a posteriormente. Perguntam ainda se Saporski recebeu 200 zlotos enviados ao Dr. Klobukowski.

12 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 13/07/1897. Carta - original em polonês, agradecendo o envio da publicação da "Sociedade Ost. K. Col. Gesellschaft". Chamam a atenção do Sr. Saporski sobre as intenções dos estrangeiros "**especialmente dos alemães**", não sendo desejável sua intromissão nos negócios. Afirmam que não possuem notícias de Malic e que por isso não podem estabelecer com êle nenhuma representação. Solicitam que Saporski forneça dados do Sr. Morannetz revelando quando e onde êle se obrigou à devolução do dinheiro da entrada dos bilhetes marítimos que não foram utilizados. Com êste material, estarão em condições de lhe mover processo. Desejam boa sorte à sua Casa Comercial e ao Círculo Cristão.

13 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 21/07/1897. Carta - original em polonês, comunicando que a Sociedade dirigiu-se ao Sr. Morannetz em Hamburgo. Salientam que precisam das cartas nas quais Morannetz afirma que restituiria o dinheiro das passagens (bilhetes) não aproveitados. Por isso solicitam informações sobre onde tais declarações foram publicadas e indicação de pessoas que possam inscrever-se na entidade.

A contribuição anual é 6 zlotos, recebendo em troca o associado a Gazeta Comercial Geográfica. Salientam que os colonos dos povoados precisam inscrever-se como sócios, para que com o trabalho da entidade possa melhorar-se a situação econômica. Assinado: Stanislaŭ Majewski, diretor. L. Pierchala, secretário.

P.S. — O Sr. Morannetz escreveu no dia 17/06 afirmando que não tem obrigação legal de devolver o dinheiro dos bilhetes, mas pelo contrário pode exigir mais, o que não fará devido a sua carta, que pode chegar a cada momento. Assinado: E. Majewski.

14 — Do Comitê Provisório da I Assembléia, para a criação da Sociedade "L i Z" (Lacznosc i Zgoda), Curitiba 20/01/1898. Carta - original em polonês, convidando a Edmundo Saporski para a reunião do dia 24 do corrente mês na qualidade de Presidente de Honra a fim de coordenar definitivamente a mesma. Assinado pelo comitê: Krzyzanski, Janicki e Wilhelm Melinski.

15 — Da Gazeta Comercial Geográfica, órgão oficial da Sociedade Comercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, solicitando ao Sr. Sebastião Edmundo Saporski que aceite o encargo de representante da Sociedade Comercial Geográfica na reunião (congresso) de poloneses convocado para Curitiba para o dia 3 de maio do corrente ano. Informam que o representante do periódico Gazeta Comercial Geográfica será o Sr. Alexo Kuciusz, com o qual Saporski é solicitado a manter entendimentos. Solicitam que durante o Congresso sejam incluídos os seguintes problemas:

I — Provocar um pedido ao governo brasileiro a fim de que intervenha junto ao governo austro-húngaro, com o fim de que sejam eliminados os impostos de importação sobre a erva mate. No momento em que se iniciou a propaganda sobre a erva mate, o governo austríaco lançou sobre o mate o imposto alfandegário de 1 zlote em ouro sobre um quilo de mate (sic), idêntico ao existente sobre o chá chinês. Solicitam de que o governo brasileiro deveria ameaçar represálias alfandegárias semelhantes sobre os produtos austríacos. "**É uma questão de vital importância**". (o grifo é do original).

II — Verificar se são verdadeiras as notícias segundo as qua's o governo não aceita mais colonos poloneses no Paraná, mesmo os que dispõem de recursos para aquisição de terras e organização de proprie-

dades. Tal medida se estenderia mesmo para os que vão para junto de seus parentes? Tal fato é uma transgressão de leis internacionais. A reunião de Curitiba deveria enviar memorial ao governo brasileiro a fim de que tal barbaridade fôsse extinta. Mas tal notícia pode tratar-se de uma brincadeira de funcionários brasileiros, ou mesmo de alemães.

III — Sugere a fundação de uma Sociedade Colonizadora Polonesa. Assinado: Wiktor Ungar.

P.S. — "Procurem, senhores, escolher uma diretoria enérgica para o Congresso, que se dirija a todas as partes da Polónia".

16 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, credenciando o Sr. Edmundo Saporski a representar a Sociedade no Congresso Polonês em Curitiba no dia 3 de maio. Assinado: Ferenkoczy e W. Ungar.

17 — Do Sr. Camareiro Arthur Zaremba Cielecki, Handenkowce, 28/03/1898. Carta - original em polonês, comunicando que devido a dificuldades financeiras, não poderá tomar parte no Congresso Polonês em Curitiba. Salienta que os fins da Sociedade Comercial Geográfica são importantes pois além dos benefícios morais, pode trazer também os materiais. Mas a situação do país é tão difícil e exige tamanhos cuidados e sacrifícios que tudo o que não fôr estritamente necessário deve ser relegado a segundo plano.

18 — Do Dr. Wiktor Hungar, com timbre — confidencial —, Lwów, 8/01/1899. Carta - original em polonês, informando que conseguiram despertar o interesse para a fundação da Sociedade Polonesa de Colonização para o Paraná. A empresa alemã Norddeutscher Lloyd, de Bremen, entrará no negócio com um capital de 80.000 zlotes (160.000 francos). A participação dessa empresa é importante não só pelo prestígio da sociedade, como também pela experiência que possui, pois é co-fundadora da Sociedade Colonizadora Alemã para Santa Catarina. (Hanseatischer Colonisations Verein). A Norddeutscher compreendeu o problema, já que não pode enviar emigrantes para o Paraná, por não possuir local para colocação dos mesmos. Quanto à questão Melinski conclue que é intriga. "Trata-se de um fator puramente humano, inevitável; a mesma coisa acontece em todo lugar e isto não deveria contribuir para o afastamento dos problemas públicos e para o desânimo. **Do fermento polono-paranaense há de sair algo bom**".

P.S. — Compreende-se por si que pretendemos uma colonização agrícola e não de café. Para esta virá a vez depois. A fundação da Sociedade Colonizadora Polonesa fará época na história da colonização polonesa.

19 — Do Sr. R. Dmowski, Londres 12/05/1899. Carta - original em polonês, anunciando que brevemente estará em Curitiba em companhia do Sr. Leon Bielecki, de Varsóvia. Terão por finalidade examinar que espécie de atividade comercial e industrial pode-se desenvolver com o Paraná a fim de que compense e ofereça ganho suficiente e independência a um grupo de intelectuaes, bem como o que se deve fazer para facilitar o estabelecimento de colonos na região. Afirma o missivista que a emigração cresce mais na Itália e na Polónia pois são países de população agrária e possuem meios limitados de vida. As necessidades de terras são cada vez maiores. Sendo a população rurícola melhor material para colonização é de se estudar as melhores condições oferecidas pelo Paraná o que em breve faria uma mudança total nas condições de vida locais.

Na Biblioteca do Museu Britânico as fontes sobre o Paraná e o Brasil são pobres. Aos melhores trabalhos pertencem os estudos feitos pelo engenheiro Bigg-Whitter que há mais de 20 anos realizou estudos sobre uma linha férrea no vale do Ivaí, o que aliás não se concretizou; além disso pesquisou o leito do rio Tibagi. Mas as condições locais já mudaram

consideravelmente. Lamenta que os viajantes poloneses desprezaram tão superficialmente o que viram. **"Tivemos muito pouco proveito das expedições ao Paraná"**.

- 20 — Do Sr. Z. Lewandowski, Curitiba 3/04/1900. Carta - original em polonês, solicitando entendimento definitivo com Saporski quando à medição de terras, pois deve-se levar em consideração as pessoas dos Srs. Lechand e Cândido de Abreu. Propõem que Saporski poderia levar o cargo de agrimensor, Lechand faria os desenhos e Cândido de Abreu ocuparia a chefia geral. A medição de Saporski seria paga por perímetro de chá-cara e o fornecimento seria feito pelo próprio Saporski. Esclarece que já retiraram 50 mil (zlotych) e sobraram ainda 150 mil. Informa ainda que em Curitiba apareceu um novo jornal polonês "Prawda". Duvida que vá longe, porque "se um jornal está perecendo, o que será de dois?"
- 21 — Do advogado Wiktor Ungar, Lwów 5/05/1900. Carta - original em polonês, apresentando o portador da mesma Sr. Casemiro Artwinski, **"C.K. Szambelan"** e vice-secretário do Ministério, que por permissão médicos é obrigado a procurar os climas do sul. Quer então aproveitar a oportunidade para estudar as condições em que se desenvolvem a colonização polonesa bem como pensa em adquirir uma propriedade no Paraná. Para tanto solicita a cooperação do prezado engenheiro Saporski, ao qual chama de Sr. Cônsul, para que, na respectiva transação de compra, não seja vítima de inescrupulosos. O Sr. Artwinski, em vista de suas qualidades, será **"uma conquista para a colônia polonesa"** do Paraná.
- 22 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów 8/05/1900. Carta - original em polonês, apresentando o Sr. Casemiro Artwinski, secretário das ferrovias de Viena, o qual por motivos médicos deve permanecer no Paraná por longo tempo. Solicitou a Saporski as informações e apoio necessários ao recém chegado no estranho país.
- 23 — Do Sr. Wacław Ochorowicz, Varsóvia 27/09/1906. Carta - original em polonês, solicitando a colaboração de Saporski para um grupo de profissionais liberais que sob a orientação de dois engenheiros, pretendem estabelecer-se no Paraná, tendo em vista a lavoura e a indústria. Pretendem os mesmos levar completo equipamento de máquinas de fundição, sementes, reprodutores leiteiros etc. Querem adquirir um terreno no valor de 3 a 5 mil rublos. O terreno deve localizar-se à margem de um rio navegável, devendo possuir mato e minério de ferro guza. Importante: o terreno não pode estar localizado na faixa de malária. O projeto está baseado principalmente na produção de ferro para fabricar ferramentas necessárias para o consumo das colônias.
- 24 — Do Dr. Stanisław Klobukowski, Lwów 21/01/1907. Carta - original em polonês, comunicando que mandará brevemente os prospectos das escolas agrícolas polonesas e alemãs. Recomenda o portador da carta, o Sr. Zygmunt Miecznikowski, pois trata-se de um técnico em cimento armado.
- 25 — Do Dr. Stanisław Klobukowski, Cruz Machado 15/12/1911. Carta - original em polonês, comunicando a Edmundo Saporski que o vice-presidente, Sr. Camargo, eliminou alguns trechos do requerimento dirigido ao Congresso, entre os quais o que afirmava que o chá da China é produzido por mão de obra extremamente barata. Isto ocorre na China, Índia e parcialmente no Japão. Mas o progresso do oriente irá encarecer o trabalho humano e por esta razão o chá chinês subirá de preço. Esta afirmativa concretizou-se cedo. O trabalhador na China obteve melhoria, de forma a não mais valer a pena a 3.^a colheita de chá. O chá de primeira colhe-se duas vezes: maio e julho. A terceira é de folhas grosseiras com pauzinhos, colhida em setembro e outubro, da qual é feito tabletes através de pressão hidráulica. Este chá de terceira circula em abundância

Rússia. Com o fim da terceira colheita o povo pobre da Rússia vai sofrer muito, pois o consome em grande quantidade. Como a previsão tão rapidamente deu certo, está comprovado que conhece o problema do chá; daí a necessidade de designar-lhe a subvenção pedida.

P.S. — Klobukowski faz saber que se por ventura não receber a pensão de 15 a 20 contos irá embora para a Argentina, onde os mandatários não dependem de trustes de exportação como aqui, sendo este o caso de Davi Carneiro.

Inorma que recebeu cartas de poloneses da Argentina solicitando a sua colaboração para o plantio de chá preto nos arredores de Buenos Aires ou em Missões. Mas ainda mantém a esperança de que o Sr. Davi Carneiro suste a obstrução à subvenção pleiteada. Explica que prefere que o Paraná exporte chá para a Rússia, em vez da Argentina. Se receber a subvenção irá gastá-la em viagens à Europa bem como na propaganda do produto.

- 26 — Da Sociedade Polonesa de Emigração ao deputado Saporski, Cracóvia 1/04/1912. Carta - original em polonês, comunicando inicialmente que o recorte do jornal oficial brasileiro serviu de base para a Sociedade distribuir a notícia pela imprensa, informando que o governo brasileiro suspendeu repentinamente a emigração gratuita da região da Polônia do Congresso. Inicialmente a imprensa julgou que se tratava de um boato, mas foi constatado que a mesma medida já estava em funcionamento. Tal ato não seria uma tragédia, **"se o imigrante gratuito fosse avisado com antecedência. Milhares de famílias já haviam liquidado seus negócios e despachado suas bagagens"**. Muitos desses já estão em trânsito pelas ruas de Cracóvia. **"É fácil de imaginar, Sr. Deputado, o desespero dos aldeões que confiavam na gratuidade da passagem"**. Salientam que o principal motivo que levou o governo brasileiro a assim agir foi um receio nacionalista, em virtude da concentração do elemento polonês no Paraná, já que os poloneses do Reino da Polônia não se deixaram espalhar pelos outros estados da federação. Outro fator teria sido a rivalidade de outros Estados, porque eram desprezados na distribuição dos imigrantes por Estados.

Apelam para o humanitarismo que deve triunfar e abrandar as leis brasileiras, pelo menos para os emigrantes, que já se encontram em trânsito. Formulam veemente petição a Saporski, para que utilize-se de todo seu prestígio de homem público a fim de que o governo revogue a lei ou pelo menos adie a execução até o fim do mês de maio.

Para a Sociedade não interessa enviar emigrantes contra a vontade do governo e exigir as mesmas condições dadas a outras nações; **"mas rogamos de que não se baixem leis repentinas enquanto centenas de famílias acham-se em viagem, com todos os seus bens e interesses liquidados, proporcionando prejuízos e derrota econômica total"**.

Solicitam ainda os préstimos de Saporski no problema referente à exportação de erva mate. O referido problema só poderá se concretizar se o governo brasileiro tratar do assunto com carinho. É preciso exigir, através do convênio comercial com a Rússia e Áustria, a anulação da exagerada alfândega sobre a erva mate. Com relação ao mate, **"a Rússia não oferece futuro melhor do que a Áustria, por que na Rússia o chá da China é muito mais barato do que na Áustria"**; por outro lado, a Rússia está interessada em aplicar capitais na China e não na erva mate do Paraná. O problema na Áustria é diferente. O chá vindo da China é muito caro e o governo está inclinado a cancelar a exagerada alfândega imposta ao produto. Os governantes da Hungria tem por praxe se opor aos empreendimentos austríacos, mas nessa questão isso não deverá acontecer pois pertence aos interesses comuns. Julgam que as dificuldades ali serão superadas, pois o Ministro das finanças é um polonês, o Dr. B-linski, que goza de excelentes relações nos meios governamentais. Não se espera que toda a taxação alfandegária seja abolida, mas sim suavizada para a erva mate do Paraná. O objetivo é popularizar a erva mate na Galícia, de tal maneira **"que se torne um costume cotidiano"**. Suavizar

Dentre os inúmeros documentos conservados no arquivo dos padres da Congregação de São Vicente de Paulo em Curitiba, destaca-se parte da correspondência recebida pelo agrimensor Sebastião Edmundo Wos Saporski, cognominado de “pai da imigração polonesa no Brasil”. A correspondência embora não muito numerosa, apresenta todavia importantes referências não só a sua vida particular, mas também à história da colonização polonesa no Brasil, às tentativas feitas para introduzir a “ilex paraguayensis” mais conhecida por erva mate no mercado europeu, notadamente nos territórios habitados pela nação polonesa.

Apresentamos tal documentação em ordem cronológica visando facilitar a consulta.

- 01 — Da Empreza Colonizadora Pereira Alves, Bendaszewski & Cia., Bordeaux, 4/07/1875. Carta — original em alemão, informando ao Sr. Saporski dos preços que os imigrantes pagarão em navio a vapor, sendo preferível o navio a velas até Paranaguá. Expõem as condições de viagem ao mesmo tempo em que fornece o endereço da Companhia para os imigrantes que queiram escrever para seus parentes na Europa. Esclarece que a Agência de Bordeaux é só para franceses, espanhóis, bascos e suíços. As outras nacionalidades são atendidas pela de Antuérpia.
- 02 — De Otto Hausner, representante junto ao Conselho do Reich, Lemberg (Lwów), 24/02/1879, Carta - original em alemão, agradecendo ao Sr. Saporski, as palavras de agrado a sua pessoa e manifestando sua alegria por saber que além oceano encontram-se pessoas com os mesmos sentimentos que os descendentes originários da região que outrora foi sua pátria. Comunica que no dia 24/01 fez um segundo discurso no Conselho do Reich contra o tratado de Berlim que teve efeitos semelhantes ou até mais acentuados do que o protesto dos poloneses e libertadores que exprimiam as injustiças. Comunica que envia vários discursos:
 - 1 — Seu discurso de 5/11/1878
 - 2 — Do colega Dolski em alemão e polonês sob o título: “Austriaco ou Cossaco”
 - 3 — Seu discurso de 24/01/1879, em polonês.Recomenda, para a conservação da língua e das tradições polonesas no Brasil, os periódicos:
 - a) — Para os que tem cultura o “Dziennik Polski” de Lemberg - Galícia — Áustria.
 - b) — Para os menos cultos e o povo em geral, também com notícias internacionais o “Goniec Wielkopolski”, o “Warta”, ambos de Posnan.
- 03 — Do Pe. W.H.A. Peters, Curitiba, 4/02/1886, Carta - original em alemão, comunicando a Saporski em Morretes, que o correspondente de Hamburgo não recebeu resposta de duas consultas feitas ao Sr. Rudski, de Varsóvia, referentes ao pagamento de 400 marcos para a retirada de 10 barricas do depósito do pôrto de Hamburgo.

- 04 — Do Sr. Antonio Bodziak, S. Mateus, 23/07/1893. Carta - original em polonês, solicitando um atestado da Sociedade (Tadeu Kosciuszko de Curitiba) ao Sr. Walery de Leliwa Poplowski, o qual vai para a Europa trazer sua família. Na mesma carta o acréscimo: O mencionado cidadão foi como representante de seus patrícios do Paraná até a Galicia representar a Sociedade União Nacional Comercial Geográfica (Lacznosci Narodowej Handloo Konomiczanej" (sic). Assinado: Walery Popłowski, delegado dos Poloneses do Paraná, Bremen, 8/07/1899.
- 05 — Do Sr. A. Kmita, residente em Genebra, de 15/11/1893. Carta - original em polonês, para **"respaldar os objetivos comuns"**, dirige-se a Sebastião Saporski, solicitando amostras de: 100 kg de café, erva mate, pinhão, um pedaço de pedra Ágata e outras amostras. Se fôr compensador então seriam estabelecidas as relações permanentes. O missivista esclarece que é imigrante de 1863 e mora em Genebra há 23 anos, onde possui casa comercial própria. Pertence à Organização da Emigração Polonesa. Solicita que, no caso de não poder ser satisfeito o pedido, a carta seja encaminhada ao Sr. Bodziak em São Mateus. Esclarece que os portos mais próximos da Suíça são: Marselha e Gênova, pois via Hamburgo é mais caro. Solicita ainda que as despesas sejam pagas, pois caso contrário lhe custará muito mais. Acompanha seu endereço e um atestado passado pela Sociedade Polonesa de Genebra que afirma ter sido o missivista tesoureiro da instituição, onde é conhecido pessoalmente, ali residindo há 23 anos e sendo ao mesmo tempo membro da União da Emigração Polonesa.
- 06 — Do Sr. M. Landanski, Buenos Aires, 17/01/1894. Carta - original em polonês, comunicando que recebeu e respondeu sem demora suas cartas de 3/11 e que distribuiu os questionários referentes aos poloneses que habitam a República Argentina. Afirma que antes de 1890 eram um pequeno número, cerca de 30 pessoas, a maioria estabelecidos em Buenos Aires: 3 médicos, 2 comerciantes, alguns professores, 1 advogado, alguns engenheiros e os restantes especialistas em arte culinária. Em 1890 chegaram cerca de 500 agricultores e trabalhadores braçais vindos do Brasil. Até agora não acharam emprego fixo, não conhecem os costumes nem a língua e por isso **"são empurrados pelos cantos, servindo de joguetes, caindo vítimas de exploradores"**.
Existem ainda muitos judeus poloneses que mantêm casas públicas e importam moças judias da Polônia. **"Para nossa desgraça denominam-se poloneses, mas nós não podemos qualificá-los como tais"**. Desta forma os poloneses da Argentina não poderão tomar parte da exposição de Lwów. Esclarece que terá dificuldade em realizar recenseamento exato e se o fizer na base do mais ou menos o enviará imediatamente.
- 07 — Do Dr. Wiktor Ungar, Lwów, 26/04/1894. Carta - original em polonês, comunicando que os artigos enviados por Saporski anunciando a morte de Gergoletto foram muito úteis. Foram então elaborados artigos que publicados devem impressionar. Esse trabalho deve ser assinado por Saporski para ter bom efeito, com o que espera-se provocar a instalação do consulado. P.S. assinado por Walery (L. Poplowski). **"Com todo o ardor defendi a emigração polonesa ao Paraná e por isso caí no desagrado do governo austríaco"**.
- 08 — Do Sr. Stan'slaw Klobukowski, Lwów, 9/02/1895. Carta - original em polonês, informando ao Sr. Saporski que estão prestes a organizar uma sociedade com capital de um milhão. Informa que seria muito útil o envio de um levantamento das condições da terra: quantidade de hectares, qualidade, valor etc.
- 09 — Da Sociedade Comercial Geográfica de Lwów, de 20/02/1895. Carta - original em polonês, encaminhando a Sebastião Edmundo Saporski uma brochura contendo as finalidades da Sociedade Polonesa Comercial Geo-

gráfica. Notifica sua nomeação, sem consulta prévia, como membro correspondente da entidade. Solicita notícias e dados frequentes à situação econômica, social e demográfica da imigração polonesa no Paraná, pois face à atual "febre emigratória" da Galícia para o Brasil, é máximo o interesse em receber informações da imigração polonesa, das condições de recepção por parte do governo brasileiro e dos patricios já estabelecidos no Brasil. Quais as facilidades, os ordenados e as condições em que podem se fixar na terra, condições essas comerciais e industriais? Julgam que seria "salvação para o Paraná que toda a emigração polonesa fosse dirigida ao Paraná, onde é necessário organizar a recepção do imigrante". Incitam para a colaboração dos patricios já radicados no Brasil, com o que os imigrantes seriam poupados dos sofrimentos, explorações e da desnacionalização. Com isso o elemento polonês seria fortalecido no Paraná tanto numericamente quanto qualitativamente, pois poderiam chegar da Polônia elementos mais qualificados cultural e economicamente. Seriam então estabelecidas firmes relações econômicas com a Polônia. Insinuam os missivistas que o Sr. Sebastião E. Saporiski poderia contribuir mais para essa empresa e que igualmente não ficariam sem efeito as forças dispendidas pela Sociedade Comercial Geográfica no sentido de nomeá-lo cônsul austríaco no Paraná. Assinado: pelo diretor, Dr. Wiktor Ungar.

10 — Do Departamento de Estado Austríaco (L.12.553) ao Sr. Edmundo Saporiski, em 21/03/1895. Ofício - original em polonês, tendo o Sejm (Dieta) do Reino da Galícia e da Sodoméria com o Grande (Reino) de Cracóvia recomendado ao Departamento de Estado para examinar a situação da população emigrada, dentro e fóra do país, que cuidasse dos emigrantes e que tomasse medidas para defendê-los contra a exploração, levou ao Departamento de Estado exigir da embaixada austríaca no Rio de Janeiro informações sobre a sorte dos emigrantes austríacos no Brasil. Por esta razão, solicitam a Edmundo Saporiski, pedido de informações sobre a sorte "do nosso emigrante", onde se estabeleceram, quem se preocupa com eles, se recebem terras, em que estado e condições, se são fixados ao solo como proprietários ou se trabalham como empregados, onde etc. Solicitam atenção especial na informação da eventual exploração ilegal e solicitam mencionar os meios que deveriam ser usados em defesa dos emigrantes. Finalmente solicita o Departamento de Estado o fornecimento de informações, sobre possíveis relações comerciais das colônias polonesas e ucranianas com as indústrias do país, ao mesmo tempo em que pede esclarecimentos de como poderiam ser iniciados os primeiros contactos neste setor. Assinado pelo Marechal de Estado substituto e por um membro do Departamento de Estado. (ilegível).

11 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 8/01/1896. Carta - original em polonês, solicitando informações do Sr. Saporiski sobre as condições de colocação de professores no Paraná. Existem vários candidatos que querem colocação:

José Jell nek — (com dois irmãos). É oriundo da Rússia tendo 23 anos. É ex-professor particular, trabalhando atualmente como desenhista. Pede posto de professor ou desenhista na construção de estradas.

Hip. Skawinski — de Bucarest, tem 30 anos, com ginásio concluído em Czestochowa, com curso de Direito em Moscou. Conhece francês e alemão em teoria. Sua noiva conhece música e corte e costura. Poderia ser professora ou organizar estabelecimento de confecção.

Leitgeber — polonês de Colônia, possui 3.000 marcos e quer ir ao Brasil a fim de abrir livreria com materiais para escritório. Conta com 25 anos e fala o polonês, francês e alemão. Entende o italiano. Solicitam conselhos para ele. Aos que procuram a entidade até agora somente é possível proporcionar informações gerais. Como os pedidos estão aumentando é preciso oferecer informações mais seguras aos patricios. Assinado: Dr. Wiktor Ungar e Roger Battaglia. P.S. — No último instante surgiu o Sr. Estanislaw Wielowieyski de Holyn, com 10.000 zlotes, que

pretende adquirir no Paraná uma grande propriedade, parcelando-a posteriormente. Perguntam ainda se Saporski recebeu 200 zlotos enviados ao Dr. Klobukowski.

12 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 13/07/1897. Carta - original em polonês, agradecendo o envio da publicação da "Sociedade Ost. K. Col. Gesellschaft". Chamam a atenção do Sr. Saporski sobre as intenções dos estrangeiros "especialmente dos alemães", não sendo desejável sua intromissão nos negócios. Afirmando que não possuem notícias de Malic e que por isso não podem estabelecer com êle nenhuma representação. Solicitam que Saporski forneça dados do Sr. Morannetz revelando quando e onde êle se obrigou à devolução do dinheiro da entrada dos bilhetes marítimos que não foram utilizados. Com êste material, estarão em condições de lhe mover processo. Desejam boa sorte à sua Casa Comercial e ao Círculo Cristão.

13 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 21/07/1897. Carta - original em polonês, comunicando que a Sociedade dirigiu-se ao Sr. Morannetz em Hamburgo. Salientam que precisam das cartas nas quais Morannetz afirma que restituiria o dinheiro das passagens (bilhetes) não aproveitados. Por isso solicitam informações sobre onde tais declarações foram publicadas e indicação de pessoas que possam inscrever-se na entidade.

A contribuição anual é 6 zlotos, recebendo em troca o associado a Gazeta Comercial Geográfica. Salientam que os colonos dos povoados precisam inscrever-se como sócios, para que com o trabalho da entidade possa melhorar-se a situação econômica. Assinado: Estanislau Majewski, diretor. L. Pierchala, secretário.

P.S. — O Sr. Morannetz escreveu no dia 17/06 afirmando que não tem obrigação legal de devolver o dinheiro dos bilhetes, mas pelo contrário pode exigir mais, o que não fará devido a sua carta, que pode chegar a cada momento. Assinado: E. Majewski.

14 — Do Comitê Provisório da I Assembléia, para a criação da Sociedade "L i Z" (Lacznosc i Zgoda), Curitiba 20/01/1898. Carta - original em polonês, convidando a Edmundo Saporski para a reunião do dia 24 do corrente mês na qualidade de Presidente de Honra a fim de coordenar definitivamente a mesma. Assinado pelo comitê: Krzyzanski, Janicki e Wilchelm Melinski.

15 — Da Gazeta Comercial Geográfica, órgão oficial da Sociedade Comercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, solicitando ao Sr. Sebastião Edmundo Saporski que aceite o encargo de representante da Sociedade Comercial Geográfica na reunião (congresso) de poloneses convocado para Curitiba para o dia 3 de maio do corrente ano. Informam que o representante do periódico Gazeta Comercial Geográfica será o Sr. Alexo Kuciusz, com o qual Saporski é solicitado a manter entendimentos. Solicitam que durante o Congresso sejam incluídos os seguintes problemas:

I — Provocar um pedido ao governo brasileiro a fim de que intervenha junto ao governo austro-húngaro, com o fim de que sejam eliminados os impostos de importação sobre a erva mate. No momento em que se iniciou a propaganda sobre a erva mate, o governo austríaco lançou sobre o mate o imposto alfandegário de 1 zlote em ouro sobre um quilo de mate (sic), idéntico ao existente sobre o chá chinês. Solicitam de que o governo brasileiro deveria ameaçar represálias alfandegárias semelhantes sobre os produtos austríacos. "É uma questão de vital importância". (o grifo é do original).

II — Verificar se são verdadeiras as notícias segundo as quais o governo não aceita mais colonos poloneses no Paraná, mesmo os que dispõem de recursos para aquisição de terras e organização de proprie-

dades. Tal medida se estenderia mesmo para os que vão para junto de seus parentes? Tal fato é uma transgressão de leis internacionais. A reunião de Curitiba deveria enviar memorial ao governo brasileiro a fim de que tal barbaridade fôsse extinta. Mas tal notícia pode tratar-se de uma brincadeira de funcionários brasileiros, ou mesmo de alemães.

III — Sugere a fundação de uma Sociedade Colonizadora Polonesa. Assinado: Wiktor Ungar.

P.S. — “Procurem, senhores, escolher uma diretoria enérgica para o Congresso, que se dirija a todas as partes da Polônia”.

- 16 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów, 25/03/1898. Carta - original em polonês, credenciando o Sr. Edmundo Saporski a representar a Sociedade no Congresso Polonês em Curitiba no dia 3 de maio. Assinado: Ferenkoczy e W. Ungar.
- 17 — Do Sr. Camareiro Arthur Zaremba Cielecki, Handenkowce, 28/03/1898. Carta - original em polonês, comunicando que devido a dificuldades financeiras, não poderá tomar parte no Congresso Polonês em Curitiba. Salienta que os fins da Sociedade Comercial Geográfica são importantes pois além dos benefícios morais, pode trazer também os materiais. Mas a situação do país é tão difícil e exige tamanhos cuidados e sacrifícios que tudo o que não fôr estritamente necessário deve ser relegado a segundo plano.
- 18 — Do Dr. Wiktor Hungar, com timbre — confidencial —, Lwów, 8/01/1899. Carta - original em polonês, informando que conseguiram despertar o interesse para a fundação da Sociedade Polonesa de Colonização para o Paraná. A empresa alemã Norddeutscher Lloyd, de Bremen, entrará no negócio com um capital de 80.000 zlotes (160.000 francos). A participação dessa empresa é importante não só pelo prestígio da sociedade, como também pela experiência que possui, pois é co-fundadora da Sociedade Colonizadora Alemã para Santa Catarina. (Hanseatischer Colonisations Verein). A Norddeutscher compreendeu o problema, já que não pode enviar emigrantes para o Paraná, por não possuir local para colocação dos mesmos. Quanto à questão Melinski conclue que é intriga. “Trata-se de um fator puramente humano, inevitável; a mesma coisa acontece em todo lugar e isto não deveria contribuir para o afastamento dos problemas públicos e para o desânimo. **Do fermento polono-paranaense há de sair algo bom**”.
- P.S. — Compreende-se por si que pretendemos uma colonização agrícola e não de café. Para esta virá a vez depois. A fundação da Sociedade Colonizadora Polonesa fará época na história da colonização polonesa.
- 19 — Do Sr. R. Dmowski, Londres 12/05/1899. Carta - original em polonês, anunciando que brevemente estará em Curitiba em companhia do Sr. Leon Bielecki, de Varsóvia. Terão por finalidade examinar que espécie de atividade comercial e industrial pode-se desenvolver com o Paraná a fim de que compense e ofereça ganho suficiente e independência a um grupo de intelectuais, bem como o que se deve fazer para facilitar o estabelecimento de colonos na região. Afirma o missivista que a emigração cresce mais na Itália e na Polónia pois são países de população agrícola e possuem meios limitados de vida. As necessidades de terras são cada vez maiores. Sendo a população rural a melhor material para colonização é de se estudar as melhores condições oferecidas pelo Paraná o que em breve faria uma mudança total nas condições de vida locais.
- Na Biblioteca do Museu Britânico as fontes sobre o Paraná e o Brasil são pobres. Aos melhores trabalhos pertencem os estudos feitos pelo engenheiro Bigg-Whitter que há mais de 20 anos realizou estudos sobre uma linha férrea no vale do Ivaí, o que aliás não se concretizou: além disso pesquisou o leito do rio Tibagi. Mas as condições locais já mudaram

consideravelmente. Lamenta que os viajantes poloneses descreveram tão superficialmente o que viram. **"Tivemos muito pouco proveito das expedições ao Paraná"**.

- 20 — Do Sr. Z. Lewandowski, Curitiba 3/04/1900. Carta - original em polonês, solicitando entendimento definitivo com Saporski quando à medição de terras, pois deve-se levar em consideração as pessoas dos Srs. Lechand e Cândido de Abreu. Propõem que Saporski poderia levar o cargo de agrimensor, Lechand faria os desenhos e Cândido de Abreu ocuparia a chefia geral. A medição de Saporski seria paga por perimetro de chácara e o fornecimento seria feito pelo próprio Saporski. Esclarece que já retiraram 50 mil (zlotych) e sobraram ainda 150 mil. Informa ainda que em Curitiba apareceu um novo jornal polonês "Prawda". Duvida que vá longe, porque "se um jornal está perecendo, o que será de dois?"
- 21 — Do advogado Wiktor Ungar, Lwów 5/05/1900. Carta - original em polonês, apresentando o portador da mesma Sr. Casemiro Artwinski, "C.K. Szambelan" e vice-secretário do Ministério, que por conselhos médicos é obrigado a procurar os climas do sul. Quer então aproveitar a oportunidade para estudar as condições em que se desenvolvem a colonização polonesa bem como pensa em adquirir uma propriedade no Paraná. Para tanto solicita a cooperação do prezado engenheiro Saporski, ao qual chama de Sr. Cônsul, para que, na respectiva transação de compra, não seja vítima de inescrupulosos. O Sr. Artwinski, em vista de suas qualidades, será **"uma conquista para a colônia polonesa" do Paraná.**
- 22 — Da Sociedade Polonesa Comercial Geográfica, Lwów 8/05/1900. Carta - original em polonês, apresentando o Sr. Casemiro Artwinski, secretário das ferrovias de Viena, o qual por motivos médicos deve permanecer no Paraná por longo tempo. Solicitou a Saporski as informações e apoio necessários ao recém chegado no estranho país.
- 23 — Do Sr. Waclaw Ochorowicz, Varsóvia 27/09/1906. Carta - original em polonês, solicitando a colaboração de Saporski para um grupo de profissionais liberais que sob a orientação de dois engenheiros, pretendem estabelecer-se no Paraná, tendo em vista a lavoura e a indústria. Pretendem os mesmos levar completo equipamento de máquinas de fundição, sementes, reprodutores leiteiros etc. Querem adquirir um terreno no valor de 3 a 5 mil rublos. O terreno deve localizar-se à margem de um rio navegável, devendo possuir mato e minério de ferro guza. Importante: o terreno não pode estar localizado na faixa de malária. O projeto está baseado principalmente na produção de ferro para fabricar ferramentas necessárias para o consumo das colônias.
- 24 — Do Dr. Stanislaw Klobukowski, Lwów 21/01/1907. Carta - original em polonês, comunicando que mandará brevemente os prospectos das escolas agrícolas polonesas e alemãs. Recomenda o portador da carta, o Sr. Zygmunt Miecznikowski, pois trata-se de um técnico em cimento armado.
- 25 — Do Dr. Stanislaw Klobukowski, Cruz Machado 15/12/1911. Carta - original em polonês, comunicando a Edmundo Saporski que o vice-presidente, Sr. Camargo, eliminou alguns trechos do requerimento dirigido ao Congresso, entre os quais o que afirmava que o chá da China é produzido por mão de obra extremamente barata. Isto ocorre na China, Índia e parcialmente no Japão. Mas o progresso do oriente irá encarecer o trabalho humano e por esta razão o chá chinês subirá de preço. Esta afirmativa concretizou-se cedo. O trabalhador na China obteve melhoria, de forma a não mais valer a pena a 3.^a colheita de chá. O chá de primeira colhe-se duas vezes: maio e julho. A terceira é de folhas grosseiras com pauzinhos, colhida em setembro e outubro, da qual é feito tabletes através de pressão hidráulica. Este chá de terceira circula em abundância na

Rússia. Com o fim da terceira colheita o povo pobre da Rússia vai sofrer muito, pois o consome em grande quantidade. Como a previsão tão rapidamente deu certo, está comprovado que conhece o problema do chá; daí a necessidade de designar-lhe a subvenção pedida.

P.S. — Klobukowski faz saber que se por ventura não receber a pensão de 15 a 20 contos irá embora para a Argentina, onde os mandatários não dependem de trustes de exportação como aqui, sendo este o caso de Davi Carneiro.

Inorma que recebeu cartas de poloneses da Argentina solicitando a sua colaboração para o plantio de chá preto nos arredores de Buenos Aires ou em Missões. Mas ainda mantém a esperança de que o Sr. Davi Carneiro suste a obstrução à subvenção pleiteada. Explica que prefere que o Paraná exporte chá para a Rússia, em vez da Argentina. Se receber a subvenção irá gastá-la em viagens à Europa bem como na propaganda do produto.

- 26 — Da Sociedade Polonesa de Emigração ao deputado Saporski, Cracóvia 1/04/1912. Carta - original em polonês, comunicando inicialmente que o recorte do jornal oficial brasileiro serviu de base para a Sociedade distribuir a notícia pela imprensa, informando que o governo brasileiro suspendeu repentinamente a emigração gratuita da região da Polônia do Congresso. Inicialmente a imprensa julgou que se tratava de um boato, mas foi constatado que a mesma medida já estava em funcionamento. Tal ato não seria uma tragédia, **"se o imigrante gratuito fosse avisado com antecedência. Milhares de famílias já haviam liquidado seus negócios e despachado suas bagagens"**. Muitos desses já estão em trânsito pelas ruas de Cracóvia. **"É fácil de imaginar, Sr. Deputado, o desespero dos aldeões que confiavam na gratuidade da passagem"**. Salientam que o principal motivo que levou o governo brasileiro a assim agir foi um receio nacionalista, em virtude da concentração do elemento polonês no Paraná, já que os poloneses do Reino da Polônia não se deixaram espalhar pelos outros estados da federação. Outro fator teria sido a rivalidade de outros Estados, porque eram desprezados na distribuição dos imigrantes por Estados.

Apelam para o humanitarismo que deve triunfar e abrandar as leis brasileiras, pelo menos para os emigrantes, que já se encontram em trânsito. Formulam veemente petição a Saporski, para que utilize-se de todo seu prestígio de homem público a fim de que o governo revogue a lei ou pelo menos adie a execução até o fim do mês de maio.

Para a Sociedade não interessa enviar emigrantes contra a vontade do governo e exigir as mesmas condições dadas a outras nações; **"mas rogamos de que não se baixem leis repentinas enquanto centenas de famílias acham-se em viagem, com todos os seus bens e interesses liquidados, proporcionando prejuízos e derrota econômica total"**.

Solicitam ainda os préstimos de Saporski no problema referente à exportação de erva mate. O referido problema só poderá se concretizar se o governo brasileiro tratar do assunto com carinho. É preciso exigir, através do convênio comercial com a Rússia e Áustria, a anulação da exagerada alfândega sobre a erva mate. Com relação ao mate, **"a Rússia não oferece futuro melhor do que a Áustria, por que na Rússia o chá da China é muito mais barato do que na Áustria"**; por outro lado, a Rússia está interessada em aplicar capitais na China e não na erva mate do Paraná. O problema na Áustria é diferente. O chá vindo da China é muito caro e o governo está inclinado a cancelar a exagerada alfândega imposta ao produto. Os governantes da Hungria tem por praxe se opor aos empreendimentos austríacos, mas nessa questão isso não deverá acontecer pois pertence aos interesses comuns. Julgam que as dificuldades ali serão superadas, pois o Ministro das finanças é um polonês, o Dr. B-linski, que goza de excelentes relações nos meios governamentais. Não se espera que toda a taxaçoão alfandegária seja abolida, mas sim suavizada para a erva mate do Paraná. O objetivo é popularizar a erva mate na Galícia, de tal maneira **"que se torne um costume cotidiano"**. Suavizar

a alfândega não é o suficiente. "Será indispensável uma propaganda com a qual podemos nos habituar e gostar. No princípio o europeu não a aceita facilmente, qualifica-a como erva medicinal — a enjoadinha —. Somente quando experimenta-a forçosamente é que chega à conclusão de que é um excelente refrigerante, saudável e gostoso... De outro lado, é necessário constatar que a propaganda do governo brasileiro foi orientada para países onde a erva mate não possuía chance de ser consumida e de antemão esperava-se um fracasso. Em primeiro lugar divulgar erva mate na França, onde ninguém sequer bebe chá por considerá-lo um hervácio vulgar, é um erro; no entanto dão lugar para o café e por que não mencionar, o vinho. É claro e evidente que a cotação da erva somente terá lugar no país onde o chá é consumido quotidianamente. Por outro lado, foi cometido seguidamente um erro grave: distribuir as amostras gratuitamente, o que gerou um reflexo negativo, pois a erva mate tem uma propriedade: quem aingere somente uma vez não a aprova. As amostras em vez de animar seu uso, exerceram o efeito contrário, foi rejeitada como uma bebida "nojenta". Deve-se considerar ainda o mau preparo da mesma".

Alguns anos atrás a Missão Brasileira de Propaganda e Expansão Econômica com sede em Paris enviou sem solicitação algumas caixas contendo milhares de folhetos em polonês com referências à erva mate. "A brochura estava escrita em horripilante polonês, salpicado de erros de imprensa, não contendo nenhum endereço das firmas onde a erva poderia ser adquirida no atacado e varejo; não foi mencionado nem o endereço das amostras. Ficamos muito constrangidos porque as caixas vieram de trem com frete a pagar () Depois, dirigi correspondência à "Missão de Paris" pedindo endereços onde poderia fazer minhas compras () para fornecimento ininterrupto da minha freguezia em Lwów, bem como os preços da mercadoria colocada em nossa cidade. Não recebi resposta. A mesma sorte tiveram mais duas missivas dirigidas à Missão da Expansão Econômica do Brasil. Terminou que chamei-os de incompetentes e as milhares de brochuras, mandei pôr no forno. Os fatos mencionados acima ilustram a incompetência do programa de erva mate na Europa. Esse programa foi um desperdício de dinheiro, apadrinhamento de protegidos, o que proporcionou-lhes boa vida e facilidades de "synacura" em Paris e outras cidades da Europa. O resultado: o Paraná sofreu prejuízos materiais e inclusive os colonos poloneses, pois são eles os principais produtores de erva mate. Após muita meditação, cheguei à conclusão de que a divulgação desse produto na Galícia caberia muito bem, à Sociedade Polonesa de Emigração, se recebesse ajuda do governo paranaense. Segundo meu plano, a divulgação do mate deveria obedecer as seguintes diretrizes: Em Cracóvia, numa das ruas mais movimentadas, a Sociedade Polonesa de Emigração abriria um grande estabelecimento com chá mate brasileiro, com o nome de "Chá Paranaense". Esse estabelecimento seria dividido em duas classes: ricos e pobres. Cada classe teria uma porta de entrada em separado. A da primeira classe seria de luxo e a segunda bem simples, com preços mais baixos, servindo de atração da população.

Supunhamos que um copo de chá iria custar (com açúcar, preparado à moda chinesa), dois centavos, i.é., metade do preço dos estabelecimentos mais baratos que já existem na cidade. A primeira classe seria exótica com originalidades, folhetos atraentes, piano e concertos etc. Essa originalidade atrairia a atenção e divulgaria a erva mate paranaense, principalmente entre os profissionais liberais e operários. Provavelmente os visitantes fariam careta ao saborearem a erva mate. Talvez por dois motivos:

- 1 — por ser muito barata.
- 2 — por uma severa atitude para com os freguezes que não a consumissem. De tal forma certamente iriam adquirir e prepará-la em casa, dando então mais valor a esta bebida".

Então com o tempo o mate perderia a característica de bebida exótica e substituiria o chá chinês como alimento diário. Cracóvia poderia ser o ponto de distribuição para outras regiões da Polônia, sobretudo para a

Polônia do Congresso, com a qual possui contacto mais chegado. A Sociedade Polonesa de Emigração possuiria um depósito que atenderia de imediato os pedidos dos consumidores. Além disso pelo jornal "Praca" poderia haver penetração no meio rural, através das casas comerciais das aldeias. As cooperativas agrícolas, sociedades, escolas, o professorado, também poderiam ser utilizados para popularizar a erva mate.

Para este projeto, o mínimo que se poderia exigir do governo paranaense ser a 3.000 kgs. de erva mate anualmente. Se houvesse boa aceitação, a Sociedade Polonesa de Emigração arcaria com as despesas. Além disso, o Paraná daria 15.000 exemplares de propaganda, ilustradas com textos preparados na Polônia. Forneceria ainda o governo paranaense madeira de imbuia para a confecção de móveis para ambas as instalações. Seria um bom motivo de propaganda da madeira do Paraná e ornamentaria as instalações. A sociedade Polonesa de Emigração comunica que além do Saporski, possui outros sócios no Paraná, a saber: Pe. Anusz, C. Warchalowski, e Alberto Szukiewicz. Na última reunião da Sociedade, por unanimidade de votos, foi eliminado o Pe. Anusz **"por motivos de agitação nociva na região da Polônia do Congresso, inclusive nos tempos difíceis, quando os barracos dos emigrantes estavam repletos e faltava data para distribuir"**. Assinado: José Okolowicz.

- 27 — Da Sociedade Polonesa de Emigração (P.T.E.), Cracóvia, 22/5/1912. Carta - original em polonês, ao deputado Saporski, esclarecendo que as obras da Konopnicka foram dadas a título de recordação e que nada deve por elas. Agradece os recortes enviados dos artigos de Brasil Lobato publicados na "República". Com tais documentos, a Sociedade (P.T.E.), poderá agora facilitar a eliminação do Pe. Anusz da referida Sociedade.
- 28 — Do cônsul polonês de Curitiba, K. Gluchowski, datado de 27/9/1922. Carta - original em polonês, agradecendo em nome da revista "Nasze Zycie" as contribuições anteriores e encorajando o Sr. Saporski a escrever sobre Curitiba, no tempo da chegada dos primeiros imigrantes poloneses. Argumenta o pedido afirmando que **"serão fontes importantes para avaliar a contribuição dos poloneses no campo do trabalho, civilização e cultura em Curitiba"**, dos quais tanto se ufanam os brasileiros. Com tal fato poderá comparar-se o quanto ela (Curitiba) deve à imigração polonesa.
- 29 — De Witold Lazwiczewski, Varsóvia, 2/11/1925. Carta - original em polonês, lembrando os tempos em que juntamente com Siemieradzki e Hempel, conheceu a pessoa de Edmundo Saporski. Naquele tempo, as colônias às margens do Iguaçu estavam ainda em formação. Decorridos 34 anos, Saporski pode orgulhar-se de sua obra. A medalha "Polônia Restituta" com a qual foi condecorado é apenas uma pequena partícula do que a imigração e a Nação Polonesa lhe devem pelos relevantes serviços prestados. Saliencia que a atual crise econômica da Polônia está provocando nova emigração para o Paraná. O resultado disso só o tempo dirá.
- 30 — Da Casa de Comércio e Indústria Francisco Fuchs e Filhos, Varsóvia, 28/06/1927. Carta - original em polonês, comunicando a Saporski, que as ervas medicinais "erva mate" já são conhecidas da firma e possuem amostras da mesma. Após as experiências chegaram à conclusão que o mate como produto de substituição do chá chinês e do Ceilão, não tem chance no mercado, porque seus clientes estão acostumados **"com o chá verdadeiro e de qualidade superior"**. Assinafiam ainda que nem as qualidades inferiores do chá da China e Ceilão encontram saída.
- 31 — Do Pe. Józef Faciejewicz, de Jaslonow, s/d. Carta - original em polonês, solicitando algumas libras de erva mate, por ter sabido que a mesma possui fluidos terapêuticos, o que pode ser salutar, por estar sofrendo do estômago. Em gratidão, mandará dinheiro ou livros.

- 32 — Do Pe. Józef Faciejewicz, datado de 1/07/1927. Carta - original em polonês, agradecendo os pacotes de erva mate. Por ser a alfândega alta, recomenda que a mesma deve ser dirigida para outro endereço, devendo constar no envólucro "ervas medicinais".
- 33 — Da Sociedade Polonesa de Emigração, Varsóvia, 4/10/1927. Carta - original em polonês, solicitando diversos informes sôbre a erva mate do Paraná, a qual poderá estabelecer contacto comercial entre os colonos emigrantes com a mãe Pátria.
- 34 — Carta com assinatura ilegível, Curitiba, 25/04/1928. Carta - original em polonês, parabenizando-se com Sebastião Edmundo Saporski por ter sido nomeado presidente da recém fundada Sociedade dos Pioneiros da Colonização em Varsóvia. Salienta as condições adequadas que possui Angola para colonização. É, uma região com abertura marítima e pode comunicar-se com o resto do mundo. Seguem-se dados sôbre a colônia portuguesa onde se frizam suas condições, parecidas com as características brasileiras.

A aquisição de terras deve ser nas mesmas condições do que as adquiridas no Paraná. Com esta facilidade deve-se trabalhar em sigilo sem manifestos pelos jornais, nem divulgando os planos. Desta maneira evitar-se-ão intrigas como as sofridas com relação à imigração para o Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente — Osvaldo Obrosiak
Vice-Presidente — Antônio Gawronski

MEMBROS:

Sociedade União Juventus — Curitiba
Pres. Paulo Filipake

Sociedade Popular José Pilsudski — Curitiba
Pres. Feliks Kuznicki

Supol — Curitiba
Pres. Rizio Wachowicz

Sociedade Cultural e Agrícola — Araucária
Pres. José Knopik

Sociedade São José — Rio Verde Acima — Araucária
Pres. José Gurski

Sociedade Beneficente Cultural Iratiense — Irati
Pres. Vadeco Filipak

Sociedade União Beneficente Náutica — S. Mateus do Sul
Pres. João Zacharias Guis

Sociedade Sãomateuense — São Mateus
Pres. Agostinho Caminski

Centro Cultural Católico Agrícola — Campo Largo
Pres. Arnaldo Rosa Portela

CONSELHO DIRETOR

Presidente — Vicente Flenik
Secretário — Francisco Dranka
Supervisores Financeiros — Edward Czerwonka
Feliks Golas

DEPARTAMENTOS

Cultural — Coordenador Jan Krawczyk
Histórico — Coordenador Técnico Ruy C. Wachowicz
Promoções — Coordenador Rizio Wachowicz
Divulgação — Miecislau Surek

GRÁFICA VICENTINA LTDA.
CURITIBA